

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**MOCAMBO, CABURI E VILA AMAZÔNIA NO MUNICÍPIO
DE PARINTINS: MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO RURAL E DO
URBANO NA AMAZÔNIA**

CHARLENE MARIA MUNIZ DA SILVA

MANAUS

2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

CHARLENE MARIA MUNIZ DA SILVA

**MOCAMBO, CABURI E VILA AMAZÔNIA NO MUNICÍPIO
DE PARINTINS: MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO RURAL E DO
URBANO NA AMAZÔNIA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia

Orientador: Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira

MANAUS

2009

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Silva, Charlene Maria Muniz da

S586m Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia / Charlene Maria Muniz da Silva. - Manaus: UFAM, 2009.

176 f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal do Amazonas, 2009.

Orientador: Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira

1. Planejamento urbano 2. Cidades e Vilas 3. Geografia humana
I. Oliveira, José Aldemir de II. Universidade Federal do Amazonas
III. Título

CDU 911.3:711(811.3)(043.3)

CHARLENE MARIA MUNIZ DA SILVA

**MOCAMBO, CABURI E VILA AMAZÔNIA NO MUNICÍPIO DE
PARINTINS: MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO RURAL E DO URBANO
NA AMAZÔNIA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-
Graduação em Geografia da Universidade
Federal do Amazonas, como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Geografia

Aprovada em 5 de novembro de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva
Universidade Federal de Roraima

Aos meus pais Manoel e Graça, amores da minha vida e meus exemplos de honestidade, caráter e força de vontade.

A minha querida irmã Tatiana (in memoriam), que tão cedo nos deixou, mas que me ensinou amar a vida, e aproveitar cada momento com alegria; até hoje a lembrança de seu sorriso me faz sonhar com um futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pelo dom da vida e por ter me concedido coragem, força e determinação em continuar caminhando sem medo dos obstáculos que se apresentam pelo caminho.

Aos meus pais, Manoel Humberto e Maria das Graças, por sempre me apoiarem incondicionalmente, em todos os momentos da minha vida, não medindo esforços para que eu pudesse alcançar meus objetivos.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira, que soube com seriedade e paciência orientar esta dissertação, sem a qual, não poderia ter concluído.

Aos meus grandes amigos Lucimara e Daniel, pela ajuda na pesquisa de campo nas vilas e pelo apoio dado em vários momentos em que precisei.

Aos meus colegas do mestrado Telma, Francimara, Tongaté e Marilene pela presença sempre amiga e solidária, sobretudo nos momentos em que compartilhamos as angústias, preocupações e dificuldades na trajetória do mestrado.

A coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, na pessoa de Graça Luzeiro, que se mostrou excelente profissional, conduzindo com competência os trabalhos administrativos no âmbito do mestrado.

Ao amigo Prof. José Camilo Ramos de Souza pela concessão do material bibliográfico sobre Vila Amazônia e pelas palavras de incentivo, sempre acreditando em minha capacidade acadêmica, até mesmo nos momentos em que nem eu mesma acreditava.

Ao técnico da prefeitura municipal de Parintins Harald Dinelly, pelo apoio técnico na elaboração dos mapas que ajudaram a ilustrar este trabalho.

Obrigada aos membros docentes e discentes do Programa de Pós- Graduação em Geografia, pelo empenho nas aulas e pela obstinação em transformar o mestrado em Geografia da UFAM em um curso bem qualificado pela CAPES.

Agradeço à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas, pela bolsa de apoio e incentivo à pesquisa, sem a qual haveríamos dificuldades na jornada acadêmica.

A prefeitura Municipal de Parintins, pela liberação de minhas funções na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para que pudesse me dedicar integralmente aos estudos.

Aos moradores de Mocambo, Caburi e Vila Amazônia, pela gentileza com o qual me receberam em suas casas, prestando informações preciosas, sem as quais esse trabalho não poderia ser realizado.

A Universidade Federal do Amazonas pelos dois cursos gratuitos e de qualidade que fiz no âmbito desta instituição, que a mesma permaneça por mais 100 anos formado profissionais e cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

Enxergar uma paisagem é como enxergar um determinado mundo, um universo em miniatura. Mais importante, todavia, é saber lê-la, compreendê-la, associá-la à qualidade de vida e à saúde dos ecossistemas, sejam eles naturais ou artificiais.

Tesesa Emídio (2006)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal fazer a análise socioambiental de Mocambo, Caburi e Vila Amazônia, vilas localizadas no município de Parintins, compreendendo a produção do espaço a partir da influência de aspectos e características urbanas da cidade de Parintins. Para tal fizemos a identificação dos aspectos sociais, econômicos e culturais das vilas (produção, renda, infraestrutura, religiosidade, lazer), assim como de suas dimensões socioambientais (saneamento, destino dos resíduos, condições das moradias, saúde). As questões que a pesquisa visou responder são: quais os aspectos que compõem a formação socioeconômica e ambiental das vilas da zona rural do município de Parintins? O que significa um espaço na Amazônia que apresenta forma e estrutura de cidade, mas não possui essa denominação? E até que ponto estas vilas apresentam a (re) produção das contradições existentes na cidade?. Este trabalho está pautado nos estudos dos lugares, mas especificamente em Mocambo, Caburi e Vila Amazônia, no município de Parintins. O método utilizado para a coleta de dados, foi a aplicação de formulários socioeconômicos, sobre saúde e questões ambientais, a observação participante e entrevistas com os moradores das vilas. Essa pesquisa visa contribuir tanto no conhecimento das especificidades, no tocante a estrutura social e ambiental inerentes as vilas do município de Parintins, pois as mesmas têm a forma do urbano, porém não são cidades, embora possuam alguns serviços característicos das cidades, as atividades predominantes são ligadas ao campo e, também, na reflexão sobre o papel dos aglomerados urbanos nos dias atuais, no que concerne ao processo de urbanização que as mesmas estendem as áreas rurais, estendendo assim as suas contradições no tocante a (re) produção do espaço.

Palavras chave: Vilas na Amazônia; Relação rural e urbano; Parintins.

ABSTRACT

This study aimed to make environmental and social analysis of Amazon Village, Caburi and Mocambo, located in the city of Parintins, including the production of space from the influence of aspects and features of the city of Parintins. To this end we identify the social, economic and cultural towns (production, income, infrastructure, religious, leisure), as well as its environmental dimensions (sanitation, disposal of waste and household conditions, health). The issues that the research aims to answer are: what are the aspects that make up the environmental and socioeconomic background of the rural villages of the municipality of Parintins? What does a space in the Amazon that has form and structure of the city, but do not have that name? And the extent to which these villages have to (re) production of the contradictions in the city? This work is based on studies of places, but specifically in the Amazon village, Caburi and Mocambo, the city of Parintins. The method used for data collection in this research, the application forms-economic, health and environmental issues, participant observation and interviews with the villagers. This research aims to contribute both knowledge of the specifics with regard to social structure and the inherent environmental Villages in the municipality of Parintins, because they have the shape of the city, but there are cities, although they have some hallmarks of the cities, the activities prevalent are related to the field and also the possible reflection on the role of urban areas today, with regard to the urbanization process that extends the same areas, thereby extending its contradictions in the production of space.

Keywords: Villages in the Amazon; Value for rural and urban; Parintins.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de localização do município de Parintins-	53
Figura 2- Mapa imagem do município de Parintins	55
Figura 3- Porto municipal alagado com a cheia do rio Amazonas.....	57
Figura 4- Estrutura do porto invadida pelas águas.....	57
Figura 5- Lixeira municipal de Parintins	61
Figura 6- Área da lixeira pública de Parintins	62
Figura 7- Planta dos bairros de Parintins	63
Figura 8- Área de transição urbana de Parintins.....	64
Figura 9- Mapa de localização das comunidades rurais de Parintins	70
Figura 10- Macrozoneamento do município de Parintins pelo Plano Diretor Municipal.....	73
Figura 11 -Comércio dos japoneses em Vila Amazônia- 1930.....	78
Figura 12- Pagode japonês em Vila Amazônia- 1930.....	78
Figura 13- Hospital construído pelos japoneses em Vila Amazônia- 1930.....	79
Figura 14- Mapa da região de Vila Amazônia.....	80
Figura 15- Mapa da região do Mocambo.....	82
Figura 16- Mapa da região do Caburi.....	84
Figura 17- Localização das vilas no município	86

Figura 18- Agrovila de São João do Mocambo.....	88
Figura 19- Agrovila de São Sebastião do Caburi.....	89
Figura 20- Santa Maria de Vila Amazônia.....	89
Figura 21- Ruas asfaltadas e com meio-fio e sarjeta- Vila Amazônia.....	91
Figura 22- Abastecimento de energia elétrica- Vila Amazônia	91
Figura 23- Abastecimento de água- Vila Amazônia	92
Figura 24- Sistema de telefonia- Vila Amazônia.....	92
Figura 25- Escola Estadual- Mocambo.....	93
Figura 26- Creche municipal-Mocambo.....	93
Figura 27- Quintal agroflorestal em Vila Amazônia.....	94
Figura 28- Balcão suspenso nos quintais para plantação de olerícolas- Caburi.....	95
Figura 29- Estabelecimentos comerciais –Vila Amazônia	96
Figura 30- Estabelecimentos comerciais – Caburi.....	97
Figura 31- Moradores assistindo televisão em frente as casas.....	98
Figura 32- Antenas parabólicas nas casas.....	99
Figura 33- Casas de alvenaria sendo construídas-Mocambo.....	108
Figura 34- Lixeira improvisada pelos moradores do Mocambo.....	110
Figura 35- Posto de saúde em Vila Amazônia	113
Figura 36- Estrutura interna dos postos de saúde.....	113

Figura 37- Posto policial de Caburi.....	115
Figura 38- Festival Folclórico do Mocambo.....	118
Figura 39- Festival Folclórico do Mocambo- Quadrilhas	118
Figura 40- Festival Folclórico do Mocambo- Boi-bumbá.....	119
Figura 41- Praia “Brilho do Banzeiro” – Caburi.....	120
Figura 42- Balneários em Vila Amazônia.....	120
Figura 43- Infraestrutura dos balneários – Vila Amazônia.....	120
Figura 44- Igreja da Assembléia de Deus	122
Figura 45- Igreja Neo-Testamentária.....	123
Figura 46- Croqui das ruas de Vila Amazônia	126
Figura 47- Croqui das ruas de Caburi.....	127
Figura 48- Croqui das ruas de Mocambo.....	128
Figura 49- Organização espacial de Vila Amazônia feita pelos japoneses em 1930.....	130
Figura 50- Casa de J. G. de Araújo- década de 1970.....	131
Figura 51- Casa de colonos portugueses em Vila Amazônia.....	132
Figura 52- Igreja de São João na Agrovila do Mocambo.....	134
Figura 53- Centro de formação “De mãos dadas”- Mocambo.....	134
Figura 54- Laboratório de ciências da escola estadual de Mocambo.....	135
Figura 55- Laboratório de informática da escola Estadual de Mocambo.....	135

Figura 56- Escola Estadual de Mocambo- “Caetano Mendonça”.....	136
Figura 57- Organização espacial de Caburi em 1970.....	136
Figura 58- Configuração espacial de Caburi em 1996- Croqui das ruas.....	137
Figura 59- Clube de festas em Mocambo.....	145
Figura 60- Cartaz de divulgação de festas- Caburi.....	145
Figura 61- Plantação de cana-de-açúcar- Caburi	147
Figura 62- Local onde é moído a cana-de-açúcar-.....	147
Figura 63- Casa de farinha nos quintais das casas- Mocambo	149
Figura 64- Equipamento de pesca expostos nas residências-Mocambo	151
Figura 65- Pescador vendendo peixe em sua casa	151
Figura 66- Comercialização de gasolina-Caburi	152
Figura 67- Venda de gasolina feita em garrafas tipo PETI.....	153

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Residências com aparelho de televisão	99
Gráfico 2- Faixa etária dos moradores das vilas	100
Gráfico 3- Estado civil dos entrevistados Amazonas.....	100
Gráfico 4- Local de nascimento dos moradores das vilas	101
Gráfico 5- Tempo de moradia nas vilas	102
Gráfico 6- Abastecimento de energia.....	102
Gráfico 7- Origem da renda familiar	103
Gráfico 8- Renda familiar	104
Gráfico 9- Benefícios e auxílios recebidos pelos moradores	105
Gráfico 10- Material de construção das moradias.....	107
Gráfico 11- Material da cobertura das moradias.....	107
Gráfico 12- Tratamento dado a água para consumo.....	109
Gráfico 13- Destino dos dejetos.....	109
Gráfico 14- Destino dos resíduos sólidos	110
Gráfico 15- Doenças e sintomas mais comuns	111
Gráfico 16- Tratamento das doenças.....	112

Gráfico 17- Grau de instrução dos moradores	114
Gráfico 18- Formas de lazer.....	116
Gráfico 19- Participação em grupos sociais	121
Gráfico 20- Religião.....	121
Gráfico 21- Valor das cestas nas vilas e na cidade.....	143
Gráfico 22- Produtos agrícolas.....	147
Gráfico 23- Comercialização dos produtos.....	149
Gráfico 24- Utensílios de pesca.....	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Evolução populacional de Parintins	54
Quadro 2- Dias e horários das embarcações que fazem o trecho Parintins-Manaus	58
Quadro 3- Proporção de moradores por tipo de abastecimento de água.....	60
Quadro 4- Rede geral de abastecimento de água.....	60
Quadro 5- Comunidades criadas pela Diocese de Parintins	68
Quadro 6- História da ocupação de Vila Amazônia	77
Quadro 7- Quantidade e tipo de estabelecimentos comerciais nas vilas.....	96
Quadro 8- Média de preços dos produtos nas 03 vilas	143
Quadro 9- Poema sobre o Mocambo	154
Quadro 10- Hino do Caburi.....	154

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIPAR- Associação dos Comércios e Indústrias de Parintins

APA- Área de Proteção Ambiental

CODEAMA- Comissão de Desenvolvimento do Estado Amazonas

COPLAN- Coordenadoria de Planejamento de Parintins

CPRM- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CONDEC- Coordenadoria de Defesa Civil de Parintins

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAM- Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPAAM- Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

ICOTI- Instituto de Cooperação Técnica Municipal

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PIME- Pontifício Instituto Missões Exteriores

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEDEMA- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente de Parintins

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1	23
RURAL E O URBANO NA AMAZÔNIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS COMUNIDADES RURAIS E SUA INTER-RELAÇÃO COM AS CIDADES	
1.1 - A Urbanização na Amazônia: espaço e tempo das primeiras cidades	23
1.2 - As comunidades na Amazônia: conceituação e perspectivas de estudo.....	30
1.3 - A relação rural e urbano: complementaridades e contradições.....	35
CAPÍTULO 2	46
CIDADES, VILAS E AGROVILAS: ESPAÇO, TEMPO E PAISAGEM	
2.1 - O município de Parintins: formação histórica	46
2.2- O município de Parintins - aspectos socioambientais e econômicos.....	51
2.3 - A formação das comunidades no município de Parintins.....	67
2.3.1 Vila Amazônia: comunidade de Santa Maria.....	75
2.3.2 Agrovila de São João Mocambo.....	81
2.3.3 Agrovila de São Sebastião do Caburi	83
CAPÍTULO 3	85
DA NATUREZA AO AMBIENTE URBANO: MOCAMBO, CABURI E VILA AMAZÔNIA, E AS CARACTERÍSTICAS SOCIOAMBIENTAIS	
3.1 - Os aspectos socioambientais das vilas no município de Parintins: Mocambo, Caburi e Vila Amazônia.....	87
3.2 - As transformações socioespaciais das vilas no município de Parintins: Mocambo, Caburi e Vila Amazônia.	124
3.3 - A produção e reprodução do espaço nas vilas do município de Parintins.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	161
APÊNDICES	167
ANEXO	175

INTRODUÇÃO

A necessidade de se conhecer a Amazônia, sem de certa forma naturalizá-la, pois, para muitos a imagem que se tem da mesma está direcionada para as suas características da biodiversidade ao nível de seus elementos naturais e paisagísticos como fauna e flora, o grande rio, assim como o destaque para as populações tradicionais como as nações indígenas tem colocado desafios para a comunidade acadêmica principalmente quando se trata de estudos sobre cidades, e mais ainda sobre as cidades médias e pequenas cidades, visto que, quando se enfoca o estudo sob a perspectiva do urbano geralmente se toma como referência as principais capitais como Manaus e Belém.

Nesta pesquisa foram estudadas três (03) áreas rurais do município de Parintins: Agrovila de São João do Mocambo, Agrovila de São Sebastião do Caburi e comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. De início temos que compreender bem a área de estudo, pois a princípio pode-se ter uma impressão equivocada de sua dimensão espacial e situação jurídica. O recorte espacial é a sede das Regiões de Mocambo e Caburi e o Assentamento Agrário de Vila Amazônia, sendo que as duas primeiras são chamadas de Agrovila de São João do Mocambo e São Sebastião do Caburi, respectivamente, e a última de comunidade de Santa Maria. Logo, neste trabalho, quando nos referirmos a Mocambo, Caburi e Vila Amazônia estamos nos referindo especificamente à Agrovila de São João do Mocambo, Agrovila de São Sebastião do Caburi e comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Desta forma, no decorrer deste trabalho convencionamos chamá-las apenas Mocambo, Caburi e Vila Amazônia. Contudo, deixamos claro que se trata das sedes da Região do Mocambo, Caburi e Gleba de Vila Amazônia, e não as regiões em toda a sua extensão, pois, as Regiões de Mocambo, Caburi e Gleba de Vila Amazônia possuem várias comunidades rurais em sua área de abrangência, as quais não fizeram parte deste estudo.

Assim, passou-se a chamá-las apenas de Mocambo, Caburi e Vila Amazônia, no decorrer do trabalho, assim como também utilizou-se o termo “vila”, para denominar estes lugares, mesmo que oficialmente nem todas estejam enquadradas nesta categoria, segundo os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Porém, é como a população local e o poder municipal denominam esses lugares, sendo que, segundo os parâmetros do IBGE, apenas a Agrovila de São João do Mocambo seria oficialmente uma vila, por se tratar de sede de distrito.

O município de Parintins, localizado a leste do Estado do Amazonas a 369 km de Manaus. Por se tratar do município que possui a segunda maior concentração populacional do Estado, ficando somente atrás da capital, e por possuir considerável urbanização, pode-se evidenciar, por meio dos estudos de suas vilas, a dinâmica de expansão da urbanização, a partir da cidade de Parintins, que mostrará aspectos importantes na dinâmica urbana na Amazônia guardando, é claro, as devidas proporções.

Mocambo, Caburi e Vila Amazônia, são vilas do município de Parintins, e uma pesquisa que vise identificar as características socioeconômicas e ambientais poderá revelar pluralidades de aspectos e peculiaridades que serão importantes na análise das características da urbanização contida nesses lugares, assim como, a disseminação das contradições existentes no urbano. Estas contradições que estão presentes em todos os instantes e acontecimentos no movimento que destrói e recria hábitos, incorpora e expulsa pessoas, transforma e conserva coisas, objetos, fatos e costumes.

Não é apenas sobre o urbano que a lógica capitalista se perfaz. Esse processo de expansão incorpora também os espaços rurais sem, contudo, torná-los necessariamente “urbanos”. Ele apropria-se de suas peculiaridades, ajustando-as aos seus fins, que de alguma forma, se estendem e modificam as áreas rurais. Dentre os principais pesquisadores deste tema pode-se citar João Rua (2005, 2006 e 2007), do qual adotou-se o termo “urbanidades no rural”, que o autor conceitua como sendo as manifestações de territórios híbridos, nos quais urbano e rural interagem e se fundem, mas, sem se tornar a mesma coisa, já que preservam as suas especificidades.

Procurou-se entender como se desenvolve o processo de urbanização nas vilas, por sistemas de objetos e valores típicos das cidades, e até que ponto estas características urbanas, presentes nessas vilas denota uma “urbanização do rural”.

Esses estudos engendram importantes análises sobre as relações entre cidade e campo, rural e urbano, e nos remete a reflexão dessas categorias muito debatidas no campo da Geografia, seja ela urbana ou agrária.

Essa pesquisa visa contribuir tanto no conhecimento das especificidades, no tocante a estrutura social e ambiental, inerentes às vilas do município de Parintins, pois as mesmas têm a forma do urbano, porém não são cidades, embora elas possuam alguns serviços característicos das cidades, as atividades econômicas predominantes ainda são ligadas ao campo e, também, na reflexão sobre o papel dos aglomerados urbanos nos dias atuais, no que concerne ao processo de urbanização que os mesmos estendem as áreas rurais, estendendo, assim, suas contradições na produção do espaço.

As principais questões a serem respondidas foram: quais os aspectos que compõem a formação socioeconômica e ambiental das vilas do município de Parintins, considerando sua formação social, econômica, cultural e ambiental, que contribuem para a produção do espaço, ou seja, o que significa um espaço na Amazônia que apresenta forma e estrutura de cidade, mas não possui essa denominação? E até que ponto estas vilas apresentam a (re) produção das contradições existentes na cidade?

O objetivo principal desta pesquisa foi fazer a análise socioambiental de Mocambo, Caburi e Vila Amazônia compreendendo a produção do espaço a partir da influência de aspectos e características urbanas da cidade de Parintins. Para tal, foi feita a identificação dos aspectos sociais, econômicos e culturais das vilas (produção, renda, infraestrutura, religiosidade, lazer, festas), assim como, das suas dimensões socioambientais (saneamento, destino dos resíduos, condições das moradias, saúde) para que assim se pudesse compreender as semelhanças e diferenças entre as vilas, suas similitudes em relação a cidade de Parintins, no tocante aos seus aspectos sociais, paisagísticos e espaciais e as novas configurações resultantes dos fluxos estabelecidos pelas atividades econômicas e relações sociais que envolvem a cidade e o campo, o rural e urbano.

A pesquisa está pautada nos estudos dos lugares, mas especificamente em Mocambo, Caburi e Vila Amazônia, no município de Parintins. A metodologia utilizada para a coleta de dados, nesta pesquisa, foi aplicação de formulários, com perguntas abertas e fechadas, de caráter socioeconômico, sobre saúde e questões ambientais referentes às famílias e às vilas. Como cada vila tem em média 400 domicílios tirou-se a amostra de 40 casas por vila, correspondendo ao total de 120 domicílios. O método de escolha das residências foi o da amostra aleatória simples, sendo que a unidade de pesquisa foi o núcleo familiar, e o sujeito escolhido para prestar as informações foi o responsável pela família sendo que na ausência dele utilizou-se as informações do membro da família com mais idade, presente no momento da visita. Também utilizou-se a observação participante, no qual pode-se conhecer melhor o cotidiano dos moradores das vilas, seus principais anseios e preocupações. A pesquisa de campo se constitui no ponto alto do trabalho visando gerar informações primárias sobre a área de estudo.

O período da aplicação dos formulários foi de janeiro a maio de 2009, sendo que, concomitante a aplicação de formulários, também foram realizadas algumas entrevistas abertas com os moradores mais antigos das vilas. No que concerne a metodologia da pesquisa, também utilizou-se a observação participante, onde pode-se conhecer o cotidiano dos moradores das vilas, seus principais anseios e preocupações, sendo que o período total da

pesquisa de campo envolvendo aplicação de formulários, entrevistas e observação participante foi de novembro de 2008 a julho de 2009.

Para a apresentação dos resultados, em alguns determinados tipos de dados foram utilizados tratamentos estatísticos com apresentação de gráficos representativos. Quanto as outras informações procurou-se fazer uma descrição analítica, principalmente àquelas provindas de entrevistas e conversas informais.

O trabalho está assim dividido: O Capítulo I, **O rural e o urbano na Amazônia: algumas considerações sobre as comunidades rurais e sua inter-relação com as cidades**, que procura situar a pesquisa no contexto dos estudos sobre as comunidades rurais e as cidades na Amazônia, onde foi feito o resgate histórico do surgimento das primeiras cidades, assim como seu desenvolvimento ao longo do tempo, bem como contextualizar o estudo das comunidades rurais nesta região. É, também no Capítulo I, que se elucidou as considerações sobre o rural e urbano, campo e cidade, com o qual dialogou-se, assim como, os principais questionamentos sobre as relações estabelecidas entre essas categorias que apresentam complementaridades e contradições em seu bojo teórico-conceitual e na práxis.

No Capítulo II, **Cidades, vilas e agrovilas: espaço, tempo e paisagem**, discorreu-se sobre a contextualização da pesquisa, ou seja, as características socioambientais e econômicas do município de Parintins e a formação das comunidades rurais e das vilas que compõe sua espacialidade. Nesse capítulo, abordou-se a formação histórica de Mocambo, Caburi e Vila Amazônia, que contribuíram para caracterização da atual conjuntura que as mesmas apresentam.

Por último, o Capítulo III, **Da natureza ao ambiente urbano: Mocambo, Caburi e Vila Amazônia, e as características socioambientais**, foram apresentados os aspectos sociais, econômicos e ambientais identificados nas vilas, expondo as suas peculiaridades no tocante a produção do espaço e as transformações engendradas pelas influências dos aspectos urbanos da cidade de Parintins. É neste capítulo que apresentou-se as análises sobre as características da urbanização encontradas nesses lugares e suas implicações na (re) produção do espaço em Mocambo, Caburi e Vila Amazônia.

Considerando as dificuldades encontradas na condução desta pesquisa, principalmente na falta de trabalhos que pudessem auxiliar teórico e metodologicamente nos estudos de vilas nessa região, julga-se que esta pesquisa contribui não só para o conhecimento do cotidiano dos moradores das vilas do município de Parintins, bem como, poderá auxiliar em estudos de outras localidades na área rural, que passam por processos de urbanização que engendram transformações substanciais nos modos de vida da população. Lugares onde a presença do

rural e do urbano está explicitamente evidenciada, ambos trabalhando conjuntamente, ora se afastando ora se complementando, moldando lugares que não são totalmente urbanos, todavia, não apresentam suas características rurais de antigamente, contudo, não significando o fim desse rural, mais sim, forte imbricação entre o rural e urbano numa relação dialética.

1- RURAL E O URBANO NA AMAZÔNIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS COMUNIDADES RURAIS E SUA INTER-RELAÇÃO COM AS CIDADES

1.1 A urbanização na Amazônia: espaço e tempo das primeiras cidades

Para entender melhor a constituição e formação das cidades e das comunidades rurais, primeiramente é necessário compreender como elas se formaram no contexto geral na Amazônia. Seu aspecto histórico é importante para saber como as mesmas foram se construindo, se moldando até chegar ao período atual.

Procurou-se partir do geral para o particular, entender como se deu o processo de ocupação na Amazônia e sua urbanização, para assim compreender a formação das vilas e comunidades, que integram a mesma, e desta forma poder fazer a análise da produção do espaço nestes lugares, pois como sustenta José Aldemir de Oliveira

Na Amazônia, mas do que em qualquer outro lugar, a memória não se encontra no espaço que se está construindo, mas nos seus construtores, pois cada fragmento que se produz contém uma parte de quem o faz. É o processo de construir construindo-se, dando a dimensão do não acabado. Neste sentido a cidade é o lugar do vivido, mas de um vivido espedaçado em que a memória não detém a ação do produzir o espaço, havendo no processo de criação da cidade a predominância do esquecimento e do desenraizamento (OLIVEIRA2000, p.20).

Sócrates Bonfim apresenta um panorama geral da ocupação amazônica, quando relata que

Historicamente a Amazônia principia com a catequese religiosa e o aldeamento dos índios, dedicados a pacífica tarefa de agricultura, pesca e extrativismo destinados à simples manutenção de seus grupos. Nessa época, que compreende o século XVIII e princípio do século XIX, as populações dispunham-se pela margem dos rios, em zonas de difícil acessibilidade, na dependência íntima dos fatores de transportes. De meados do século XIX em diante, a conquista territorial da Amazônia fez-se acompanhando a seringueira e sua distribuição geográfica. Levas humanas que, em geral provindas do Nordeste, alcançaram a Amazônia, seguiram as linhas de dispersão do vegetal e localizaram-se onde o encontraram. Como a seringueira se distribuía na imensidade florestal de quase toda a Amazônia, dispersaram-se com ela e ausentaram-se das regiões onde era escassa (BONFIM, 2008, p.29).

Quanto à formação territorial a Amazônia passa por diferentes fases e a sua configuração ocorre a partir dos rios, conforme expõe Antonio Carlos Witkoski

[...] Dadas as características naturais da região, abundância de uma rica malha hidrográfica, o processo de posse e conquista deu-se através da fundação de vilas à margem do rio Amazonas, em pontos considerados vitais para a efetiva ocupação, o que implicou um processo intenso de miscigenação e dizimação das populações nativas varzeanas [...] O povoamento assume a direção leste/oeste, ou seja, da foz do rio Amazonas ao hoje conhecido Alto Solimões- que tem no extremo oeste a cidade de Benjamim Constant (WITKOSKI, 2007, p.100).

Neste sentido, Marilene Corrêa da Silva (2004) também discorre sobre esse processo afirmando que

O período reformista do Estado português, que vai do século XVIII ao século XIX, realiza, na Amazônia, um processo que consolida a ocupação, regula o povoamento, incentiva a produção agrícola, ensaia a industrialização, investiga a potencialidade dos recursos da área e sintetiza a experiência do domínio colonial sobre o espaço, a organização e a vida das populações amazônicas (SILVA, 2004, p. 94).

Embora seja necessário relativizar quando há referência ao processo de ocupação, tendo em vista que a Amazônia não era um vazio demográfico quando da chegada do colonizador, conforme apontado por José Aldemir de Oliveira (2000) corrobora com isso os relatos dos primeiros viajantes estrangeiros sobre a ocupação das várzeas da Amazônia

Em meados do século XVI a várzea amazônica surpreendera os primeiros viajantes com uma população numerosíssima, internamente estratificada e assentados em povoados extensos, produzindo excedentes que alimentavam um significativo comércio de produtos primários e manufaturados. O termo povoado, empregado pelos cronistas, ao se referirem às unidades demográficas indígenas, não parece merecer conotação de aldeias, que lhe tem sido dada: uma leitura atenta das primeiras fontes sugere um padrão de assentamento contínuo ao longo de quilômetros de margens fluviais e provavelmente quase linear, o que é consistente com uma economia essencialmente ligada aos recursos aquáticos e da várzea inundável (PORRO, 1996,p.38-39).

Bertha K.Becker (2004) apresenta um quadro resumido da formação territorial da Amazônia, no qual pode-se observar que

Entre 1616 e 1777, efetuou-se a apropriação lenta e gradativa do território, estendendo a posse portuguesa para além da linha de Tordesilhas e tendo como base econômica a exportação das 'drogas do sertão'. O delineamento do que é hoje a Amazônia se fez somente entre 1850 e 1889, sob a preocupação imperial com a internacionalização da navegação do grande rio, e o 'boom' da borracha. Finalmente completou-se a formação territorial com a definição dos limites da região entre 1899

e 1930, em que se destacou o papel da diplomacia nas relações internacionais e do Exército no controle interno do Território (BECKER, 2004, p.23-24).

À guisa de um retrospecto histórico conciso, José Aldemir de Oliveira (2000) também relata sobre o processo de ocupação na Amazônia pelos portugueses, dando uma rica reflexão sobre a constituição dos primeiros povoados às margens do rio Solimões e Amazonas, levando mais, especificamente, pelo caminho do entendimento da formação histórica da urbanização do Amazonas.

Logo, a narrativa sobre essa época histórica que se irá apresentar está baseada nas passagens do livro **Cidades na Selva** de José Aldemir de Oliveira (2000), que sustenta ser a base da ocupação portuguesa fincada nos “fortes militares e das missões religiosas que mais tarde se transformaram em povoações e posteriormente algumas foram elevadas à condição de vilas” (p. 192).

A análise do autor sobre a história das cidades na Amazônia está voltada para a área da antiga Capitania do Rio Negro, que corresponde ao atual Estado do Amazonas, onde ele ressalta que a criação das cidades nesta parte da Amazônia não foi diferente do restante da região, ou seja, a mesma refletiu o intento de Portugal de ampliar seus domínios, criando novos mercados para os países europeus.

As primeiras tentativas de ocupação portuguesa no Amazonas são da segunda metade do século XVII, quando foi criada uma missão envolvendo os índios Tarumãs, possivelmente localizada na foz do rio Tarumã, sendo coordenada por missionários jesuítas (OLIVEIRA, 2000).

Em 1669, a primeira guarnição militar portuguesa foi criada, sendo denominada de Forte São José do Rio Negro, situada acerca de 18 milhas da foz do rio Negro. Esses povoados criados pelos portugueses, principalmente os do vale do rio Negro, foram à base da ocupação portuguesa e juntamente com a criação de uma missão no rio Branco pelos missionários carmelitas e mais o povoado Cabori, representaram nas únicas formas de povoamento português no Amazonas ao final do século XVII (OLIVEIRA, 2000).

O autor continua discorrendo sobre o desenvolvimento das políticas portuguesas de ocupação na Amazônia, onde destaca o governo do Marquês de Pombal (1750-77), como período de profundas mudanças no contexto histórico para a Amazônia, principalmente através da política do *Diretório* que modificou substancialmente a conjuntura social, política e cultural da época, sendo possível inferir que

No período de cinco anos que vai de 1755 a 1760, quarenta e seis missões foram elevadas a categoria de vilas em toda a Amazônia, das quais 9 estavam localizadas na Capitania de São José do Rio Negro que contava nesta época com 11 núcleos de povoamento além das vilas. Ao término do período pombalino, a Capitania de São José do Rio Negro contava com 23 povoações e uma população indígena da ordem de 1.476 habitantes (OLIVEIRA, 2000, p.193).

Como o interesse principal dos portugueses na Amazônia era a exploração de suas riquezas, o autor sustenta que

As vilas criadas no século XVIII estavam localizadas em pontos estratégicos às margens do rio Amazonas ou na foz de seus principais afluentes e tinha como funções: defesa, cobrança e controle de tributos, entreposto comercial de produtos extrativos e agrícolas, base para preiamento de índios e sede do poder temporal, representação do Estado e do poder das missões religiosas.

As vilas também representavam para os colonizadores espaços privilegiados de expansão de um processo civilizatório com a imposição da língua geral, obrigatoriedade da frequência à escola e o incentivo ao casamento entre soldados e índias (OLIVEIRA, 2000, p.194-195).

Oliveira continua traçando o retrato geral desse período na Amazônia, sendo que do século XVII ao século XVIII houve o predomínio da exploração das drogas do sertão e a agricultura, introduzido a partir de 1750, limitado às proximidades das margens do rio e concentrado principalmente na parte leste da região. Em meados do século XVIII a territorialidade amazônica produzida a partir dos interesses portugueses estava consolidada. No século XIX ocorrem significativas mudanças, conforme pode-se inferir da citação a seguir:

[...] em meados do século XIX, vários acontecimentos contribuíram para a modificação da paisagem da região e determinaram, em linhas gerais, o arcabouço do que viria a ser a malha urbana do Amazonas. Dentre os acontecimentos estão: a elevação do Amazonas a categoria de província em 1850, a introdução da navegação a vapor em 1853, a exploração extensiva (e intensiva) dos seringais e o movimento revolucionário dos cabanos. Quando foi instalada a Província do Amazonas em 1852 havia uma cidade, Barra do Rio Negro, capital da nova província, 28 freguesias e 31 povoados (OLIVEIRA, 2000, p.197).

O autor ressalta, que dos acontecimentos acima citados, a exploração do látex e a interiorização da navegação a vapor foram os que tiveram maior relevância na configuração da malha urbana, especialmente na Amazônia Ocidental.

O autor continua sua explanação sobre o processo de urbanização da Amazônia, citando, principalmente, o período da borracha, que sem dúvida foi um período importante para a constituição do que hoje podemos chamar de sociedade amazônica. Com a exploração

do látex se intensificou a ocupação por população não indígena da parte mais a oeste da Amazônia. Nos vales dos rios Madeira, Purus e Juruá, foram criados e/ou recriados povoados visando servir de apoio a exploração do látex e que, posteriormente, se transformaram em vilas e mais tarde cidades, tais como: Manicoré e Humaitá no Madeira, Purus; Lábrea, Boca do Acre e Camutama no Purus; Carauari e Eirunepé no Juruá; Codajás no Solimões.

Após a crise da borracha, no Estado do Amazonas, algumas vilas foram elevadas à condição de cidades, assim como foram criados e suprimidos municípios. Porém, esses atos eram constantemente revogados pelos poderes estatais, sendo que não houve grandes mudanças na divisão administrativa do estado do Amazonas de 1892 a 1940.

A partir da década de 60, na Amazônia consolida-se a forte influência do Estado, impondo diretamente políticas de incentivos ao “desenvolvimento” da região. Nestes termos, a Amazônia passou a ter intervenção do capital de empresas estrangeiras e nacionais, por meio de uma série de incentivos para a implantação de projetos agropecuários, minerais, madeireiros e industriais. Concomitantemente, o Estado construía a infraestrutura básica necessária para a implementação de estradas, portos, ferrovias e rede de comunicação (BECKER, 1997). Doravante, a Amazônia entra em nova fase de remodelagem de sua malha urbana, antes voltada somente para o rio, agora tem nas estradas outra forma de constituição de núcleos de povoamento que deram origem a várias cidades à beira das estradas. Todavia, esse processo ocorreu de modo diferenciado no Estado do Amazonas, não ocorrendo com a mesma intensidade que na Amazônia Oriental. Deve-se considerar que, mesmo com a abertura de estradas, no Estado do Amazonas, a base de circulação continua sendo pelo rio, permanecendo a estrutura de cidades criadas na época da borracha, tendo como base a “rede urbana dentrítica”, termo adotado por Roberto Lobato Corrêa (1989), tendo Manaus e Belém como principais centros urbanos de uma rede de cidades que se articula a partir da calha do Rio Amazonas-Solimões, se estendendo do litoral Atlântico e penetrando para o oeste da região. Oliveira acrescenta:

As cidades, espaços produzidos socialmente, são produtos de uma cultura datada num determinado tempo e lugar. Na Amazônia, sejam localizadas na beira dos rios ou das estradas, as cidades retratam um determinado período de busca de riquezas. Ao mesmo tempo, as cidades refletem as condições específicas do lugar e dos conflitos que não podem ser considerados exclusivamente econômicos, pois tem dimensões culturais, políticas e ideológicas e retratam o vivido de quem as constrói. As cidades amazônicas, embora pequenas e com pouca ou nenhuma importância para as outras regiões do país, têm organização e estrutura que extrapolam sua dimensão específica, configurando formas e estilos que estão além da circunscrição espacial. Nelas se encontram dimensões regionais, nacionais e até internacionais, influenciando de forma direta ou indireta o cotidiano. É preciso, no entanto, conceber as cidades por meio de características específicas, tentando não as ver como pedaços de uma cultura mais

geral, nem como a mesma dimensão e complexidade dos núcleos urbanos mais dinâmicos. Em outras palavras, as cidades amazônicas são produzidas a partir do específico, tendo dimensões gerais (OLIVEIRA, 2000, p.206).

Logo, o processo de criação do espaço neste lugar do Brasil é diferenciado e requer um olhar abrangente em seu processo de construção para, então, entender suas peculiaridades inerentes em seu *modo* de vida e de apropriação do espaço.

Muito complexa foi a formação das cidades na Amazônia, ainda mais quando se toma como ponto de partida sua constituição histórica, como acima exposto. Segundo Pereira

A urbanização na Amazônia, em grande parte, guarda profunda relação com a intervenção estatal, principalmente a partir da década de 1960. O controle da terra, a política de migração induzida e financiada pelo Estado e o incentivo a grandes empreendimentos asseguraram o desenvolvimento da fronteira urbana (2006, p.24).

Ainda segundo o mesmo autor

As políticas de desenvolvimento para a Amazônia, ao longo de sua história, tiveram como referência superar o vazio demográfico, integrar a região ao território nacional e valorizar economicamente suas riquezas naturais. Fornecer matéria-prima e concentrar farta e barata mão-de-obra foi o papel a ela designado na divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, no processo de acumulação do capital. A criação de infraestrutura- como a abertura e construção de estradas, rodovias, aeroportos, hidrelétricas e sistema de comunicação- e as políticas de colonização, incentivadas e/ou realizadas pelo Estado, foram as condições viabilizadoras desse padrão de desenvolvimento (2006, p.26).

Logo, estudar as cidades na Amazônia, assim como suas comunidades rurais, distritos e vilas implica entender a complexa formação histórica, que está intimamente imbricada com suas características socioculturais.

Assim sendo, o espaço geográfico dos municípios na Amazônia, em especial os localizados às margens dos rios, como é o caso do município de Parintins, é um mosaico constituído por diversas territorialidades. Além das sedes municipais (as cidades), das vilas e agrovilas, dos planos de assentamento (os PAs), das comunidades ribeirinhas dispersas ao longo das margens dos rios, existem as áreas da União ainda constituídas por florestas, as quais estão sob forte pressão dos processos de grilagem orientados para a exploração madeireira, e posterior ampliação de área de pastagem para a pecuária, o que engendra os processos que motivaram a criação de áreas para proteção ambiental sob a forma de Unidades de Conservação e Reservas Indígenas, buscando contemplar a proposição de diversos graus de

proteção ambiental, a partir de solicitações de movimentos sociais e da definição do zoneamento econômico-ecológico pelos governos estaduais. Porém, esses processos ocorrem de modo diferenciado e ao mesmo tempo contraditório e conflituoso em cada lugar na Amazônia (CARDOSO & LIMA, 2006).

Segundo esses autores

À primeira vista, arriscamos dizer que o urbano na Amazônia manifesta-se como um continuum, que se irradia das cidades maiores em direção às menores **agrovilas e vilas**. A clara hierarquização das cidades (capital, cidade, vila) e a distinção entre modos de vida rural e urbana existentes no passado foram perdidas após as transformações ocorridas nas condições de acessibilidade e na dinâmica econômica, e a redefinição do conceito de cidades pela Constituição de 1988 (quando passam a ser cidades todas as sedes do município). As vantagens políticas decorrentes da criação de novos municípios disseminaram cidades em que um território anteriormente dominado pela cultura rural, carente de infraestrutura e de referências de comportamento urbano (2006, p.90, negrito meu).

Assim, nos estudos das espacialidades urbanas no Estado do Amazonas, deve-se também considerar a hierarquização feita pelo IBGE, onde segundo o censo demográfico de 2000, os municípios constituem-se em unidades autônomas de menor hierarquia da organização político-administrativa do País. A cidade é a localidade de mesmo nome do município a que pertence (sede municipal) e onde está sediada a respectiva prefeitura. O Distrito constitui em unidade administrativa dos municípios, onde a vila é a localidade de mesmo nome do distrito a que pertence (sede distrital) e onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes distritais.

Desta forma, percebe-se toda a problemática que gira em torno da produção do espaço na Amazônia, em especial as cidades, assim como a dúvida em relação ao papel funcional das cidades médias nos dias atuais. Pode-se discutir essa questão posteriormente, pois esse é um importante aspecto a ser considerado nesta pesquisa.

Ainda sobre as cidades na Amazônia, em relação à forma, se deve levar em consideração que para se compreender as cidades amazônicas

[...] Nas últimas décadas do século XX, a vida nas cidades e na Amazônia mudou de modo significativo. Mesmo nas pequenas cidades, em pouco mais de uma geração, as informações tornara-se mais ágeis, pois os lugares, foram atingidos por técnicas que possibilitaram maior circulação de idéias e o acesso à modernização (OLIVEIRA, 2007, p.175).

Logo, estudar as cidades na Amazônia, assim como suas especificidades de organização administrativa e/ou territorial, como é caso dos distritos, vilas e as comunidades

rurais, é considerar toda a sua formação histórica, ou seja, os antigos e os novos processos que engendraram a sociedade multicultural que caracteriza a Amazônia. É entender que as espacialidades urbanas na Amazônia, principalmente às que estão localizadas às margens dos rios sofreram imposições das condições do passado, não significando, porém, que as mesmas sejam homogêneas, sendo que elas ainda guardam resíduos de relações pretéritas como sinais de resistência.

Na verdade, essas espacialidades revelam as diferentes estratégias dos diversos agentes produtores do espaço urbano que buscam a partir das condições concretas defender seus interesses, o que leva a compreender a paisagem como resultado das determinações das políticas do Estado, das relações sociais de produção, e mais que isso, como depositária de vida, sentimentos e emoções traduzidas no cotidiano das pessoas. Tais relações concretizam-se em espacialidades real ou imaginária, quer as cidades estejam na beira do rio ou na beira da estrada, na várzea, ou na terra firme (OLIVEIRA, 2007, p. 176).

O caráter contraditório da construção do espaço das cidades, no qual estão presentes e são articuladas as relações pretéritas caracterizadas pela inércia e, ao mesmo tempo, a dinamicidade contemporânea que as ligam ao mundo, principalmente a partir de sua biodiversidade e sociodiversidade possibilitam a inserção das inovações nesses lugares, como sinal de modernização na paisagem, principalmente relacionadas à comunicação, mas também aos equipamentos (OLIVEIRA, 2007).

1.2 As comunidades na Amazônia: conceituação e perspectivas de estudo

No município de Parintins, assim como em boa parte da Amazônia utiliza-se o termo “comunidade”, para se referir as concentrações populacionais da área rural. Do ponto de vista socioespacial há questionamentos sobre a utilização da categoria comunidade. Todavia, utilizou-se esta denominação seguindo a mesma perspectiva de Deborah de Magalhães Lima e Edna Ferreira Alencar, que chamam atenção para a utilização desse termo, no qual afirmam

Com relação à organização social dos assentamentos, a partir dos anos 70, o trabalho do MEB e da Prelazia, de formar lideranças comunitárias e orientar os moradores na sua nova condição de independência e responsabilidade pelo seu próprio destino, passa a ter grande repercussão. As vilas e os sítios são, a partir dessa década, chamados de *comunidades*, termo que denota não só o assentamento, mas carrega principalmente o sentido de responsabilidade comunal pelas decisões políticas que afetam a vida de seus moradores. Essa reorganização social dos assentamentos se

consolidou na década de 80. A partir dessa data, a estrutura de lideranças criadas pelo MEB passa a ser reconhecida como autêntica (não vinculada estritamente a Igreja Católica) e é adotada tanto por instituições governamentais (como prefeituras e EMATER) quanto por outras não governamentais (como congregações protestantes) (2000, p. 149).

Dessa forma, o termo “comunidade” é o mais utilizado na região, para se referir aos povoados da área rural, tanto os localizados em regiões de várzea quanto os de terra firme. Esse termo é usado nos povoados onde os moradores são organizados politicamente, com cargo de representação (LIMA, 2000, apud ALENCAR, 2005).

A formação das comunidades foi estimulada pela Igreja Católica nas décadas de 1960 e 1970. Glaucia Silva (2005), também faz referência ao contexto histórico em que a denominação comunidade passou a ser utilizada para se referir às localidades das áreas rurais na Amazônia.

Houve uma época em que as populações passaram a se representar como comunidades. As populações existiram anteriormente, ao final da década de 1960, início da de 1970, referidas aos seringais decadentes, às fazendas, aos sítios. Elas já haviam sido identificadas como comunidades por pesquisadores que chegaram na década de 1940 e 1950 [Wagley (1977) e Galvão (1976)], mas foi apenas com o movimento de Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base que os ribeirinhos passaram a denominar seu local de moradia como *comunidade* e a identificar-se como *comunitários* (SILVA, 2005, p.283).

Mariana Pantoja (2005), em sua pesquisa sobre a várzea do Médio Amazonas, no qual estudou as comunidades rurais localizadas nos municípios de Parintins, Maués, Silves e Itacoatiara, também faz uma assertiva quanto à criação das comunidades na Amazônia.

Na várzea do médio Amazonas, hoje, os assentamentos humanos ou localidades do interior são conhecidos como comunidades. Na região, as comunidades surgiram enquanto tais a partir da década de 1960 numa iniciativa pastoral da Igreja Católica. Na prelazia de Itacoatiara e de Parintins, no esforço de criação de comunidades, padres e irmãs viajavam para as localidades do interior para se reunir com os moradores e realizar cultos dominicais. Em muitas destas localidades, já existiam práticas coletivas como o festejo de santos, ‘brincadeiras de boi’, jogos de futebol e novenas. Algumas localidades, a partir dos estímulos missionários, chegaram a formar congregações [...] A idéia de formação de uma ‘comunidade’ e da necessidade dos ‘comunitários’ tomarem como a iniciativa de resolverem eles mesmos, através da sua ‘organização’, problemas como a falta de escolas e postos de saúde, foi sendo assumida por lideranças locais, muitas vezes líderes de grupos extensos de parentes (2005, p.168).

Em relação aos nomes dados a estas comunidades a mesma autora enfatiza que, as comunidades quando formadas foram, por assim dizer, rebatizadas com o nome de um santo

ou santa padroeiros, associado à referência geográfica relacionada ao rio, paraná ou lago onde estavam localizadas. s vezes o lugar já tinha o nome de um santo ou santa, outras vezes não (PANTOJA, 2005).

O termo comunidade  utilizado por todos na região e reconhecido pelo poder público local, como as prefeituras dos municípios. Esse termo abrange características que são comuns nesses agrupamentos: a) poucos moradores que no geral são aparentados; b) relativo isolamento entre as comunidades (muitas vezes dentro da mesma localidade existe uma longa distância entre os domicílios); e c) a presença da Igreja Católica na fundao e na organizao dessas comunidades.

Com relao às áreas estudadas, Mocambo, Caburi e Vila Amazônia inicialmente se constituíram como comunidades rurais, que mais tarde passaram a ser chamadas de vilas pela populao e pelo poder municipal, a partir do momento que as mesmas passaram a ser dotadas de infraestrutura. A partir de então essas áreas passaram a possuir, algumas características que não se enquadram mais na definio de comunidade acima mencionada, revelando assim uma diferenciao na composio social e espacial em relao às outras comunidades rurais de Parintins, como será visto mais adiante.

No geral, no município de Parintins, o termo comunidade  utilizado por grande parte da populao para denominar as áreas localizadas na zona rural. Geralmente essas vêm compostas da expressão “Comunidades Rurais”, ou “Comunidades do Interior”, sendo que estes termos são adotados pelos diversos órgãos municipais, estaduais e federais para se referirem a esses lugares.

Analisar e refletir sobre as comunidades rurais amazônicas implica não somente percorrer esse vasto território, mas também perceber um espaço cheio de contradioes, pois apresenta complexa rede sociocultural e ambiental. Como afirma Marilene Corrêa da Silva e José Fernandes Barros “Quando saímos do meio urbano e entramos em contato com o meio rural, logo percebemos as fronteiras sociais que separam um lugar do outro” (2000, p. 90).

Um dos trabalhos pioneiros no estudo das comunidades amazônicas, foi do antropólogo Charles Wagley que em 1948 fez um estudo minucioso e detalhado dos *modos* de vida de uma determinada comunidade amazônica, localizada no Estado do Pará (Gurup). Em seu livro **Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos** (1988), ele descreveu de forma pormenorizada as características sociais, econômicas e culturais da comunidade de It (nome fictício dado a comunidade no livro).

Com sua equipe estudaram: alimentao, despesas, rendimentos, família, objetos pessoais, sociedade, religião, festas, etc. O livro de Charles Wagley  referência ao modo de

vida das populações amazônicas das cidades da região nas décadas de 40 e 50. Neste período a Amazônia ainda era vista como fronteira a ser conquistada, lugar onde existia um atraso em relação às outras regiões do país e, principalmente, em relação as outras partes do mundo. Na ocasião, foram descritos e analisados os fatores sociais, econômicos e culturais desta localidade. Uma forma de diagnosticar como a população amazônica vive se relaciona com o próximo e com o ambiente. Muitas das observações feitas pelo autor e sua equipe vêm seguidas de correlações com acontecimentos e fatos que ocorriam em outros locais do globo.

Uma questão que também é focada no livro está relacionada às políticas públicas adotadas na região, Wagley (1988) ressalta que qualquer projeto governamental neste sentido, deveria levar em conta os aspectos sociais e culturais destas populações e que o governo precisava tomar certas atitudes para melhorar a qualidade de vida da mesma, principalmente relacionado a saúde. Porém o mesmo acreditava que parte dessa precariedade na saúde, estava fundamentada na falta de informações da população a respeito de certas doenças, como nas palavras do autor

Uma campanha de saúde pública deve, portanto, incluir um programa de educação sanitária que tenda a modificar as crenças tradicionais enraizadas a respeito das causas e tratamento de doenças e que demonstre a necessidade de manter recursos de saúde pública e os benefícios que dele resultam (WAGLEY, 1988, p.252).

Por intermédio desta obra, pode-se vislumbrar a dimensão humana das comunidades na Amazônia, suas relações sociais e seus costumes. Percebe-se por meio desta leitura, certa preocupação do pesquisador com a questão das problemáticas ambientais destas comunidades, do ponto de vista da saúde pública, que, na análise dele, necessitava de mais investimento do Estado no sentido de melhorar a vida da população amazônica, bem como certa preocupação com as disparidades existentes entre as classes sociais da época, como pode-se perceber neste trecho do livro,

A melhoria da situação de um grupo em uma sociedade significa transformações em todos os grupos. À medida que melhorar a situação do caboclo da Amazônia será afetada a situação da classe mais alta (os comerciantes, os burocratas, etc) da pequena cidade, bem como a dos aristocratas de toda a região (WAGLEY, 1988, p.287).

Porém, devemos deixar bem evidente, que a denominação de “comunidade” de Wagley é diferente das que hoje predominam nos estudos que envolvem as populações ribeirinhas da várzea amazônica, pois naquele caso, a área de estudo do mesmo correspondeu

ao município como um todo, que ele assim denominou de “comunidade”, diferente da concepção de comunidade hoje adotado.

Estudo mais recente e da mesma forma completo e interessante, foi aquele realizado por Antonio Carlos Witkoski (2007), que fez investigação sobre os camponeses amazônicos que habitam a várzea do rio Solimões/Amazonas, nas microrregiões do Médio Solimões (Município de Coari), Baixo Solimões (Municípios de Manaquiri e Iranduba), Alto Amazonas (Município de Careiro da Várzea) e Médio Amazonas (Município de Parintins), sua pesquisa foi voltada para a percepção das práticas de adaptabilidade do camponês amazônico ao ecossistema de várzea. A tese fundamental adotada no livro é a de que os “povos tradicionais” possuem vasta experiência na utilização e conservação da biodiversidade e da ecologia dos ambientes terras, florestas e águas onde trabalham e vivem (WITKOSKI, 2007).

O trabalho de Antonio Carlos Witkoski é importante, pois, mostra como os camponeses ribeirinhos vivem, se apropriam, modificam e trabalham no ambiente de várzea, sendo que o município de Parintins possui grande parte de seu território neste ambiente, como assinalado pelo autor. Logo, o conhecimento das peculiaridades que envolvem a vida das populações que vivem nesse ecossistema vão dar a dimensão de como se pode fazer a reflexão sobre o *modo* de vida ribeirinho em comunidades rurais em contraposição ao *modo* de vida urbano, evidenciando assim, a gama de similaridades e diferenciações que fornecem subsídios para avaliar como a cidade estende suas contradições sobre a vida rural e, dessa forma, modifica ou reforça certos hábitos e costumes da ruralidade nas vilas do município de Parintins.

Podemos asseverar que o delicado equilíbrio da vida camponesa guarda relação com os aspectos de sua polivalência, racionalidade econômica e as formas de adaptabilidade, desenvolvidas para viver na e com a várzea [...] o camponês amazônico e sua família são compelidos a desenvolver atividades nas terras, florestas e águas de trabalho-o que implica conhecer e respeitar a dinâmica dos ciclos das águas do rio Solimões/ Amazonas e áreas contíguas. Ser agricultor, criador de animais e extrator de produtos vegetais e animais (pesca e caça) faz do camponês e dos membros de sua família uma espécie de sujeito coletivo, criando e recriando sua existência (WITKOSKI, 2007, p. 438).

Assim, após entendimento sobre o contexto geral da pesquisa, o qual envolve vários fatores como a cidade, o urbano, o rural e as comunidades rurais, se discorre, a seguir sobre alguns conceitos que também fazem parte do arcabouço teórico e metodológico no qual este trabalho se embasa, principalmente no que tange ao conhecimento das especificidades que envolvem esses lugares (cidade e campo).

1.3 A relação rural e urbano: complementaridades e contradições

As relações entre Cidade e Campo/Urbano e Rural, têm sido alvo de contínuas discussões, tanto no campo das teorias, quanto da práxis concernente a aplicabilidade desses conceitos nas análises espaciais.

Entende-se que é importante nos estudos que envolvam cidade e campo, rural e urbano primeiramente definir seu marco lógico de conceituação, ou seja, a definição do que é urbano ou rural, porém, não de forma fechada e determinista. Nestes termos, concorda-se com as posições de Marcos Aurélio Saquet (2006), no qual afirma que

Um aspecto importante, nesta discussão, é a não definição do rural somente pela agricultura e do urbano somente pela indústria. Ambos relacionam-se reciprocamente e contém uma miríade de aspectos específicos inerentes a forma de vida distintas. Há complexidade e heterogeneidade nos espaços rural e urbano. Elas são territoriais, com temporalidades. O que varia, são os arranjos, as intensidades, formas e conteúdos, as velocidades. Um só pode ser compreendido em suas relações com o outro, só vem a ser pelo outro, numa relação complementar, dialeticamente definida (2006, p. 160).

O autor argumenta que para refletir sobre a temática do urbano e do rural, e mesmo sobre outras questões envolve conceber pelo menos três questões fundamentais: i) os elementos teóricos conceituais que orientam a pesquisa científica; ii) o real, ou seja, o mundo vivido substantivado por contradições, movimento, superações, coexistências, e, iii) a articulação teórico-conceitual-real (SAQUET, 2006).

Logo, em todas as pesquisas se deve guiar por certos parâmetros, porém não se deve tê-los como fim em si mesmo

No movimento de nosso pensamento, orientamo-nos por elementos pré-existentes; observamos, vivemos, empirizamos e compreendemos o real (re) pensando nossos fundamentos teóricos e metodológicos que devam corresponder, claramente, ao mundo vivido (SAQUET, 2006, p.157).

Assim, discorda-se com a definição rígida dos conceitos de urbano e rural adotada por muitos pesquisadores, mas entende-se que os mesmos são importantes para a estruturação das pesquisas, pois as categorias norteiam os estudos e ajudam a dar um caráter mais objetivo aos estudos científicos.

Discorrendo sobre as apreensões de rural e urbano de Marcos Aurélio Saquet, o mesmo argumenta que

As cidades concentram, como afirmara Lefebvre (1999), não só a população, mas instrumentos de produção, capital (constante e variável), prazeres (simbolicamente instituídos), o Estado como mediação e seus mediadores, religiões e etc., que são distribuídos socialmente (SAQUET, 2006, p.158).

Argumentando sobre as áreas rurais o autor concebe que

O rural é marcado, em suas características mais gerais, pela propriedade fundiária intimamente ligada a forças e relações produtivas específicas (como instrumentos rudimentares e o trabalho familiar), indústrias ainda na fase artesanal, divisão do trabalho incipiente, dispersão populacional, relação muito próximas de indivíduos com sua natureza exterior (com significados muitas vezes simbólicos, bucólicos, românticos), relações de vizinhança e ajuda mútua (cooperação), identitárias (nas linhas e vilas/sedes distritais) (SAQUET, 2006, p.159).

Essas características variam de lugar para lugar, sendo que em algumas áreas rurais podemos encontrar forças produtivas que expressam inovações técnicas e tecnológicas, mecânicas e informacionais, trabalho assalariado e indústrias ditas modernas, entre outros elementos que, usualmente, nos reportam às cidades, relembrando a idéia do autor

Alguns desses aspectos também ocorrem nas cidades, de diferentes formas, intensidades e com diferentes conteúdos, como na relação do homem com a água, com o solo urbano, com o próprio ambiente construído que contém a natureza *nata*, em associações de moradores de bairros...! Homens, historicamente determinados, têm relações sociais, que são econômicas, políticas e culturais, cotidianas e fazem do rural um espaço também urbano e, deste, um espaço também rural (SAQUET, 2006, p.159).

Nestes termos, concorda-se com o autor quando o mesmo afirma que não se deve definir o rural somente pela agricultura e o urbano somente pela indústria, pois ambos relacionam-se reciprocamente e contém uma miríade de aspectos específicos inerentes à forma de vida distinta. Assim, há complexidade e heterogeneidade nos espaços rural e urbano.

Ângela Maria Endlich (2006) destaca vários critérios que vêm sendo usualmente utilizados para a caracterização do rural e do urbano: limites oficiais ou delimitação administrativa (o rural e o urbano como adjetivos territoriais); a definição de um patamar demográfico (o rural como dispersão e o urbano como aglomeração); densidade demográfica (urbano e rural expresso em números de habitantes por quilômetro quadrado) e ocupação econômica da população (urbano e rural definido pela natureza das atividades econômicas).

Os critérios acima mencionados são os mais utilizados pelos pesquisadores para a definição de rural e urbano, assim como a delimitação de cidade e do campo. Acredita-se, que estes critérios devem ser utilizados com muito cuidado, pois na conjuntura econômica e política em que vivemos, as mesmas se confundem nos diversos espaços, não dando caracterização clara e precisa de sua presença em determinado lugar, manifestando-se em graus variáveis conforme as especificidades de cada lugar.

Neste aspecto concorda-se com esta autora quando afirma que

Os investimentos urbanos, o modo de vida urbano que extrapola as cidades, demonstra que, historicamente, o urbano atinge o rural. Há predomínio da mentalidade econômica e domínio monetário, imposições dos interesses urbanos (ENDLICH, 2006, p. 20).

Essa autora afirma que de alguma forma o urbano está presente no rural, seja por meio das relações sociais moldadas pelo sistema econômico vigente, ou pela presença de objetos que caracterizam o urbano. E são justamente essas características que nos propusemos a pesquisar nas vilas do município de Parintins.

Sobre uma visão macro da distinção entre rural e urbano, Milton Santos (2008) comenta que

Mas que a separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural, há, hoje, no país, uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas). No primeiro, os nexos essenciais devem-se, sobretudo, a atividades de relação complexas e, no segundo, a atividades mais diretamente produtivas (2008, p. 6).

Este autor tem uma visão própria de como esses estudos deveriam ser tratados no âmbito da geografia, fazendo distinção entre *Regiões Agrícolas e Regiões Urbanas* (SANTOS, 2008), sobre este assunto o autor discorre

Graças a evolução contemporânea da economia e da sociedade, e como resultado do recente movimento de urbanização e de expansão capitalista no campo, podemos admitir, de modo geral, que território brasileiro se encontra, hoje, grosseiramente repartido em dois grandes subtipos, que agora vamos denominar de *espaços agrícolas* e *espaços urbanos*. Utilizando, com um novo sentido, a expressão *região*, diremos que o espaço total brasileiro é atualmente preenchido por *regiões agrícolas* e *regiões urbanas*. Simplesmente, não mais se trataria de ‘regiões rurais’ e de ‘cidades’ Hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contem cidades; as regiões urbanas contém atividades rurais. Na presente situação socioeconômica, as cidades preexistentes, nas áreas de povoamento mais ou menos antigo, devem adaptar-se às demandas do mundo rural, e das atividades agrícolas, no que se refere tanto ao consumo das famílias quanto ao consumo produtivo, isto é, consumo exigido pelas atividades agrícolas ou

agroindustriais. Quanto às cidades, aquelas cujas as dimensões são maiores, utilizam parte dos terrenos vazios, dentro da aglomeração ou em suas proximidades, com atividades agrícolas freqüentemente modernas e grandemente destinadas ao consumo de respectiva população. [...] Teríamos, desse modo, no primeiro caso, áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas e, no segundo caso, áreas rurais adaptadas a demandas urbanas (2008, p.73-74).

Haveria dessa forma, um Brasil Agrícola e um Brasil Urbano, em contraposição ao Brasil das cidades e Brasil do rural, essa distinção se daria mais pelos tipos de relações realizadas sobre os respectivos subespaços, e não mais somente pela divisão estatística e administrativa frequentemente utilizada.

Diante das discussões sobre a conceituação de cidade e campo, assim como a definição do que é urbano ou rural, não se pode deixar de fora as reflexões sobre a urbanidade e urbanização, que importantes autores como Henri Lefebvre engendram no pensamento moderno. Pode-se citar algumas obras desse autor, que trata da temática, como **O Direito à cidade** (1969) e a **Revolução Urbana** (1983), assim como outras obras escritas pelo mesmo autor, que levantam as questões cruciais quando se quer trabalhar a urbanização e seus reflexos na vida cotidiana, assim como, sua influência no que se chama de “meio rural”. Essa foi uma das correntes teóricas que contribuíram com os estudos realizados, porém não foi a única e nem a principal.

A perspectiva levantada por este autor é de que os elementos típicos da vida urbana penetram no campo e se fundem com suas particularidades. Dessa forma, o capitalismo avança se apossando da propriedade da terra, fazendo com que a produção agrícola se torne “negócios dos capitalistas urbanos” e passam a ser comandados por estes. Logo, o modo de viver urbano, penetra no campo, comportando sistemas de objetos e sistemas de valores, instaurando assim a produção e reprodução das contradições socioespaciais típicas das cidades.

Henri Lefebvre aponta os elementos mais conhecidos do sistema urbano de objetos e de valores, que, aos poucos, ou de forma mais acelerada se instalam no campo.

Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário ‘moderno’ o que comporta novas experiências no que diz respeito a ‘serviços’. Entre os elementos dos sistemas de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida ação das modas que vem da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma uma racionalidade divulgada pela cidade. Geralmente a juventude, grupo etário, contribui ativamente para essa rápida assimilação das coisas e representações oriundas da cidade (1969, p.17).

Uma das questões importantes em nossa pesquisa é entender como se dá essa apropriação dos hábitos e costumes inerentes às cidades, nos ambientes rurais, assim como o papel que exercem os sistemas de objetos e valores na construção da cotidianidade dos moradores das vilas localizadas no interior da Amazônia. O grande desafio da pesquisa é discutir as diferenças e as similitudes do urbano e do rural em franca transformação numa região como a Amazônia.

Assim pode-se entender que a urbanização pode tornar menos nítida a distinção entre cidade e campo, porém, como esse processo ocorre de maneira contraditória a relação urbanidade e ruralidade ao invés de desaparecer, vai se intensificando, criando lugares que emanam características peculiares, mostrando em sua composição social, econômica e cultural fragmentos de urbanidade e ruralidade estabelecendo ora diálogo complexo e intenso entre cidade e campo, ambos se relacionando de maneira complementar, ora se afastando completamente sendo possível separá-los e identificar características específicas existentes em cada um deles.

Assim, esta pesquisa também intenta, por meio da análise socioeconômica e ambiental dessas localidades, entender o grau de assimilação dos valores ditos urbanos, enquanto processo, entre os meandros dos interesses econômicos e nos valores culturais que comandam a vida social, entendendo, dessa forma, as diferentes nuances da urbanidade em diferentes lugares, assim como, compreender o seu caráter contraditório, é muito importante para analisarmos como está constituído este urbano na Amazônia, mas especificamente nas cidades médias como no caso de Parintins.

Maria Lúcia Falconi da Hora Bernadelli (2006) formula seu ponto de vista na compreensão do modo vida rural e o urbano, onde afirma que

A vida rural é associada, geralmente, com uma expressiva valorização da comunidade, valores da vida da família e também ao papel importante da religião. A vida urbana tem como características agrupar mais as pessoas a partir de sua profissão, muito mais do que somente a partir da família ou da orientação religiosa. [...] Outra consideração a ser lembrada é a de que, quando pensamos em 'modo de vida rural', pensamos haver maior articulação entre o espaço do trabalho e o espaço de vida como, por exemplo, no caso de uma pequena propriedade. Do mesmo modo, no campo, o uso do tempo guarda maior relação com a natureza do que em relação ao 'modo de vida urbano' em que a separação entre espaço de vida e de trabalho é, geralmente, maior, com o tempo e o espaço assumindo maior 'compartimentação' em comparação ao que ocorre nos espaços rurais. Da mesma forma, não podemos esquecer que outro importante elemento refere-se à classe social, que tem profunda implicação no estabelecimento do 'modo de vida', na medida em que a renda irá permitir o acesso (ou não) a uma série de bens e tecnologia também constantemente transformados e incorporados ao 'urbano' (2006, p.46).

Logo, se procurou apreender o urbano e rural, a cidade e o campo, a partir dos processos passados e em curso que (re) produzem e (re) definem o espaço, pensando-os a partir de múltiplas dimensões (sociais, políticas, ideológicas, econômicas, históricas e culturais).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004) escreve sobre a necessidade do entendimento das mudanças que ocorrem no campo nos dias atuais, principalmente no que diz respeito às relações sociais

Na realidade, as relações sociais se realizam, concretamente, enquanto relações espaciais e, nesse sentido, a análise do espaço revela um processo de produção/reprodução da sociedade em sua totalidade. Não podemos ignorar que o trabalho é criador de formas – esse processo está na origem da produção da cidade e do campo (OLIVEIRA, 2004, p.57).

Esse autor propõe profunda reflexão sobre a temática rural, onde coloca que a cidade é hoje palco e lugar dessas lutas rurais/urbanas e/ou urbanas/rurais, e que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão de grande parte das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo (OLIVEIRA, 2004). Ele ainda enfatiza que as pesquisas sobre percepção e modos de vida das populações do campo estão se tornando prática usual na Geografia Agrária, e concomitantemente, muito importantes na compreensão do processo de apropriação capitalista nas áreas rurais.

Acredita-se que no fundo, as divisões entre rural e urbano não passam de abstrações, uma vez que o território é sempre vivido sem fronteiras, com movimentos das populações ora em lugares mais concentrados, ora em espaços dispersos. Ambas as conformações cumprem funções definidas e contextualizadas fazendo parte de uma realidade única e com estes aspectos inter-relacionados (GUERRA, 2006).

Sobre a compreensão do espaço pode-se citar as concepções de Milton Santos, contidas na obra **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** (2008), no qual discute, minuciosamente, o conceito de espaço, lugar, técnica, correlacionando-os com o tempo que se vive, a conjuntura político, social e cultural que a nova era da globalização impõe. Nestes tempos de mudanças radicais de conceitos, comportamentos e atitudes, muitas vezes deixa-se de delinear nossa tênue relação com estas categorias de análises tão importantes para a geografia, assim como para outras ciências sociais que trabalham com a perspectiva tempo-espaço. Santos define que

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único na qual a história se dá [...] Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (2008, p.63).

Como o intuito da pesquisa é também entender a forma como se dá a produção do espaço nas vilas estudadas, temos que considerar todos os fatores que contribuem para a constituição desse espaço, compreendendo o espaço geográfico como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido (SANTOS, 2008).

Ao analisar a categoria lugar, Santos trabalha com a essência deste termo, colocando-o no patamar das inter-relações com a sociedade globalizada, mas, ao mesmo tempo localizada, para ele é no lugar que o homem estabelece as relações com o mundo, com seu próximo, e consigo mesmo, esse intercâmbio transforma os lugares criando e recriando suas formas, estruturas e relações.

Neste jogo de dinâmicas o lugar pode tomar várias formas e sentidos, modificando o ser humano que conseqüentemente modifica o lugar, sendo este um processo contínuo e mutável, que resulta numa gama de pluralidades que coexistem em determinado lugar

No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições- cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2008, p. 322).

O lugar contém as transformações, das (des) construções do espaço, é a força dialética que leva o homem a se tornar capaz de criar e recriar sua própria cultura, modos de vida e relações sociais que engendram nova forma de pensar e conceber o lugar conforme as necessidades. O lugar não é estático, mesmo aqueles que estão geograficamente distantes dos centros urbanos estão, de certa forma, conectados com o globo sofrendo a influência dele. Para Milton Santos é no lugar que a vida acontece, é nele que o homem estabelece suas relações, cria identidades, corrobora conceitos e se socializa com seus semelhantes.

No nosso entendimento o espaço, levando em consideração a concepção de Milton Santos, é isso: vida, morte, mudança, comunicação, cultura, intercâmbio, construção e

desconstrução tanto de conceitos como de práticas, é o *lócus* onde atuam todas as formas da sociedade, todos em seus determinados lugares que ora são locais ora são globais.

Outro conceito importante nesta pesquisa é sobre a produção do espaço urbano, no qual Ana Fani Alessandri Carlos (2007) apresenta importante contribuição de como devemos apreendê-lo

Entender o espaço urbano do ponto de vista da reprodução da sociedade significa pensar o homem enquanto ser individual e social no seu cotidiano, no seu modo de viver, agir e pensar. Significa entender o processo de produção do humano num contexto mais amplo: o da produção da história, de como os homens produziram e produzem as condições materiais de sua existência (2007, p.79).

Essa autora expõe com bastante propriedade as formas e conteúdos existentes no cotidiano das cidades, sua apropriação e consumo, ou seja, as contradições existentes, que de algum modo estão presentes nas diversas esferas sociais que constituem os espaços urbanos.

Como neste estudo, buscou-se entender a produção do espaço em Mocambo, Caburi e Vila Amazônia, sob a perspectiva do urbano e da cidade, ou seja, procurando fazer uma reflexão de como a urbanização se faz presente em espaços rurais, mudando formas e estruturas pré-existentes, para isso deve-se compreender que

Pensar a cidade significa pensar o sentido da vida na cidade (de como ela se realiza), significa pensar a plena dimensão do homem, o que revela a cidade enquanto liberdade. Se é no cotidiano que se realiza a norma, ganha a forma e segregação, é aí que estão as possibilidades de apropriação do espaço (CARLOS, 2001, p.430).

Ao se analisar as características socioambientais encontradas nas vilas do município de Parintins, fazendo a interpretação dos mesmos e identificando suas semelhanças e diferenças em relação a produção do espaço evidenciada na cidade, pode-se compreender, embasados nos conceitos acima apresentados sobre cidades e comunidades rurais, rural e urbano, compreendemos que ambos (cidade/urbano e campo/rural) possuem suas características próprias e ao mesmo tempo se inter-relacionam. Dessa forma, é importante entender até que ponto a cidade e os modos de vida urbanos se estendem às pequenas vilas que estão ligadas as mesmas. Conhecendo as características sociais e ambientais dessas vilas pode-se compreender como as mesmas constroem seu cotidiano e assim descobrir se elas apresentam as contradições existentes na cidade de Parintins, e até que ponto as mesmas sofrem influências da cidade e como está ocorrendo a modificação do modo de vida dos moradores dessas vilas. Sobre o cotidiano vivido nas cidades Ana Fani Alessandri Carlos afirma que

A produção do cotidiano no mundo moderno vincula-se à ampla difusão do consumo que criou o reino da mercadoria conseqüentemente possibilitando a penetração das relações capitalistas na esfera doméstica associada à necessidade de reprodução do capital através da reprodução das relações sociais que produz um modo de vida, um modo de consumo, um tipo de consumidor, valores e necessidades. Isso significa que a difusão do mundo da mercadoria como condição da reprodução passa pela desagregação do modo de vida tradicional e da construção de um novo, em que as relações passam a ser mediatizadas pela mercadoria e pelo mercado (2007, p. 52).

Nas análises e reflexões sobre as novas configurações da relação rural urbano utilizaremos as idéias contidas nas obras de João Rua (2007, 2006 e 2005), as quais trabalham a concepção de “Urbanidades no Rural”, afirmando que, “[...] seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses espaços formalmente como urbanos” (RUA, 2005, p.57), ou seja, estas seriam as manifestações de territórios híbridos, nos quais urbano e rural interagem e se fundem, mas sem se tornar a mesma coisa, já que preservam as suas especificidades (RUA, 2006). Numa conceituação mais abrangente sobre as urbanidades no rural o autor afirma que

Urbanidades no rural seriam todas as manifestações materiais e imateriais com caráter inovador (nem sempre de origem urbana ou metropolitana, embora influenciadas por essa origem) em áreas rurais, sem que, por isso, fossem identificados tais espaços como urbanos. As urbanidades são constituídas por uma enorme gama de manifestações, que incluem, em seus aspectos naturais, a melhoria da infraestrutura e dos meios de comunicação, novas formas de lazer, a segunda residência, o turismo, as indústrias, o acesso a bens de consumo coletivos, especulação imobiliária e o preço da terra, novas relações de trabalho, direitos trabalhistas, aposentadoria rural e etc. (RUA, 2007, p. 272).

As discussões deste autor são importantes em nossas análises, pois o mesmo se preocupa com o estudo das influências do urbano no rural, porém não de uma forma fechada e tradicional, como outros autores trabalham, mas procurando o diálogo com as diversas correntes teóricas que estudam o urbano e o rural. Ele possui uma visão mais integradora das territorialidades em que o urbano e o rural se mesclam, definindo particularidades e singularidades que marcam cada localidade, ou seja, para ele o território tem um caráter “híbrido”, onde, segundo o mesmo

Um rural que interage com o urbano, sem deixar de ser rural, transformado, não extinto. A hibridez permanente evidencia a ‘criação local’, isto é, a capacidade dos atores locais de, influenciados pelo externo, de escala mais ampla, desenvolverem leituras particulares dessa influência e produzirem territorialidades particulares (RUA, 2005, p.58).

O autor procura demonstrar que há uma espacialidade que se integra a um “urbano” que se difundiu por todo território; que há um rural com leituras particulares (criações locais) desse movimento mais amplo, que interage com aquele “urbano”, e que essas interações transformam os espaços rurais em territórios híbridos (resultado dessas interações) nos quais se dão várias formas de apropriação e dominação; que as marcas dessa hibridez são as “urbanidades no rural”, integradoras das múltiplas escalas que a ação política exige (RUA, 2005).

João Rua baseia o conceito de “urbanidade no rural” na concepção de urbano demonstrada por Henri Lefebvre, pois trabalha com a idéia de sociedade urbana como devir, como possível e virtual entendendo o processo de “urbanização da sociedade”, como aquela em que o urbano ultrapassa a cidade e se instala na escala do território (RUA, 2005, p. 50).

Outros autores também discutem as recentes transformações ocorridas no campo brasileiro dentre eles podemos citar Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2000 e 2001) e Sérgio Schneider (2001 e 2003) que enfocam as recentes mudanças em áreas rurais, influenciadas pelo processo de urbanização e a complexa relação campo-cidade e suas atuais configurações.

Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2000 e 2001) chama a atenção em seus trabalhos para a emergência de se estudar a ruralidade, o desenvolvimento rural e o desenvolvimento local no Brasil moderno e que essas temáticas têm sido alvo de muitos debates na comunidade acadêmica e também envolve militantes de movimentos, organizações sociais e responsáveis pela política pública voltadas para a agricultura e o meio rural. Para esta autora, internamente, o meio rural sofrerá profundo processo de diversificação social e suas relações com o meio urbano perderão definitivamente o caráter de antagonismo, em benefício das relações de complementaridade (WANDERLEY, 2000).

Resumindo, podemos compreender as vilas a partir de uma categoria importante da geografia, a paisagem. No caso específico, se imbricam a paisagem natural, as três (03) vilas estão nas margens de lagos ou rios, as paisagens rurais, as três estão inseridas no meio rural, embora Vila Amazônia seja, oficialmente, área de expansão urbana. Mas as vilas são, sobretudo, paisagem urbana, pois apresentam formas urbanas (ruas, edificações, aglomerações).

A geografia sempre apresentou a paisagem como natural e cultural, diferenciando as duas, sendo que a primeira, refere-se à combinação de elementos formados pela própria natureza interagindo entre si, tais como topografia, vegetação, solo, rios e lagos, enquanto que

a paisagem cultural-humanizada - inclui todas as modificações feitas pelo homem no ambiente natural, visando à apropriação para o seu uso (EMÍDIO, 2006).

Segundo Teresa Emídio (2006) a paisagem cultural comporta as áreas rurais e urbanas, porém não significando que tais áreas estejam separadas, pois a dicotomia entre campo e cidade, que se expressa na oposição rural x urbano deixam de existir no momento em que práticas antes restritas ao meio urbano são observadas também no meio rural, consolidando-se um continuum territorial, em que se encontram reunidos todos esses lugares, vizinhos uns dos outros (EMÍDIO, 2006).

Nos capítulos seguintes será abordado mais especificamente o foco desta pesquisa, caracterizando o município de Parintins, seu processo histórico de ocupação e suas principais características socioeconômicas e espaciais, partindo primeiro do geral, que é a cidade de Parintins e depois para o específico que são as vilas do município, foco principal da pesquisa.

2 - CIDADES, VILAS E AGROVILAS: ESPAÇO, TEMPO E PAISAGEM

Antes de falar sobre as áreas da pesquisa, que são as vilas e agrovilas do município de Parintins, é primeiramente necessário conhecer a constituição do município de Parintins desde seus primórdios. Compreender a formação histórica do município é importante para entender o universo do estudo, posto que as áreas pesquisadas constituem-se de pequena fração do espaço geográfico do município, um recorte geográfico que faz parte de um todo inter-relacionado, que possui suas características próprias, mas que não deixa de ser reflexo do conjunto de acontecimentos e representações que é o município de Parintins. Nos parágrafos abaixo, será apresentado, como surgiu e se consolidou esse importante município do Baixo-Amazonas, conhecido mundialmente pelo Festival Folclórico, mas que além disso, tem uma interessante história, que merece ser aqui lembrada. Faz-se-á, também uma descrição sobre suas características socioambientais, econômicas e culturais, para que se possa fazer a análise comparativa com Mocambo, Caburi e Vila Amazônia, tomando como referência as sedes dessas regiões.

2.1 O município de Parintins: formação histórica

Tomando como referência as obras: **Clarões de Fé do Médio Amazonas**, **Missão Vila Nova-Parintins**, **Memórias de Parintins** e **Memórias do Município de Parintins**, de Dom Arcângelo Cerqua (2009), Tadeu de Souza (2003), Tonzinho Saunier (2003) e Antônio C. R. Bittencourt (2001), respectivamente, será relatado de forma sucinta os principais acontecimentos que deram origem ao município de Parintins. Destaca-se que estes autores fizeram pesquisa documental, assim como, coleta de relatos orais para escreverem suas obras, e que as mesmas são as principais fontes de pesquisa sobre a gênese do município de Parintins e seus principais acontecimentos históricos.

A partir de agora será discorrido um capítulo importante na história de formação e criação das localidades na Amazônia, não só de Parintins, mas de grande parte do que atualmente são as cidades na Amazônia, que são as Missões Jesuítas, que foram responsáveis pelos aldeamentos e agrupamentos dos povos indígenas nessa época.

A Companhia de Jesus foi fundada por Santo Inácio de Loyola, sendo que em 1540, o Papa Paulo III aprovou as constituições da nova ordem, com a bula *Regimini Militantis Ecclesiae*. No Brasil os primeiros jesuítas chegaram em 1549, em Salvador/BA, comandados pelo Pe. Manoel da Nóbrega.

A presença dos jesuítas na Amazônia brasileira remonta ao Século XVII, quando em 1639, o Pe. Luís de Figueira, vindo do Maranhão, chega a Belém e dá início ao trabalho missionário, percorrendo os rios Tocantins, Pacajá e o baixo Xingu, tornando-se o primeiro missionário da Companhia de Jesus (de origem portuguesa) a trabalhar na região. Antes dele já haviam estado de passagem jesuítas provenientes da Missão jesuítica no Peru (então colônia espanhola), entre eles o Pe. Samuel Fritz, que viajou de Quito a Belém (em 1689/90), ajudando a fundar as cidades de São Paulo de Olivença/AM, Coari/AM e Tefé/AM, e registrando em seu diário de viagem rico relato sobre a ocupação da Amazônia pelos espanhóis e portugueses, além de descrever os hábitos das populações indígenas e realizar estudos sobre as diferentes línguas ali faladas. Outros missionários chegaram enviados pelo Pe. Antônio Vieira, como o Pe. João Felipe Bettendorf, que fundou a cidade de Santarém/PA (em 1661). Também ao redor de missões dos jesuítas nasceu a cidade de Parintins/AM, a ilha Tupinambarana.

Como resultado da visita de Francisco Gonçalves, que viria a ser o superior da Companhia de Jesus para a ilha, onde hoje é a cidade de Parintins vieram para trabalhar com os índios da nação tupinambarana os jesuítas Manuel Pires e Manuel Souza, onde se basearam numa aldeia que estava localizada na embocadura do Remanso. Nesta aldeia foi erguida uma capela em honra a Santa Cruz. Porém, devido ao acontecimento do assassinato do cabo de tropa Antonio Arnau Vilela por índios dessa região, ocorreu um verdadeiro massacre, por vingança, dos indígenas dessa aldeia, desativando a mesma (SOUZA, 2003, p. 04).

Por causa desse acontecimento os padres Manuel Pires e Manuel Souza, mudaram para a ilha onde hoje é Parintins, onde iniciaram as bases do que mais tarde seria o município de Parintins. Segundo Souza

Construíram uma capela em honra ao padroeiro São Miguel. Fundaram uma escolinha. E utilizando os recursos disponíveis iniciaram a catequese.

Para povoar a comunidade promoveram o aldeamento, que não era outra coisa se não reunir os índios dispersos e trazê-los para morar na Missão. A medida proporcionava também segurança para perigos naturais (SOUZA, 2003, p. 05).

Na nova missão os padres conseguiram trazer para morar indígenas pertencentes às seguintes nações: Pataruâna, Areretu, Andirá, Mojoára e Sapopé (SOUZA, 2003, p.05).

Com a ascensão política do Marques de Pombal junto ao trono português (1750-1777) houve profundas mudanças na política de Portugal para a Amazônia. Por essa época, também os interesses de uma classe dominante já formada no Brasil passaram a competir com as dos missionários e a resultante foi que em 1759 os jesuítas foram definitivamente expulsos (OLIVEIRA, 1983, p.191), pois diziam eles que os jesuítas estavam ensinando os índios a serem rebeldes e facilitarem a reconquista da Amazônia por parte da Espanha. Já mencionamos acima que os jesuítas foram importantes para a formação de aglomerações populacionais indígenas, que mais tarde foram elevadas a vilas que formaram, posteriormente, os municípios que conhecemos.

Sendo que, com a expulsão dos jesuítas de nossa região, os aldeamentos formados por eles tiveram seu fim; no aldeamento realizado pelos padres jesuítas no que hoje é Parintins aconteceu a mesma coisa, ela ainda resistiu por algum tempo, mas os poucos moradores que ficaram, perderam ânimo para o trabalho na agricultura e sem produção a aldeia desapareceu em alguns meses.

O lugar passou por vários fatos históricos registrados. Em 1776 o Capitão de Milícias José Pedro Cordovil desembarcou na ilha com seus escravos e agregados para se dedicar à pesca do pirarucu e à agricultura, ele era um bandeirante caboclo que sonhava em encontrar ouro e diamante na floresta. A rainha D. Maria I deu-lhe a ilha de presente. Ali instalado, fundou uma fazenda de cacau, dedicando-se à cultura desse produto em grande escala. Ao sair dali, algum tempo depois, ofertou a ilha à rainha. Tupinabarana foi aceita e elevada à Missão Religiosa, em 1803, pelo Capitão Mor do Pará, Conde dos Arcos, que incumbiu sua direção ao Frei José das Chagas, recebendo a denominação de Vila Nova da Rainha. A eficiente atuação do Frei José provocou um surto de progresso e desenvolvimento na Vila, mediante a organização da comarca do Alto Amazonas, em 25.07.1832, passa a Freguesia de “Nossa Senhora do Carmo de Tupinabarana”.

Em 24.10.1848, pela Lei Provincial do Pará nº 146 elevou a freguesia à categoria de Vila Bela da Imperatriz, e constituiu o município até então ligado a Maués. Em 14.03.1853, dá-se a instalação do município de Parintins. Em 10.12.1981, pela Emenda Constitucional nº 12, o território de Parintins é acrescido do distrito de Mocambo, e hoje o município é dividido em dois distritos: Parintins e Mocambo.

O crescimento de Parintins se deu sob a influência da Igreja Católica, desde sua constituição com a chegada dos Jesuítas Manoel Pires e Manuel Cardoso em 1660, até as importantes obras realizadas pela Prelazia de Parintins a partir de 1955, foram fundadas escolas, hospital, sistemas de rádio entre outras benfeitorias.

A partir de agora serão abordados os acontecimentos históricos mais recentes do município, que ajudaram a constituir a atual conjuntura de Parintins, principalmente em seus aspectos econômicos e evolução do espaço urbano.

Ieda Hortêncio Batista (2000), em sua dissertação de mestrado sobre urbanização e ambiente em Parintins, faz interessante relato histórico de como era a cidade, fazendo um recorte temporal do ano 1900 a 2000. Porém, sua análise se fundamenta no processo de urbanização e suas implicações socioambientais, mas como o objetivo é proporcionar uma visão geral sobre a evolução da cidade até o presente momento, também utilizou-se outras obras além da já mencionada, como a de Antonio C. R. Bittencourt (2001), José Camilo Ramos de Souza (1998), Wallace Pinheiro (1995), Tadeu de Souza (2003) e Massilon Cursino (1993), entre outros.

Na descrição de Bittencourt (2001), em 1920 Parintins tinha a seguinte estrutura

Tem 10 ruas, uma bella avenida, 9 travessas e cinco praças. As ruas são dispostas de Leste e Oeste e as travessas de Sul a Norte. A avenida que tem o nome de Amazonas, é traçada de Leste e Oeste; a sua extensão vae do lago da Franceza e termina no lugar denominado São José; tem a largura de 20 metros e a extensão de 1.705 (BITTENCOURT, 2001, p. 16).

Este autor também faz relato dos aspectos sociais e econômicos da cidade neste período. Em 1920, pela contagem do censo, Parintins contava com o número de 14.607 habitantes, que moravam em 3.084 casas. Sua economia era baseada em grandes plantações de cacau, cultivo do tabaco e preparação do fumo, pequenos cafezais e na plantação do guaraná, além da plantação da mandioca para a preparação da farinha. Assim sua base era essencialmente agrícola, e se avaliou que nessa época existia cerca de 488.000 pés de cacau (BITTENCOURT, 2001, p.176).

Este mesmo autor afirma que em 1920

No município se trabalha também na indústria extractiva de produtos naturaes, o que constitue importante commercio. Fabrica-se a borracha nos seringais naturaes, como nos de plantação. Colhe-se a castanha. A flora produz diversas drogas: Copahyba, caferana, manacá, muirapuama, que constituem artigos de exportação. Na quadra do verão também trabalha-se na salga do pirarucu, nos lagos do município. Com a desvalorização da borracha, os prejuízos do Município, comparados com os de outros, foram muito menores, porque a população emprega-se em outros serviços. Não houve êxodo, essa depreciação animou a novas plantações (BITTENCOURT, 2001, p. 184).

Pelo censo econômico de 1920, o município de Parintins contava com 876 estabelecimentos rurais de plantação e criação e vários estabelecimentos comerciais na sede

da cidade. Já existiam vários prédios públicos pertencentes ao município e ao Estado, dentre eles: 01 Mesa de Rendas (construída de madeira e barro, coberta com telhas), 01 Cadeia Pública (um edifício de pedras e tijolos), 01 Coletoria Estadual (construída de madeira, coberta com telhas de barro), 01 Edifício onde funciona o mercado municipal (de pedra e tijolo), 01 Matadouro (barracão coberto com telhas de zinco) (BITTENCOURT, 2001, p.195).

Nas primeiras décadas do século XX observava-se certa preocupação com o crescimento da cidade com a elaboração de alguns mecanismos de gestão que visavam dar certo tipo de organização a cidade, como regulamentações e demarcações de ruas e travessas, cobrança de impostos sobre terras entre outras (BATISTA, 2000).

Até 1940 a estrutura urbana de Parintins não era muito diferente das demais cidades amazônicas daquela época; 10 anos antes nem existia energia elétrica, sendo que a cidade era iluminada por faróis a base de “banhas” de animais. A maioria das ruas era de terra e as que apresentavam melhores condições eram praticamente três (03), as quais eram chamadas pela população local de: rua da frente, rua do meio e rua de trás. Essas denominações lembram as feitas na obra de Charles Wagley, pelos moradores de Itá, em que os moradores das cidades amazônicas geralmente não se referiam às ruas pelo nome e sim pela posição em que elas se encontravam na cidade “[...] Os nomes indicados nos mapas são raramente usados, quando são. As ruas são conhecidas como ‘rua primeira’, ‘rua segunda e ‘rua terceira’(começando do rio)” (WAGLEY, 1988, p. 46). Predominava nas construções das moradias as casas de madeira com cobertura de palha, onde quase todos possuíam quintais extensos e bem arborizados.

Em Parintins o período de 1940 a 1970 é marcado pelo crescimento e desenvolvimento urbano impulsionado pelo cultivo da juta em escala comercial. Esta fibra, que foi trazida pelos japoneses e adaptadas nas várzeas amazônicas, tornou-se o principal produto de exportação de Parintins, sendo que várias fábricas de beneficiamento e tecelagem da fibra da juta se instalaram na cidade.

Para se ter idéia da relevância do cultivo da juta no município de Parintins, Massilon Cursino (1993) expõe algumas estatísticas econômicas que comprovam a importância da mesma para a economia de Parintins naquela época. Segundo os dados do CODEAMA, em 1964 a juta e os produtos derivados dela produzidos no município de Parintins foram responsáveis por 22.5% de toda a produção de juta do Estado do Amazonas, sendo que nos portos de Parintins movimentava-se cerca de 1/3 (um terço) e 1/4 (um quarto) da produção estadual. Estimava-se que em meados de 1960, cerca de 1.000 pequenos estabelecimentos

produtores estavam engajados na cultura da juta em Parintins, o que equivalia a 5.000 pessoas diretamente ligadas a produção da fibra na região (CURSINO, 1993).

Assim, a juta tornou-se o principal fator da economia de Parintins, pois o seu cultivo e beneficiamento ocupavam grande parte da mão-de-obra dos habitantes tanto da área rural como da urbana, sendo que até a década de 70 a população rural era maior que a urbana.

A partir da década de 80, com o declínio da exploração da monocultura da juta e da malva, Parintins começa a experimentar uma inversão populacional, ou seja, a população urbana ultrapassou a rural, pois muitos agricultores de juta migraram para a cidade em busca de melhores condições de vida, pois, com o declínio do cultivo da juta as famílias ribeirinhas começaram a passar por dificuldades. Fazendo análise da crise do setor primário em Parintins Wallace Pinheiro (1995), expõe que estão entre elas: as grandes enchentes; as instabilidades dos preços e a inconsistência da demanda por produtos agroextrativos; o crédito insuficiente, burocrático e as dificuldades de comercialização de produtos “[...] Como consequência dessa crise verificou-se o êxodo rural e pressão sobre a infra-estrutura da cidade” (PINHEIRO, 1995, p. 215).

Nas décadas de 80 e 90 o Festival Folclórico começa a atrair mais visitantes para a cidade, se tornando um importante fator econômico da região por meio do turismo, mesmo este ainda não sendo bem planejado pelo poder público, para que possa, efetivamente, se transformar numa alternativa econômica eficaz para o município.

2.2 O município de Parintins: aspectos socioambientais e econômicos

O município de Parintins está localizado a leste do Estado do Amazonas na zona fisiográfica 9ª sub-região-Baixo Amazonas, conforme observado na Figura 1, com 50 m acima do nível do mar, com temperatura média de 35° e umidade relativa do ar chegando a 85%. Possui uma área territorial de 5.952 km² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 2009), distribuídos nos ecossistemas de várzea (48%); terra-firme (17%) e rios, lagos, igarapés e paranás (35%), (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas- IDAM, 2009).

O Município de Parintins encontra-se geologicamente localizado sobre rochas (arenitos, argilitos, siltitos, arcósios e conglomerados) da Formação Barreiras (idade Quaternário recente), que são encobertas por extenso e delgado pacote de material argilo-arenoso, por sua

vez, repousa sobre níveis lateríticos maduros e imaturos. Faz parte da unidade geológica mais jovem da área e apresenta depósitos recentes de sedimentos arenosos e argilosos inconsolidados, de idade Terciária e Quaternária (RADAMBRASIL, 1978). De modo geral, o município apresenta relevo que varia de altos a baixos platôs, dissecados e aplainados, com presença de áreas inundáveis e constantemente alagadas e outras submetidas ao regime fluvial do rio Amazonas. Destacando a ilha de Tupinambarana quanto a sua drenagem, pode-se observar uma desorganização, com muitos lagos alinhados e afluentes de direções ortogonais (RADAMBRASIL, 1978).

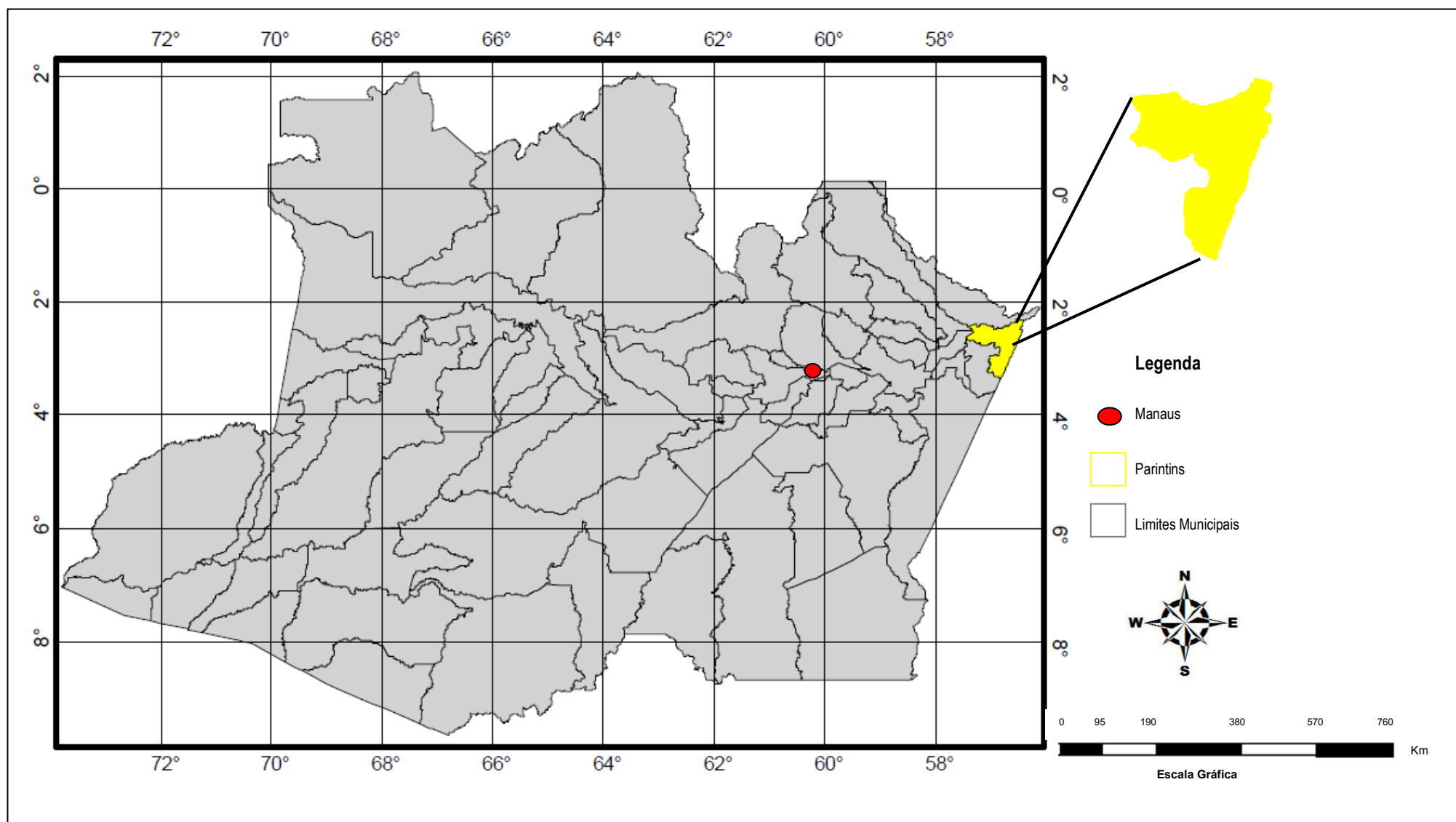


Figura 1 - Mapa de Localização do município de Parintins em relação ao Estado do Amazonas
FONTE: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais- CPRM, 2004.
Organização: Francimara Torres de Freitas.

O município é composto de 02 Distritos: Mocambo e Parintins (Lei Estadual nº 1707 de 23/10/1985). A sede municipal, situada à margem direita do rio Amazonas, na ilha de Tupinambarana, dista 369 km em linha reta de Manaus e 420 km por via fluvial. O município limita-se ao norte com Nhamundá e Urucará; a leste com o estado do Pará; ao sul com Barreirinha e a oeste com Urucurituba (Figura 2).

O Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam densidade demográfica de 15,15 habitantes por km² e uma taxa de crescimento anual de 5,90%, sendo estes indicadores considerados altos em relação aos demais municípios do Estado do Amazonas, com exceção de Manaus. A população total está estimada em 107.250 habitantes, ficando atrás apenas da capital do Estado.

População	Ano 1991	Ano 2000	Ano 2007
Urbana	41.591	58.125	66.236
Rural	17.192	32.025	35.808
Total	58.783	90.150	102.044
Densidade	9,98	15,15	17,14

Quadro 1 – Evolução Populacional de Parintins
FONTE: IBGE, 2009.

Como se pode observar na tabela acima, no período 1991-2000, a população de Parintins teve uma taxa média de crescimento anual de 5,06%, passando de 58.783 em 1991 para 90.150 em 2000. A taxa de urbanização diminuiu, passando de 70,75% em 1991 para 64,48% em 2000. Em 2000, a população do município representava 3,21% da população do Estado, sendo o maior município, depois de Manaus, em número de habitantes.

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Parintins cresceu 5,78%, passando de 0,658 em 1991 para 0,696 em 2000, e, segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Parintins apresenta uma situação intermediária: ocupa a 3053ª posição (SEPLAN, 2006).

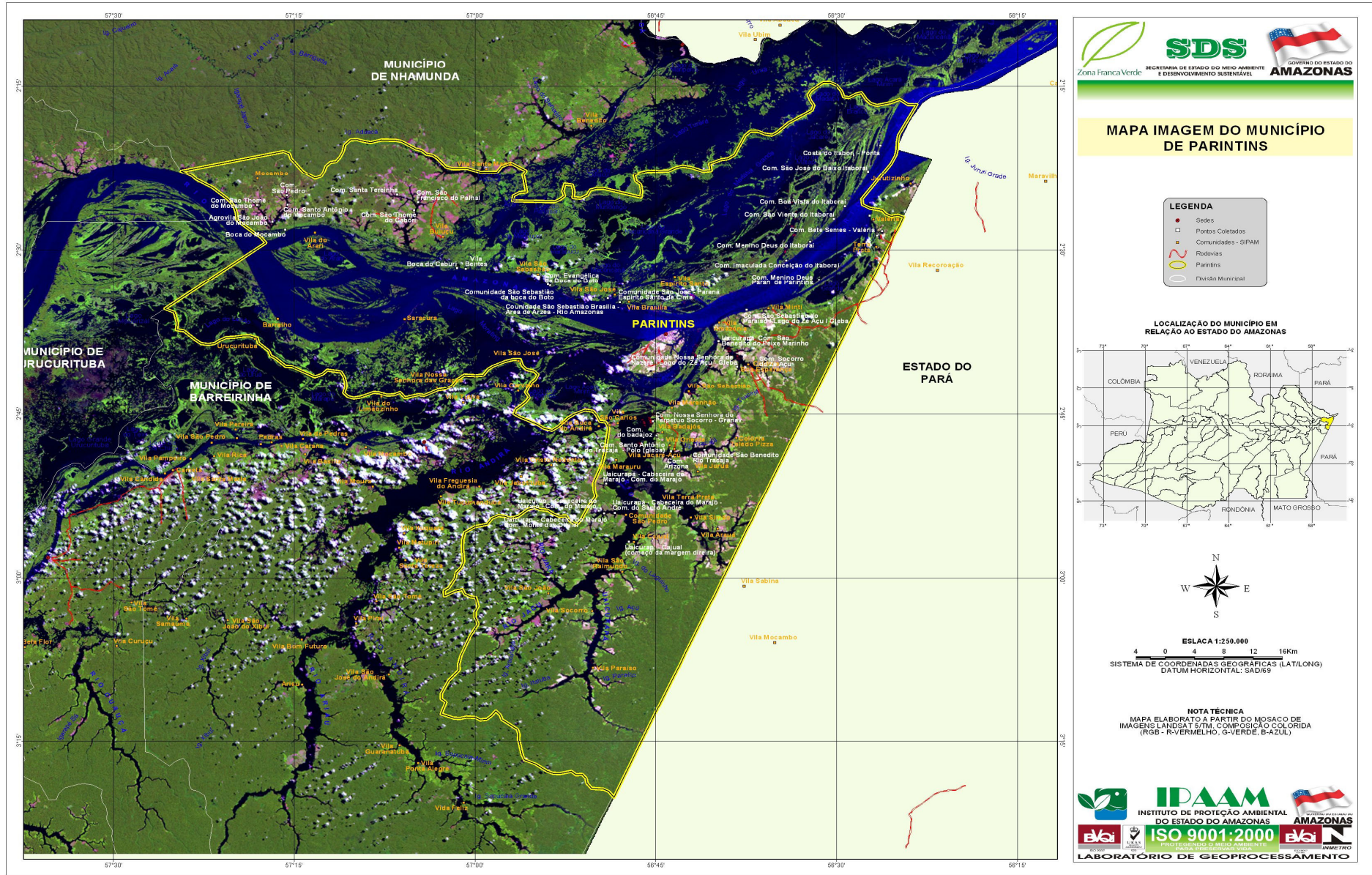


Figura 2 -Mapa Imagem do Município de Parintins
FONTE: IPAAM, 2005.

No tocante a infraestrutura de transporte, comunicação, abastecimento de energia e água tratada, podemos inferir que o município não dispõe de malha viária intermunicipal e interestadual, apenas uma estrada de aproximadamente 60 Km com vários ramais, desprovidos de pavimentação, com péssimas condições de tráfego e que liga a sede do Projeto de Assentamento Agrário de Vila Amazônia às demais comunidades pertencentes a mesma.

Na sede municipal não existe transporte coletivo urbano, em virtude das curtas distâncias, apesar de existirem ônibus que fazem transportes de alunos que moram em áreas distantes das escolas do centro da cidade. No entanto, existem outras formas alternativas de deslocamento como táxis, com uma frota de 136 táxis e 482 moto-táxis (Setor de Terras do Município de Parintins), cerca de 90% de suas ruas e avenidas são asfaltadas. Atualmente o meio de transporte mais utilizado pelos moradores da área urbana de Parintins são as motocicletas, sendo este município o detentor das maiores frotas do Estado do Amazonas, com 7.005 motocicletas, quanto aos automóveis a cidade possui uma frota de 866 veículos (IBGE, 2009).

O aeroporto Júlio Belém, o único da cidade, recebe vôos diários (diurnos e noturnos), sua pista de 1.800m com iluminação noturna, suporta aeronaves de grande porte e possui infraestrutura que atende as demandas locais e até nacionais, como na época do festival folclórico. Atualmente os vôos diários são operados por apenas 01 (uma) companhia aérea a TRIP LINHAS AÉREAS, que se configura como um monopólio das viagens aéreas em Parintins, sendo que assim, a mesma pode cobrar o preço que achar conveniente pelas passagens aéreas, chegando a preços exorbitantes em determinados períodos como no Festival Folclórico e nas festas de fim de ano.

O principal porto de desembarque é o Porto Municipal, que foi inaugurado no ano de 2003, porém, mesmo sendo relativamente recente já apresenta problemas em sua infraestrutura, visto que, no corrente ano, ficou parcialmente alagado por causa da subida das águas do rio Amazonas, causando muitos transtornos aos usuários (Figura 3 e 4).



Figura 3 – Porto Municipal alagado com a cheia do rio Amazonas
FONTE: Arquivo pessoal de Reandro Azedo (junho de 2009).



Figura 4 – Estrutura do porto que foi invadida pelas águas
FONTE: Arquivo pessoal de Reandro Azedo (junho de 2009).

O transporte intra-municipal e regional é feito predominantemente por barcos de recreio com destino às comunidades da zona rural, a outros municípios e para o Estado do Pará. Além de barcos para o transporte de cargas e passageiros, também trafegam barcos pesqueiros e de turismo ao longo do rio Amazonas e afluentes. Segundo a Capitania dos

Portos em Parintins, o município conta com 2.206 embarcações de médio e grande porte e 297 de pequeno porte.

O tráfego de navios e barcos é regular e se dá ao longo do rio Amazonas, com destino entre os portos de Parintins, Manaus e Belém. A Capitania dos Portos (Agência de Parintins), é responsável pela orientação, licenciamento e fiscalização das embarcações que trafegam nessas águas e segundo a mesma somente no trecho Parintins-Manaus trafegam 11 barcos de linha, que saem quase todos os dias do próprio porto de Parintins, para cidade de Manaus, fazendo escala na cidade de Itacoatiara (Quadro 2).

Nome da Embarcação	Dias da semana	Horário
Navio Motor Parintins	Segunda -Feira	11:00
Lancha Pérola	Terça-Feira	06:00
Príncipe do Amazonas	Terça-Feira	11:00
Golfinho do Mar	Quarta-Feira	07:00
14 de Outubro VII	Quarta-Feira	11:00
São Bartolomeu I	Quinta-Feira	08:00
14 de Outubro VI	Quinta-Feira	11:00
Aliança III	Quinta-Feira	11:00
Comandante Paiva	Sexta-Feira	07:00
Coronel Tavares	Sexta-Feira	11:00
Lancha Pérola	Sábado	06:00
Novo Aliança	Sábado	11:00
Luiz Afonso	Sábado	10:00

Quadro 2 – Quadro dos dias e horários das embarcações que fazem o trecho Parintins-Manaus

FONTE: Agência de viagens fluviais Prestes, agosto de 2009.

A comunicação local é efetuada principalmente por radiodifusão, que abrange quase a totalidade do município por meio de quatro emissoras de rádio: a Rádio Clube que opera em amplitude modulada (AM), a Rádio Alvorada, que opera em AM e OM (ondas médias) e FM (frequência modulada), Rádio Tiradentes, que opera em FM e a Rádio Novo Tempo que opera também em FM. A popularidade deste meio de comunicação o configura como instrumento fundamental para a utilidade pública: todos os comunicados do poder público municipal,

especialmente os direcionados às comunidades rurais, são realizados por meio de programas de rádio de grande audiência.

Na área de televisão existem as repetidoras: TV Alvorada (Rede Vida), TV Amazonas (Rede Globo), TV A Crítica (Record) e TV RBN (SBT), que além de retransmitirem em cadeia nacional realizam programas jornalísticos locais, assim como, também circulam os jornais locais semanais: Jornal Novo Horizonte, Jornal da Ilha, Jornal A Região, Em Tempo Parintins e Jornal Médio Amazonas, além de diariamente chegarem jornais de Manaus.

O município dispõe de serviços de telefonia fixa/convencional (Telemar/Oi) e móvel (Amazônia Celular, Vivo, Tim, Oi e Claro). A telefonia fixa conta com 7.400 linhas telefônicas privadas e 418 terminais públicos na área urbana e na área rural nas agrovilas do Mocambo, Caburi e comunidade do Bom Socorro do Zé Açu e Vila Amazônia existem centrais telefônicas com 70 terminais privados e 26 públicos (Prefeitura Municipal, 2009).

Há acesso à internet, com vários provedores e mais recentemente foi instalado um serviço de banda larga da Intel, no qual as pessoas podem acessar gratuitamente por rede wireless¹. Esse serviço está disponível na hoje conhecida “Praça Digital”, que antes era chamada de Praça do “Cristo Redentor”. A idéia da Prefeitura é ampliar esse serviço em toda a área urbana de Parintins, sendo que Parintins seria uma das primeiras cidades do interior do Amazonas a ter internet gratuita à disposição da população.

A empresa AMAZONAS ENERGIA é a fornecedora de energia elétrica ao município por meio de uma Usina Termoelétrica, com sete grupos geradores e um adicional alugado, com capacidade total instalada de 20.676 Kw, funcionando alternadamente 24 horas. Parintins demanda cerca de 9.675 kw para seu abastecimento, em contrapartida ocorre sucessivos inter-rompimentos no fornecimento de energia ocasionados pelos equipamentos obsoletos e desgastados, assim como a precariedade na manutenção dos mesmos, o que vem causando desconforto e prejuízos aos consumidores. Existem 12.414 ligações, distribuídas entre consumidores residenciais, comerciais, industriais, órgãos públicos e a zona rural. Na área urbana 11.050 residências são assistidas, já na zona rural somente 55% das comunidades rurais possuem energia elétrica e, ainda assim, não é suficiente para suprir a demanda das famílias. Esta provém de motores a diesel, ou "motor de luz" como são chamados localmente e funcionam mais para ocasiões especiais como festas e reuniões na comunidade. Apenas as Agrovilas de Mocambo, Caburi, Vila Amazônia e a comunidade do Zé Açu recebem energia da AMAZONAS ENERGIA, as demais comunidades rurais possuem grupos geradores

¹ Wi-Fi- Internet sem fio

doados pelo poder público, que são mantidos pelos próprios residentes (AMAZONAS ENERGIA, 2009).

O abastecimento de água na sede, nas Agrovilas de Mocambo, Caburi e Vila Amazônia é feito pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), hoje mantido somente pela Prefeitura. A captação é efetuada em mananciais subterrâneos por meio de 22 poços artesianos com média de 80 metros de profundidade e na área rural estão instalados 09 poços nas agrovilas de Mocambo, Caburi e Vila Amazônia. O tratamento dado à água é a cloração por contato e a distribuição, segundo o SAAE, atinge 95% dos domicílios na sede municipal ou cerca de 62% de todos os moradores de Parintins, segundo o Censo Demográfico do IBGE (Quadro 3).

Abastecimento Água	% 1991	% 2000
Rede geral	67,0	62,4
Poço ou nascente (na propriedade)	9,7	6,8
Outra forma	23,3	30,7

Quadro 3. Proporção de Moradores por tipo de abastecimento de Água
Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2000.

A extensão da rede de abastecimento é de 11.487 m, com um total de 14.386 ligações, assim distribuídas no Quadro 4

Ligações	Número
Residenciais	13.905
Comerciais	298
Públicas	181
Industriais	2

Quadro 4 . Rede geral de abastecimento de água
FONTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins- SAAE.

A rede de esgoto existente de 1.720 m é insuficiente e/ou inadequada. A forma mais comum é o uso de fossas sépticas que, muitas vezes, não dispõe de condições adequadas de localização, instalação e assepsia. Essas futuramente podem poluir os lençóis freáticos, causando sérios problemas à população.

O serviço de limpeza pública é feito pela empresa, contratada pela Prefeitura, *PARISLIMPA*, no qual diariamente com garis se utilizam de caçambas do tipo “basculante” e caminhões próprios para o transporte desse material para a lixeira pública, que fica situada no perímetro urbano da cidade, conforme observado nas Figuras 5 e 6. Todos os tipos de lixo, inclusive o hospitalar são levados para essa lixeira, onde, segunda a empresa de limpeza pública, é coberto por uma camada de aterro. Os danos ambientais como contaminação do solo, lençóis freáticos, mau cheiro, proliferação de insetos, roedores e a presença de urubus próximos ao aeroporto, há muito tempo são reclamados por moradores vizinhos e alunos da Universidade do Estado do Amazonas. Atualmente está sendo executado pela Prefeitura o projeto de construção do aterro sanitário municipal, porém está ainda em fase inicial, sendo que a população continua sofrendo com a problemática do lixo na cidade, pois o mesmo não é tratado da forma mais adequada.



Figura 5- Lixeira Municipal de Parintins
FONTE: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2008.

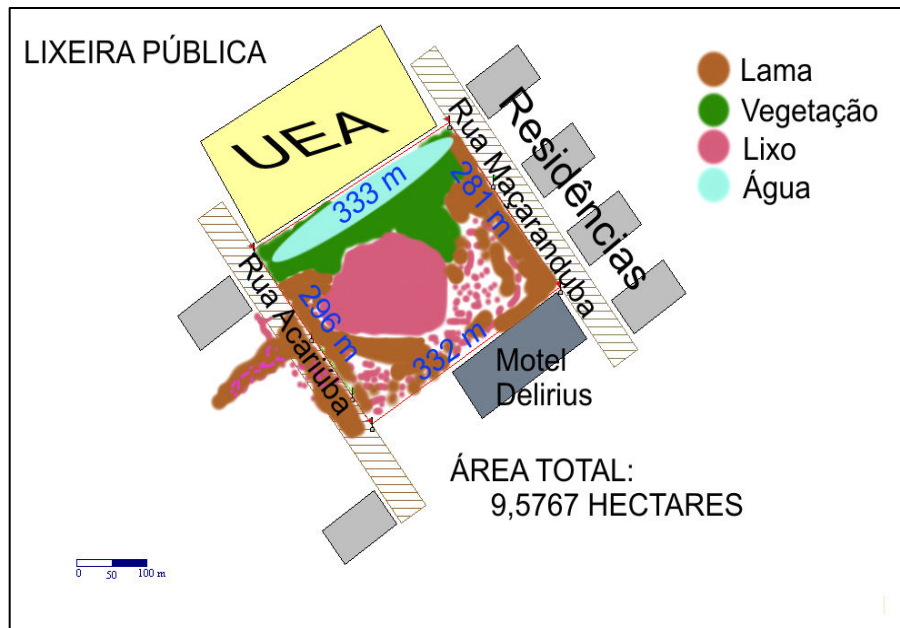


Figura 6- Área da lixeira Pública de Parintins
 FONTE: Defesa Civil de Parintins, 2009.

Na maioria das comunidades rurais o lixo é enterrado ou queimado, predominando a queima, como constatado pela pesquisa em Vila Amazônia, Caburi e Mocambo.

O município conta com a presença de vários órgãos federais, estaduais e municipais. Porém, está intrinsecamente relacionada a presença de outras instituições em geral, tais como: 04 sindicatos, 60 associações rurais, 20 associações de bairros, 02 associações filantrópicas, 10 associações de classe e 05 cooperativas- Associação das Cooperativas e Indústrias de Parintins (ACIPAR, 2009). Pelo seu grau de inserção no meio social, oferecem importante espaço de articulação e mobilização entre os diferentes sujeitos sociais.

Os instrumentos de planejamento do território utilizados pelo poder público local são: a Lei Orgânica Municipal, Lei de Orçamento Anual, o PPA municipal, Lei do Plano Diretor. Dentre os instrumentos de gestão são destacados o Código de Postura, Código de Obras, Lei do Perímetro e Código Ambiental.

O Plano Diretor municipal, elaborado em 2006, prevê mudanças para a área urbana de Parintins, criando e renomeando vários bairros, modificando seu perímetro urbano e estabelecendo novas regras para uso e ocupação do solo, por essa nova lei a área urbana de Parintins possui agora 20 bairros (Figura 7), e ampliou seu perímetro urbano, inclusive incluindo área da Gleba de Vila Amazônia como área para a possível expansão urbana, conforme observado na Figura 8.

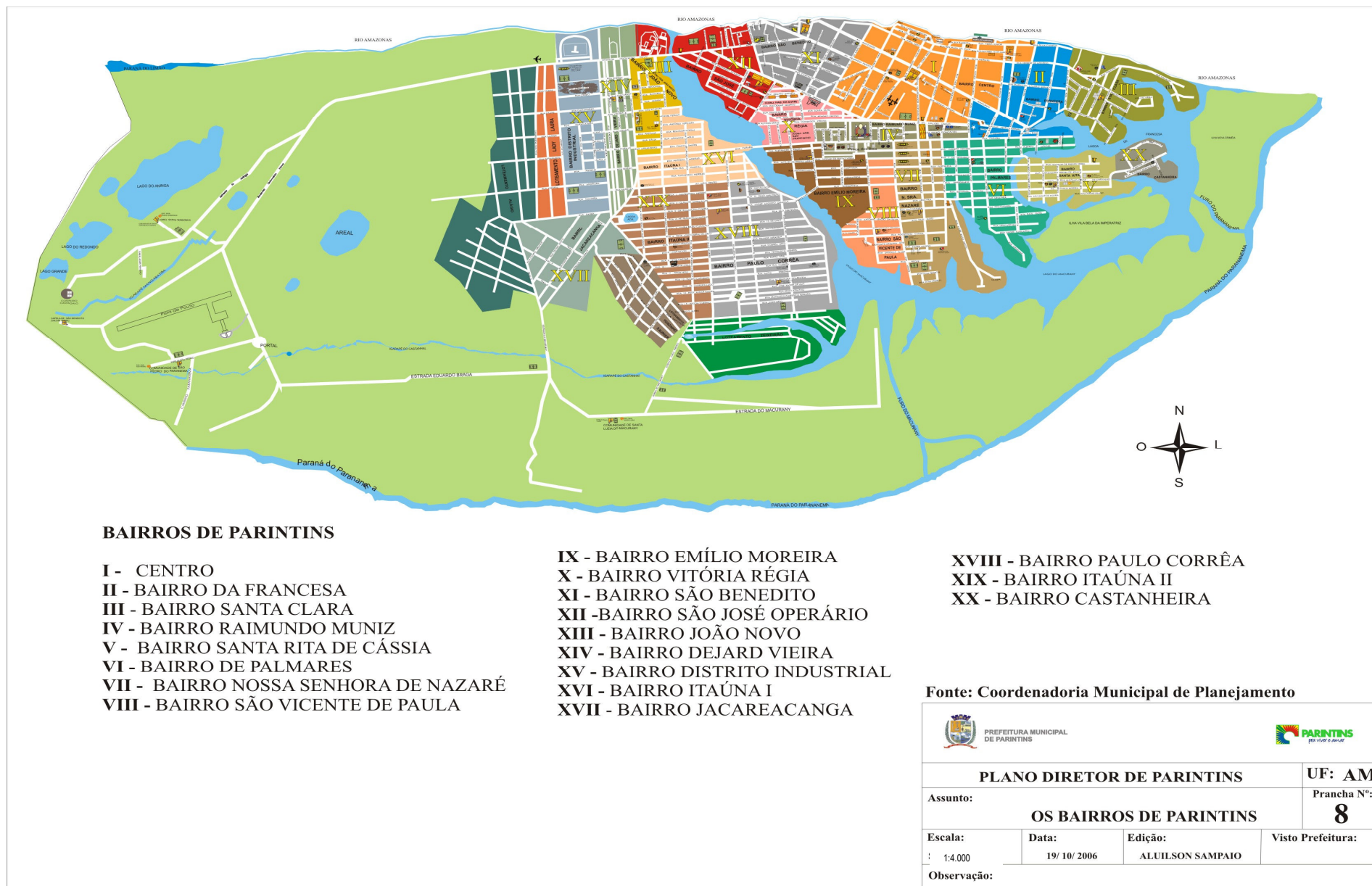


Figura 7- Planta dos bairros de Parintins
 FONTE: Coord. Planejamento, 2008.

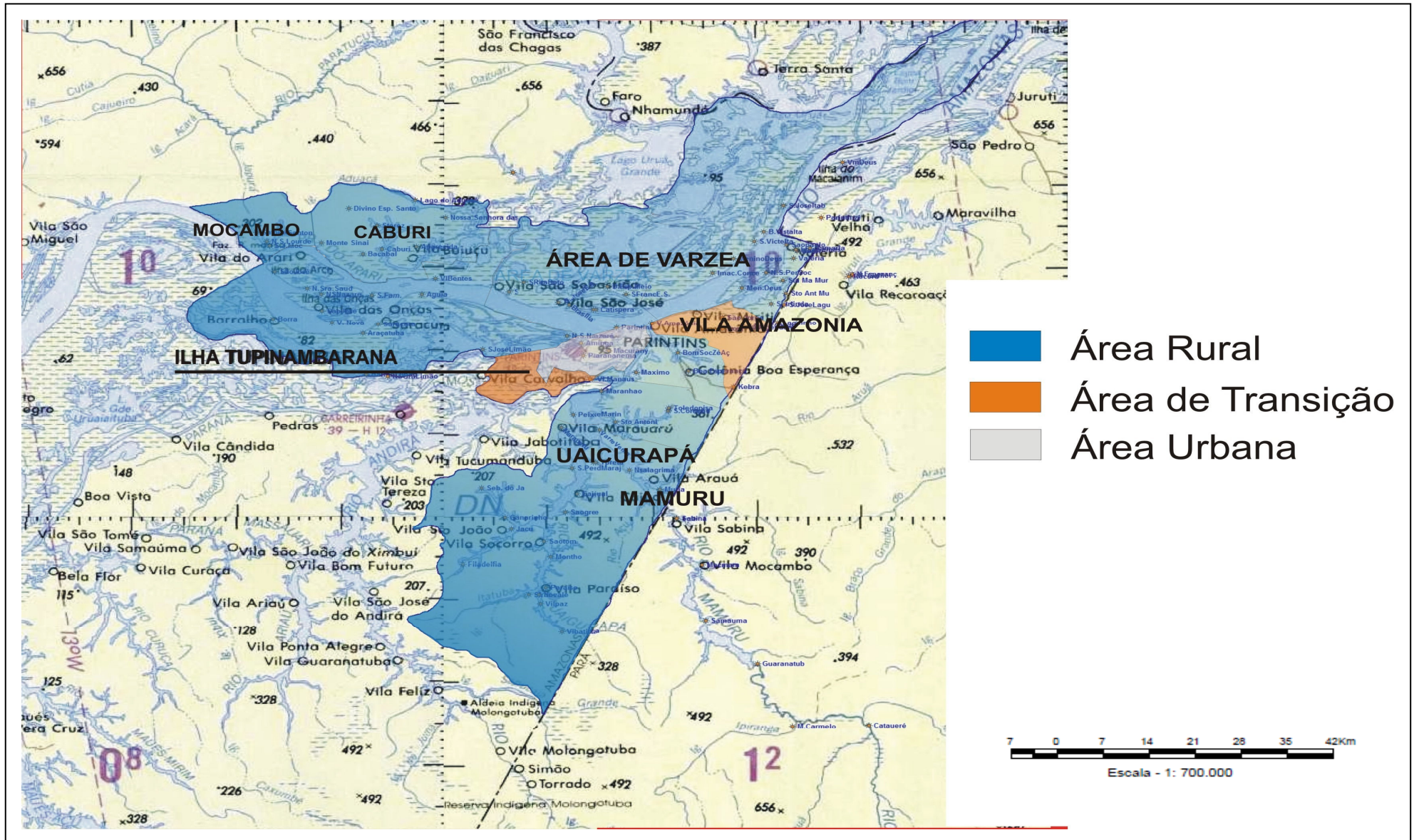


Figura 8 - Área de Transição Urbana de Parintins
 FONTE: Coord. Planejamento, 2008.

Essas modificações são significativas, pois trazem sérias implicações de ordem espacial e territorial. Principalmente ao que corresponde a área de expansão municipal, que coloca a Gleba de Vila Amazônia como área de transição urbana, visto que, a mesma é separada da cidade por um braço de rio (Paraná do Ramos), sendo que também deve ser levado em consideração que a mesma é área de assentamento agrário do INCRA. Sem mencionar que a outra área de expansão definida por essa lei fica próxima as APA's (Áreas de Proteção Ambiental) do Macurany, Parananema e Aninga, o que pode causar sérias implicações ambientais sobre os recursos naturais desses lugares.

As legislações ambientais aplicáveis das atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras do meio ambiente em nível local são: Código Ambiental e Lei de Pesca, porém esses instrumentos foram criados recentemente e ainda falta por parte da administração pública a real efetivação dos mesmos.

A economia do município de Parintins é complexa, desenvolvendo atividades nos setores primário, secundário e terciário. Dentre as principais, destacam-se as culturais (Festival Folclórico), a indústria madeireira, a agricultura (fruticultura e a produção familiar), a pecuária (corte, mista e bubalinocultura), o setor pesqueiro e, mais recentemente, a agroindústria.

As práticas agrícolas mais intensas são o cultivo de plantas alimentares, importantes tanto para a economia da região como para garantir o suprimento de alimentos básicos para a população local. Plantadas em solos de restinga (milho, arroz, feijão) ou nas terras-firmes (mandioca, abóbora, feijão e arroz), apresentam produtividade satisfatória diante dos custos empregados.

A fruticultura também começa a ser desenvolvida de maneira organizada, já apresentando algum resultado. Porém, a produção ainda é insuficiente para atender a demanda local e dos municípios circunvizinhos e até outros estados, uma vez que não existem plantios em escala comercial. A produção existente é oriunda de pomares domésticos também denominados sítios e quintais, localizados tanto na zona rural como na zona urbana. A exceção vem do cultivo de bananeiras em roças tanto na terra firme (principalmente) como na várzea alta.

As culturas industriais não alcançam posição de destaque. O guaranazeiro (*Paulinia cupana* H:G:K. var *sorbilis*), no período 1978 a 1985 elevou a área plantada de 100 para 800 hectares mas estancou. Hoje, calcula-se que o cultivo esteja em 260 hectares, sendo mantido por cerca de 170 produtores. A jiticultura já teve papel relevante na economia municipal, como observado anteriormente, mas atualmente, cerca de 164 produtores da região de várzea conseguem obter uma produção anual de aproximadamente 400 toneladas, sendo a produção comprada pela Companhia Têxtil de Castanhal - CTC em Parintins e pela Agroamazon, do governo do Estado.

A olericultura segue dentro mesmo aspecto, sendo que a sua maior produção ocorre na região de várzea. Os produtos são vendidos na Feira do Produtor em Parintins ou para atravessadores na própria cidade (IDAM, 2009).

Quanto à pecuária, Parintins possui um dos maiores rebanhos bovinos e bubalinos do Estado, tendo 380.000 cabeças de gado, sendo 278.000 de bovinos e 40.000 de bubalinos, segundo estimativas do IDAM. Parintins fornece apenas para o consumo interno, 4.500 toneladas de carne e mais de 800.000 litros de leite “in natura”. É ainda exportador de animais vivos para outros municípios do Estado, inclusive para a capital e países vizinhos.

Outras criações de animais de pequeno porte, de modo geral, caracterizam-se como atividades secundárias, utilizando as mesmas áreas de pastagens dos bovinos e têm como função principal a produção de carne para alimentação nas próprias fazendas e comunidades rurais, principalmente por ocasião das cheias dos lagos, quando o pescado fica mais escasso e os rebanhos bovinos e bubalinos são levados para terras firmes centrais.

Na prestação de serviços destacam-se o setor informal como: cabeleireiros, protéticos, borracharias, oficinas de autos e equipamentos eletrônicos, além de médicos dentistas, contabilistas, fotógrafos, hotéis, bares, restaurante, etc. No setor secundário destacam-se as indústrias, que conta com fábricas de gelo, usinas de beneficiamento de pau-rosa, serrarias, marcenarias, olaria, padarias, e estaleiros.

A cidade possui cinco agências bancárias, todas elas ligadas “on line” via satélite com outras agências do país: Banco do Estado do Amazonas S.A.; Banco do Brasil S.A.; Banco da Amazônia S.A.; Bradesco S.A. e Caixa Econômica Federal.

Estas duas últimas características da economia urbana de Parintins reporta-se aos conceitos formulados por Milton Santos (2004), para “Circuito Superior e Circuito Inferior”, no qual o “Circuito Superior” é constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. Sendo que o “Circuito Inferior” é constituído essencialmente por formas de fabricação não - “capital intensivo”, pelos serviços não-modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão (SANTOS, 2004, p.40). Sendo que na cidade de Parintins predomina a economia urbana do “Circuito Inferior”, principalmente na área de prestação de serviços, sendo que do “Circuito Superior”, o que fica mais evidente são os serviços prestados pela rede bancária.

De acordo com a prefeitura de Parintins, nos meses de maio a junho, cerca de cinco mil empregos temporários são gerados e no período de 15 de junho a 15 de julho a economia do município triplica. Essa movimentação gira em torno de investimentos diversos, turismo,

prestação de serviços e recuperação e manutenção da cidade para o Festival Folclórico, que se realiza no último final de semana de junho.

A política econômica do município também tem forte influência da transferência de recursos estaduais e federais, bem como nos subsídios oferecidos pela iniciativa privada.

2.3 A formação das comunidades, vilas e agrovilas no município de Parintins

Como discorrido no capítulo anterior, (página 30) quando falamos da criação de comunidades na Amazônia, vimos que a Igreja Católica teve grande importância na fundação das mesmas sob esta denominação. Com os Movimentos Eclesiais de Base, muitas aglomerações e sítios da zona rural dos municípios, foram organizados em um só local, ou seja, a população, que antes ficava dispersa em determinadas localidades, como em volta de lagos, áreas de várzea e lugares isolados do interior ou mesmo de colônias agrícolas, foram incentivadas a se concentrarem em determinado lugar. Isto facilita o acesso aos serviços que embora precários são oferecidos nestes aglomerados.

No município de Parintins não foi diferente, com a criação da Prelazia de Parintins em 1955, a mesma foi fundando capelas em locais determinados. Como expõe Cerqua sobre a fundação destas comunidades.

Um grande número dessas comunidades, particularmente nos primeiros anos, nasceu como Congregações Marianas de homens, com capelas para cultos e reuniões formativas, não demoraram a surgir escola, campo de jogo, cantina comunitária, e etc. Tudo em terreno doado ou vendido à Prelazia (2009, p.154).

Abaixo pode-se observar no Quadro 5, as comunidades criadas pela igreja do município de Parintins, com sua data de fundação e material de construção, algumas delas, porém, não existem mais ou mudaram de nome.

Comunidade	Capela	Padroeiro	data de fundação
1 - Aninga	alvenaria	Santa Terezinha	15.10.1965
2 - Araçatuba	madeira	N. Sra. de Fátima	10.05.1962
3 - Arari	madeira	N. Sra. de Lourdes	20.02.1963
4 - Costa do Arco	madeira	São José	11.04.1963
5 - Arquinha	madeira	N. Sra. de Nazaré	20.08.1964
6 - Araua	madeira	Santo Antonio	13.06.1967
7 - Boa Esperança	alvenaria	São José	04.04.1965
8 - Buiuçú	madeira	S. Coração de Jesus	25.02.1963
9 - Borralho	madeira	N. Sra. de Nazaré	20.09.1963
10 - Boto	madeira	Santa Rita	22.05.1960
11 - Boto (boca)	madeira	São Sebastião	1967
12 - Brasília	madeira	São Sebastião	28.03.1968
13 - Cabori Vila	alvenaria	São Sebastião	20.01.1960
14 - Cabori Cabeceira	madeira	Santa Terezinha	02.10.1974
15 - Cajual	madeira	N. Sra. Aparecida	06.05.1973
16 - Catauere	madeira	Santa Maria	07.04.1978
17 - Catispera	madeira	Santo Antonio	13.08.1968
18 - Costa da Águia	madeira	S. Coração de Jesus	08.09.1959
19 - Espírito Sto. Baixo	madeira	S. Fco. das Chagas	30.10.1976
20 - Espírito Sto. Cima	madeira	São José	20.08.1968
21 - Espírito Sto. Meio	madeira	Divino Espírito Santo	16.03.1964
22 - Gregoste	madeira	São Sebastião	01.01.1975
23 - Guaranatuba	madeira	Santa Rosa	28.01.1965
24 - Igarapé Açú	madeira	São Pedro	20.01.1979
25 - Ilha das Guaribas	madeira	Sagrada Família	11.02.1959
26 - Ilha das Onças	madeira	São José	01.05.1963
27 - Itaborari Conceição	madeira	N. S. de Conceição	24.08.1965
28 - Itaborari Menino Deus	madeira	Menino Deus	11.05.1979
29 - Itaborari São José	madeira	São José	20.02.1969
30 - Itaborari São Vicente	madeira	São Vicente	11.08.1971
31 - Jacu	taipa	São João Batista	24.06.1969
32 - Jacu (cabeceira)	madeira	N. S. de Nazaré	03.03.1977
33 - Japurá	madeira	Sagrado Coração	05.12.1979
34 - Jauri	alvenaria	São Jorge	23.09.1976
35 - Lago da Esperança	madeira	São Marcos	04.04.1976
36 - Limão de Baixo	madeira	São José	01.01.1969
37 - Limão de Cima	madeira	N. S. das Graças	20.02.1960
38 - Macurany	alvenaria	Santa Luzia	05.09.1969
39 - Marajá	madeira	N. S. das Graças	14.05.1977
40 - Marajó	madeira	São Pedro	26.09.1966
41 - Maranhão	alvenaria	N. S. das Graças	20.01.1959
42 - Marauarú	alvenaria	Santa Luzia	14.10.1965
43 - Mato Grosso	madeira	São João	18.11.1973
44 - Máximo	alvenaria	São Sebastião	20.01.1963
45 - Miriti	taipa	N. S. Aparecida	31.01.1970
46 - Mocambo (colônia)	madeira	São Tomé	21.04.1975
47 - Mocambo S. Antonio	madeira	Santo Antonio	21.06.1974
48 - Mocambo S. João	alvenaria	São João Batista	24.06.1964
49 - Mocambo S. Pedro	madeira	São Pedro	19.06.1978
50 - Mocambo Mamuru	alvenaria	N. S. Perpétuo Socorro	09.1970
51 - Morituba	madeira	Santa Maria	27.04.1971
52 - Panauarú	alvenaria	Santo Antonio	13.06.1960
53 - Paraiso	madeira	São Pedro	07.09.1966
54 - Paraná de Baixo	madeira	N. S. Perpétuo Socorro	10.11.1967
55 - Paraná de Cima	madeira	São Sebastião	05.11.1972
56 - Paraná do Meio	madeira	Menino Deus	25.12.1962
57 - Parananema	alvenaria	São Benedito	26.12.1955
58 - Recordação	madeira	Santo Antonio	15.06.1977
59 - Remanso	alvenaria	Sagrada Família	15.05.1964
60 - Remigio	alvenaria	N. S. Perpétuo Socorro	
61 - Sabina	alvenaria	N. S. da Conceição	22.02.1971
62 - Sagrado Coração	taipa	Sagrado Coração	07.08.1972
63 - Samaúma	madeira	Divino Espírito Santo	15.02.1967
64 - São Carlos	madeira	São Carlos	06.02.1978
65 - Saracura	madeira	São Sebastião	20.01.1958
66 - São Tomé	alvenaria	São Tomé	21.12.1958
67 - Simeão	alvenaria	N. S. das Lágrimas	08.08.1965
68 - Terra Preta Mamuru	alvenaria	São José	24.10.1966
69 - Traçajá	alvenaria	Santo Antônio	15.11.1969
70 - Valéria	alvenaria	Santa Rita	25.05.1957
71 - Vila Amazônia	alvenaria	São Francisco Xavier	04.02.1951
72 - Zé Açú	alvenaria	N. S. Perpétuo Socorro	20.02.1965
73 - Zé Mirim	alvenaria	N. S. Assunção	15.08.1959

Quadro 5- Comunidades criadas pela Diocese de Parintins

FONTE: Retirado do livro **Clarões de Fé do Médio Amazonas** de Dom Arcangelo Cerqua, 2009.

Para as comunidades criadas pela Prelazia de Parintins, foi elaborado um estatuto, segundo o qual a comunidade em questão é orientada pela paróquia e é dirigida por diretoria composta de presidente, vice, secretário e tesoureiro, que se reúnem semanalmente e é eleita por dois anos (CERQUA, 2009). Porém essas regras não podem ser aplicadas a todas as comunidades em Parintins, pois nos últimos anos vem crescendo o número de comunidades de base evangélica, coordenadas por igreja cristã não católica, sendo que as mesmas têm suas próprias normas. Além disso, muitas comunidades vêm sofrendo alterações em suas características socioculturais sendo que muitas não seguem as regras da igreja católica como antigamente e possuem outras formas de estabelecer o controle e a organização da comunidade. No caso específico de Parintins muitas comunidades nasceram como Congregação Mariana, rapidamente esse movimento foi se espalhando pela zona rural do município de Parintins, mobilizando as famílias que moravam nestes lugares.

José Camilo Ramos de Souza relata o entendimento da formação das comunidades interioranas do município de Parintins.

A Comunidade rural, aqui tratada, não é o lugar comum onde os interesses são voltados para o bem comum. No caso estas têm sua formação com a chegada dos padres do PIME, que vão oficializar, ou seja, denominar as pequenas povoações de comunidade, onde tudo está centralizado no santo padroeiro do lugar. Antes, este santo, pertencia a um rezador; este saía de casa em casa, de canoa, recebendo donativos para o dia da festa do santo. Com a chegada dos padres essa prática é encerrada porque estes constroem a capela (templo religioso), fixando o santo no lugar e assim as pessoas no quadro da comunidade (SOUZA, 2006, p.56-55).

Hoje o município de Parintins possui 115 (cento e quinze) comunidades rurais, distribuídas ao longo do rio Amazonas, em áreas de várzea e terra-firme, localizadas próximas e distantes da área urbana (Figura 9); muitas delas surgiram pelo processo acima mencionado, porém nem todas têm a mesma origem na sua formação, sendo que apresentam heterogeneidade em seu processo de criação. Mas podemos observar que a presença da Igreja Católica ainda é muito forte no seu processo de fundação, que resulta o nome da maioria delas está relacionado ao nome de algum santo.

É neste contexto, que foram criadas as comunidades de São Sebastião (Agrovila de Caburi), São João (Agrovila de Mocambo) e Santa Maria (Vila Amazônia), para se ter um bom entendimento sobre a estruturação dessas localidades, é necessário esclarecer bem sua real situação jurídica de denominação.

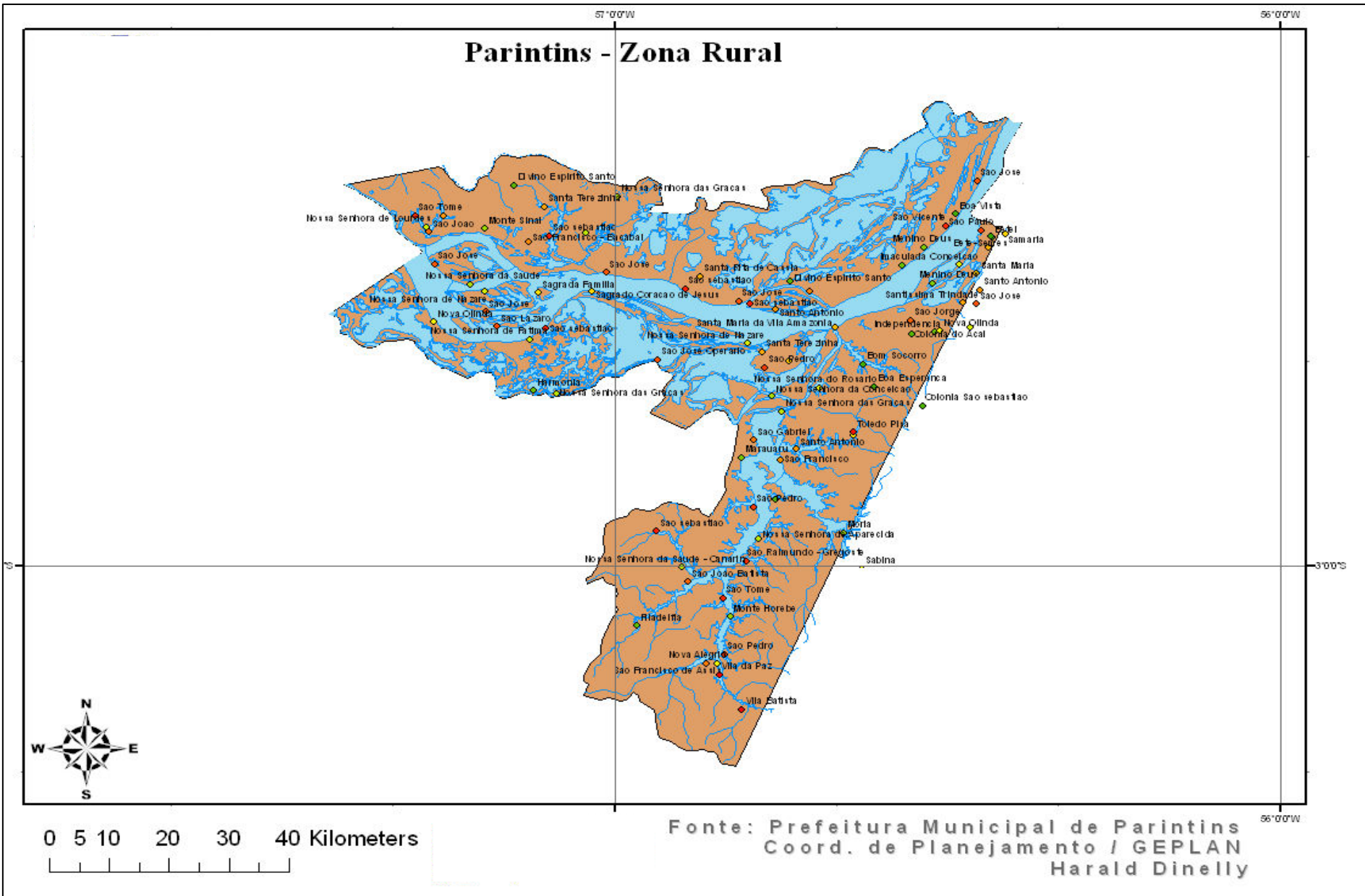


Fig.9-Mapa de localização das Comunidades Rurais de Parintins
FONTE: Coordenadoria de Planejamento, 2008.

No mapa acima podemos observar a localização das comunidades rurais do município de Parintins, dispostas em toda a sua área territorial, dentre elas estão Mocambo, Caburi e Vila Amazônia.

Esclarecemos que quando nos referirmos a Mocambo, Caburi e Vila Amazônia nesse trabalho, estaremos falando especificamente de suas sedes, as Agrovilas de São João, Agrovila de São Sebastião e a sede de Vila Amazônia Santa Maria, respectivamente, pois estes constituem-se do recorte geográfico dessa pesquisa, por possuírem algumas características em comum no que tange aos aspectos e morfologia da cidade, dos quais trataremos posteriormente.

Contudo, deixa-se bem claro que estas na verdade se caracterizam por regiões do município de Parintins, todos apresentam várias comunidades rurais em sua área de abrangência (Figura 10). Sendo que Caburi e Mocambo são denominadas, geograficamente, pela Prefeitura como Regiões e Vila Amazônia como área de Assentamento Agrário do INCRA denominada de Gleba de Vila Amazônia, conforme especificado em seu Plano Diretor Municipal. Essa conceituação de Mocambo e Caburi como Regiões Rurais é recente, feita pelo Plano Diretor Municipal em 2006 sendo que muitas pessoas, inclusive os próprios moradores ainda não tem conhecimento deste fato.

Também é necessário esclarecer que adotamos nesta pesquisa a divisão do território do município feito pelo Plano Diretor Municipal de Parintins em 2006, sendo que pela lei estadual oficialmente apenas a Agrovila de São João do Mocambo pode ser enquadrada na categoria de Vila, segundo o IBGE, as outras, a Agrovila de São Sebastião do Caburi e Santa Maria de Vila Amazônia são comunidades ou aglomerados rurais, mas que informalmente são denominadas de Vilas pela população local e pelas autoridades municipais e instituições locais. Logo, convencionamos chama todas as três localidades de vilas ao longo deste trabalho, levando em consideração o termo adotado regionalmente, porém, segundo o IBGE só a Agrovila de São João do Mocambo tem oficialmente o status de vila, pois trata-se da sede do distrito do Mocambo (Lei Estadual nº 1707 de 23/10/1985).

Mas, quando for elucidado o histórico de formação das mesmas, saberemos que a princípio a Agrovila de São Sebastião do Caburi e Agrovila de São João do Mocambo se constituíram como comunidades rurais que depois foram transformadas em Agrovilas²

² Sendo que estas foram instituídas como tal, a partir dos anos 70, na época do governo militar, na época estava sendo arquitetado e implantado o plano de geopolítica militar para a Amazônia, da qual faziam parte vários projetos de ocupação rural, onde não haveria uma cidade como organizadora/comandante da área rural e, sim, seria feita uma seqüência de projetos que evoluiriam de agrovilas para agrópolis e desta para rurópolis, que seria uma espécie de município sem cidade polarizadora. Na conceituação do INCRA as Agrovilas seriam “um

passando a receber certa infraestrutura, quanto que Santa Maria de Vila Amazônia, por ser uma área localizada no Assentamento Agrário de Vila Amazônia do INCRA, possui a maioria dos assentados morando em seu sítio.

pequeno centro urbano destinado à moradia dos que se dedicam as atividades agrícolas ou pastoris e tem por finalidade a integração social dos habitantes do meio rural oferecendo-lhes condições de vida em moldes civilizados. É um verdadeiro bairro rural” (OLIVEIRA, 2000, p. 123).

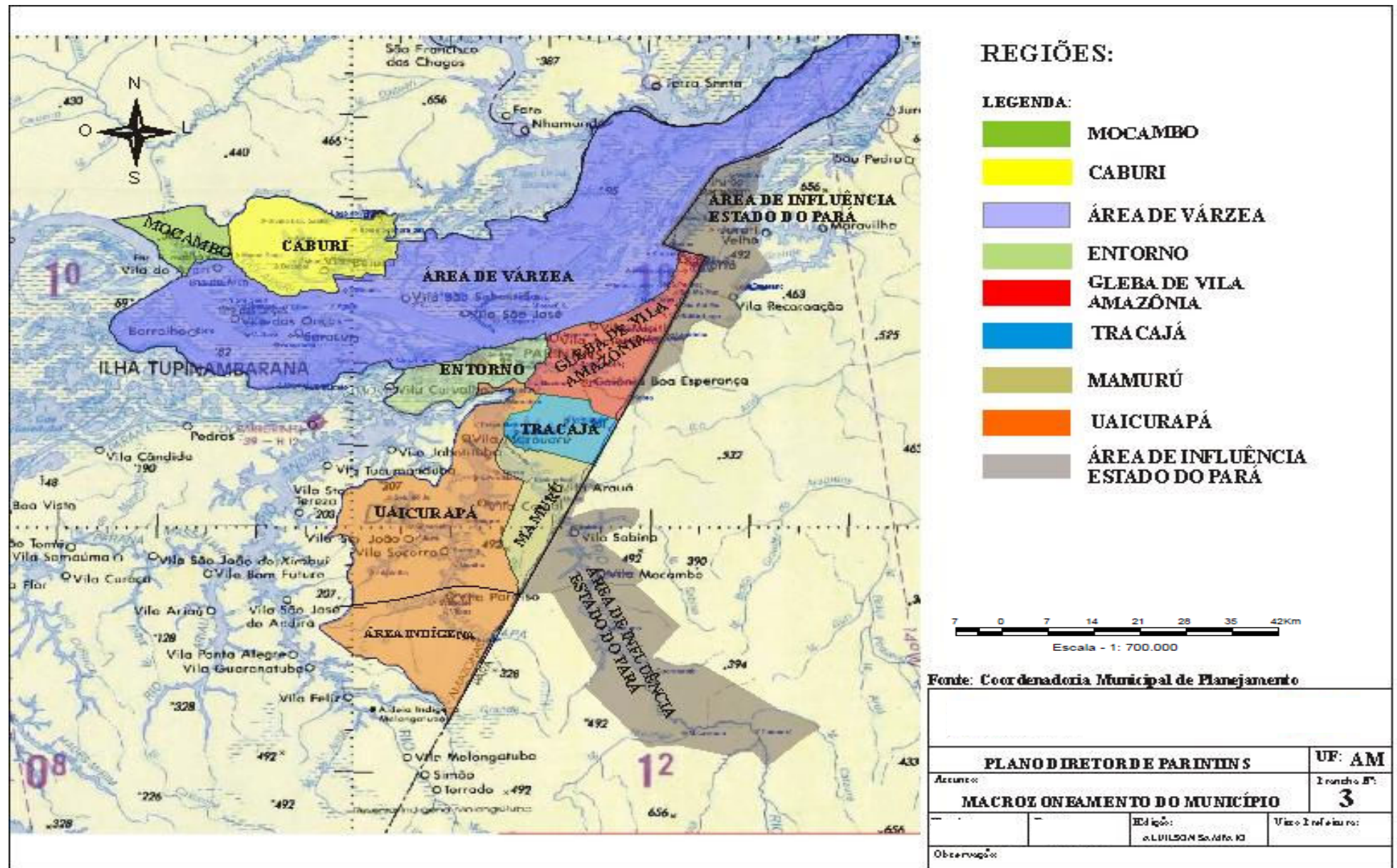


Fig.10- Macrozoneamento do Município de Parintins feito pelo Plano Diretor em 2006
 FONTE: Coord. Municipal de Planejamento, 2008.

No mapa acima pode-se observar as regiões criadas no plano diretor municipal, esta nova configuração dada pelo Macrozoneamento do município de Parintins é recente e foi elaborado para o Plano Diretor do Município, aprovado em 2006 (Lei municipal nº 09/2006), o mesmo também cria vários pólos agrícolas. Essa lei do Plano Diretor merece uma ressalva neste trabalho, pois, prevê algumas mudanças substanciais na área urbana e rural do município e em especial as áreas deste estudo: Mocambo, Caburi e Vila Amazônia. No entanto, lembramos que a discussão sobre o Plano Diretor e seu papel na reconfiguração do município, não é o alvo deste trabalho, porém há necessidade de destacar algumas considerações feitas no mesmo sobre as áreas em questão.

O Plano Diretor em sua seção III que trata do Plano de Organização do Território Municipal estabelece as normas gerais de uso e ocupação do solo, o mesmo fixa critérios para o controle do crescimento dos núcleos urbanos e das áreas ocupadas no território municipal, e define estratégias de uso e ocupação nas áreas destinadas às atividades agropecuárias assim como restringe a ocupação nas áreas de interesse ambiental.

Esse plano define as áreas rurais e urbanas do município, assim como, estabelece que a municipalidade deva implementar na área rural as regiões e pólos rurais de apoio ao desenvolvimento sustentável de Parintins, ainda prevê a ampliação dos serviços públicos e sociais de Parintins à área rural, promovendo a infraestrutura necessária de suporte à comercialização de produtos e ao abastecimento das comunidades dispersas no território municipal.

O parágrafo 2, do artigo 69 dessa lei estabelece que, deverão ser criados e implementados as seguintes regiões rurais no município de Parintins:

I - Região do Mocambo;

II - Região do Caburi;

III - Região de Várzea do Rio Amazonas;

IV - Região da Gleba Vila Amazônia;

V - Região do Uaicurapá;

VI - Região do Mamurú;

VII - Região do Entorno;

VIII - Região do Tracajá

E essa mesma lei ainda institui as diretrizes para essas regiões a serem criadas, dentre as várias destaca-se:

XI - criar nas regiões rurais Distritos Municipais, atendendo os critérios estabelecidos pela Lei Municipal no 01/2004, com prioridade para as comunidades de São João do Mocambo, São Sebastião do Caburi, Bom Socorro do Zé Açu, Santo Antônio do Tracajá, São João do Jacu, São Tomé do Uaicurapá e Terra Preta do Mampurú.

(Lei do Plano Diretor, 2006)

Como observado, o Plano Diretor prevê significativas mudanças tanto para a área urbana quanto para a rural do município, porém essas mudanças ainda não foram implementadas, pois falta, por parte da gestão municipal, ações no sentido de estabelecer projetos e disponibilizar recursos para garantir que os pressupostos estabelecidos no parágrafo acima descrito sejam efetivados.

Até então, as Agrovilas de São João do Mocambo, São Sebastião do Caburi e a comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, seguem suas dinâmicas de produção e reprodução do seu espaço, como localidades que possuem em seu bojo especificidades de formação e criação diferenciadas das outras áreas rurais do município de Parintins, concentrando alguns serviços da cidade e apresentando uma realidade específica que molda os lugares na Amazônia. Nos itens subseqüentes será descrito de modo pormenorizado como essas localidades foram se formando até chegarem ao seu estado atual, e assim pode-se compreender porque elas apresentam as características estruturais, socioambientais e econômicas diferentes de outras áreas rurais do município, e como essa diferenciação reflete na produção do espaço e na cotidianidade dos habitantes dessas vilas.

2.3.1 Vila Amazônia: comunidade de Santa Maria

Há poucos registros sobre Vila Amazônia antes de 1930, quando da chegada dos emigrantes japoneses nesta área a mesma se chamava Vila Batista. Em 1930 este local foi escolhido por Tukasa Uetsuka³ para área de assentamento da colônia japonesa em Parintins e a fundação do Instituto Amazônia. Adélia Engrácia de Oliveira (1983) comenta sobre o trabalho de Uetsuka

³ Tusaka Uetsuka era, na época, deputado federal em Tóquio e foi o responsável pela implantação da colônia japonesa em Vila Amazônia

Num local próximo a Parintins, em Vila Batista (Vila Amazônia), ele instalou, com os pesquisadores que trouxera, o Instituto Amazônia, de pesquisa e estudo, que promove o conhecimento da hidrologia do rio Amazonas e experiências diversas de cultura tropical. Enquanto os membros e técnicos da expedição que trouxeram ali ficavam, Uetsuka voltou ao Japão e, em um colégio sob sua direção, dedicou-se a treinar jovens que deveriam vir para a Amazônia, o que acabou ocorrendo em 1931, quando chegaram a Vila Amazônia 47 estudantes que tinham sido preparados em seu colégio. E, em 1932, outros 60 jovens dirigiram-se para lá (OLIVEIRA, 1983, p.262).

Por conta disso a floresta “virgem” começou a ceder espaço para instalações de vários tipos industriais: serrarias, usinas de beneficiamento de pau-rosa, olaria, fábrica de mosaico, beneficiamento de arroz em larga escala, fábrica de farinha totalmente mecanizada e um engenho para a fabricação de aguardente e mel de cana.

Com ajuda da comunidade local, Rijiuro Masunaga que acompanhava Uetsuka, iniciou a construção da sede produtiva providenciando também as seguintes edificações: Estação Experimental, Posto Meteorológico, Hospital, Escola.

O Instituto Amazônia, foi inaugurado com a presença de autoridades do município de Parintins e de outros municípios do Amazonas. No referido instituto, foram estabelecidos quatro setores: agricultura, meteorologia, saúde e pesquisa. Uetsuka assumiu a direção geral e designou para cada área um responsável.

Tadeu de Souza (1982) relata como foi a chegada dos imigrantes japoneses em Vila Amazônia

Ao chegarem à Vila Amazônia como não terão se sentido os imigrantes. Barranco, água e floresta. Mas, eles não se deixaram abater. Iniciaram um trabalho agrícola que se tivesse prosseguido Vila Amazônia seria a maior potência agrícola do norte brasileiro. Os imigrantes trabalhavam e produziam assustadoramente (SOUZA, 1982, p.63).

Com a 2.^a Guerra Mundial o Japão perde para os ingleses e todo o incentivo recebido pelo Ministério da Colonização Japonesa é retirado, contribuindo para que o projeto de colonização no Brasil parasse, já que Uetsuka deveria abandonar tudo e retornar ao seu país de origem. Após esse período de mudança, a concessão das terras de Vila Amazônia passa para J. G. de Araújo. Ainda existem na atualidade as marcas dessa gestão: um casarão com arquitetura portuguesa, porto e outras dependências que deveriam servir como armazéns. Após a administração de J.G de Araújo, Vila Amazônia passou por várias fases até ser alvo desapropriação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1988, para se tornar área de assentamento agrário.

Ainda sobre a colonização japonesa em Vila Amazônia, José Camilo Ramos de Souza (1994) sustenta que

A ocupação/colonização de Vila Amazônia pelos japoneses, está na reorganização de um espaço geográfico, ou seja, no trabalho de uma nova territorialidade dentro de nossas fronteiras, possivelmente era uma estratégia consciente de ação e controle sobre a área geográfica específica, que fez despertar nos nacionalistas o medo da criação de um núcleo expansionista do Japão (1994, p. 12).

Abaixo mostra-se um quadro resumido da ocupação em Vila Amazônia até o período atual

1929-1945- Ocupação Japonesa
1945-1950- Controle do Banco do Brasil
1950-1965- Administração de J. G. Araújo
1965- 1970- Administração Papelamazom (Grupo de Chineses)
1970-1980- Grupo Carneiro de Belém
1980 até o presente- Processo de Desapropriação e área de Litígio.

Quadro 6- Histórico de ocupação de Vila Amazônia
 FONTE: Relato oral de Camilo Ramos de Souza.

Os japoneses construíram casas, comércios, hospital, estação meteorológica e um pagode no estilo japonês (Figura 11, 12 e 13); foram os primeiros a impor as mudanças significativas no lugar, modificando sua paisagem.



Figura 11-Comércio dos japoneses em Vila Amazônia- 1930
FONTE- Acervo pessoal de José Camilo Ramos de Souza.



Figura 12- Pagode Japonês construído em Vila Amazônia (*Haiko Kaikam*)- 1930
FONTE: Acervo pessoal de José Camilo Ramos de Souza.



Figura 13-Hospital construído pelos japoneses em Vila Amazônia- 1930
FONTE- Acervo pessoal de José Camilo Ramos de Souza.

A comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia é a sede/núcleo populacional da Gleba Vila Amazônia. Foi a área escolhida para servir de base para a infraestrutura da colônia japonesa, das quais quase nada restou, apenas algumas ruínas e onde existe hoje uma certa infraestrutura urbana onde está a maior concentração populacional. No mapa abaixo podemos observar a localização de Santa Maria, na Gleba de Vila Amazônia.

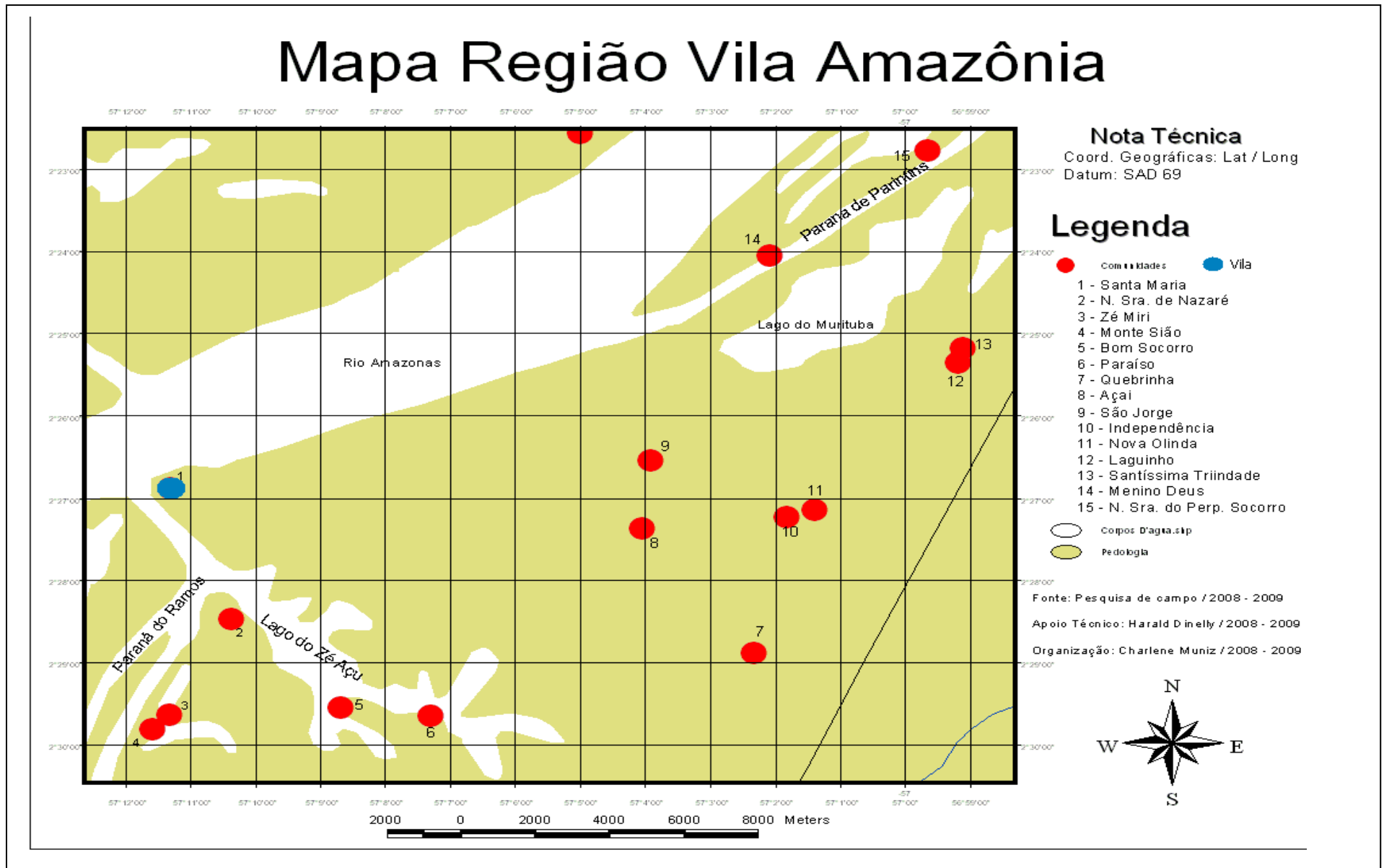


Figura 14- Mapa da Região de Vila Amazônia
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.
Organização: Charlene Muniz

2.3.2 Agrovila de São João do Mocambo

Para entender a história do Mocambo foi necessário recorrer às memórias dos moradores antigos do lugar, assim como, as bibliografias sobre a localidade. Neste estudo será utilizado o livro de Mário Monteiro (2003) **Uma cidade em plena selva: História do Mocambo**, obra feita a partir depoimentos e relatos de moradores antigos da região.

Mocambo significa ajuntamento de choças na floresta em que se refugiavam os escravos, quilombos (MONTEIRO, 2003). Dizem os mais antigos que em 1835, época que rebentou no estado do Pará a Revolução dos Cabanos, já existiam habitações nessa região que ficou conhecida por Mocambo, porque os moradores costumavam se esconder nas matas, junto com os índios em suas malocas, fugindo dos revolucionários Cabanos, pois estes nessa época andavam por essa região de igarité e segundo depoimentos dos antigos moradores usavam de violência e brutalidade.

A Agrovila de São João do Mocambo é sede do Distrito do Mocambo e alvo desta pesquisa, pois é onde se concentra a infraestrutura urbana e de serviços da região, conforme observado na Figura 15, esta agrovila surgiu como “Congregação Mariana” (movimento religioso da Diocese de Parintins), em 17 de abril de 1964. Nessas localidades onde existiam esses movimentos tinha a capela para culto e reunião formativa. No entanto, ao redor de cada capela, não demoraram a surgir escola, campo de jogo, cantina comunitária, etc. (CERQUA, 2009). Com o passar dos anos a comunidade foi aumentando sua população, sendo que as pessoas que antes moravam dispersas ao redor do lago do Mocambo foram se agrupando ainda mais nesse local. E a partir do ano de 1979 começou a receber infraestrutura como a abertura de ruas, loteamentos, construção de colégios, água encanada e energia elétrica, ou seja, começou-se a estruturação da Agrovila do Mocambo.

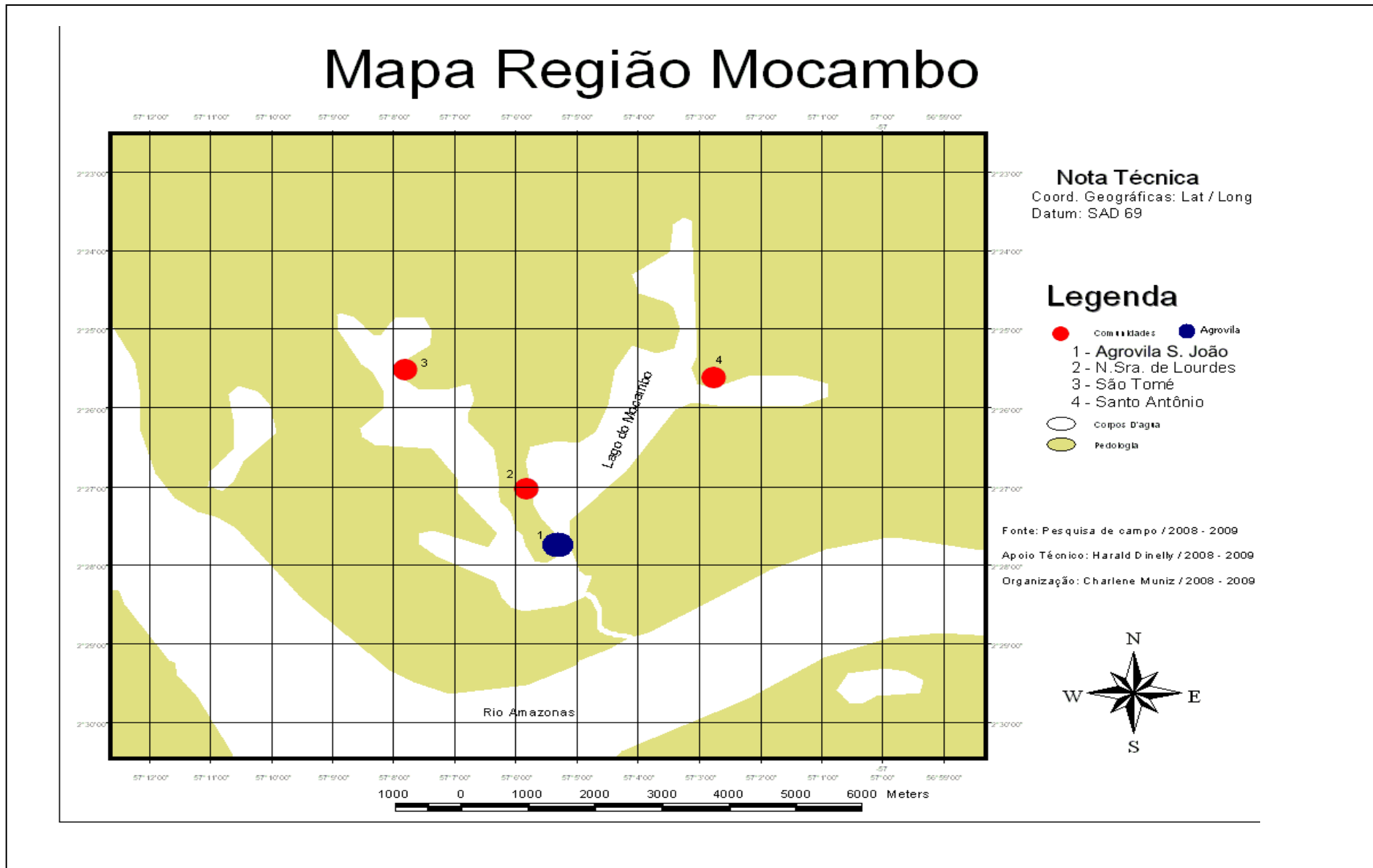


Figura 15- Mapa da Região do Mocambo
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.
 Organização: Charlene Muniz

2.3.3 Agrovila de São Sebastião do Caburi

Relata os moradores mais antigos que a descoberta do lago do Caburi deu-se em 1905 por uma portuguesa chamada de Dona Caranã. Ela e seu marido Diogo buscavam terras férteis para a agricultura e com muito trabalho braçal, com o uso de terçados conseguiram encontrar o lago do Caburi, no fim do igarapé, local totalmente desabitado, cheio de beleza e riquezas naturais. No período compreendido de 1905 a 1925, a região do Caburi não era muito habitada, mas depois que dona Caranã abriu o caminho com punho de ferro, muitos chegaram para desfrutar da abundância que o lago tinha.

Porém, no ano de 1926 sobreveio um grande surto de malária no local, onde muitas pessoas morreram, visto que na época a doença não tinha cura. Sendo assim, essa epidemia dizimou parte da população do local fazendo com que as famílias abandonassem o lugar, deixando para trás casas e dezenas de sepulturas e beira do lago. Aproximadamente 30 famílias que tinha na época, restaram apenas 19 em todo o lago. Com o passar dos anos, a população da região foi aumentando de novo, todavia, uma nova onda da epidemia se abateu neste lugar, e foi aí que a senhora chamada Rosa Carapaní fez uma promessa com São Sebastião para que acabasse com aquela peste e parasse a mortandade de gente na localidade. Ela mandaria confeccionar uma imagem do santo e rezaria a “ladainha” para o mesmo todos os anos. Suas preces foram atendidas e a doença foi parando na localidade e em 1939, Dona Rosa Carapaní mandou confeccionar a imagem de São Sebastião, em Faro (Estado do Pará) e a partir de 1940 o santo começou a ser festejado, com dança, ladainha e almoço para o povo.

Em 1960, o santo passa a ser festejado de modo diferente, com celebração de novenas, reza de terço, festejo de arraial e outras atividades, pois o santo passa a ser padroeiro da Congregação Mariana, movimento religioso que se estabeleceu no lugar. Esse movimento foi instituído primeiro na cidade de Parintins espalhando-se por quase todas as direções do município principalmente pelo interior. Desta forma, muitos lugarejos que festejavam algum santo como “promeceiro” acabavam tornando-se sedes de Congregações Marianas criadas pela diocese de Parintins, e foi assim que surgiu a comunidade de São Sebastião do Caburi (RODRIGUES, 1993), que mais tarde veio a torna-se Agrovila de São Sebastião do Caburi (Figura 16), com infraestrutura que será discorrida no capítulo seguinte.

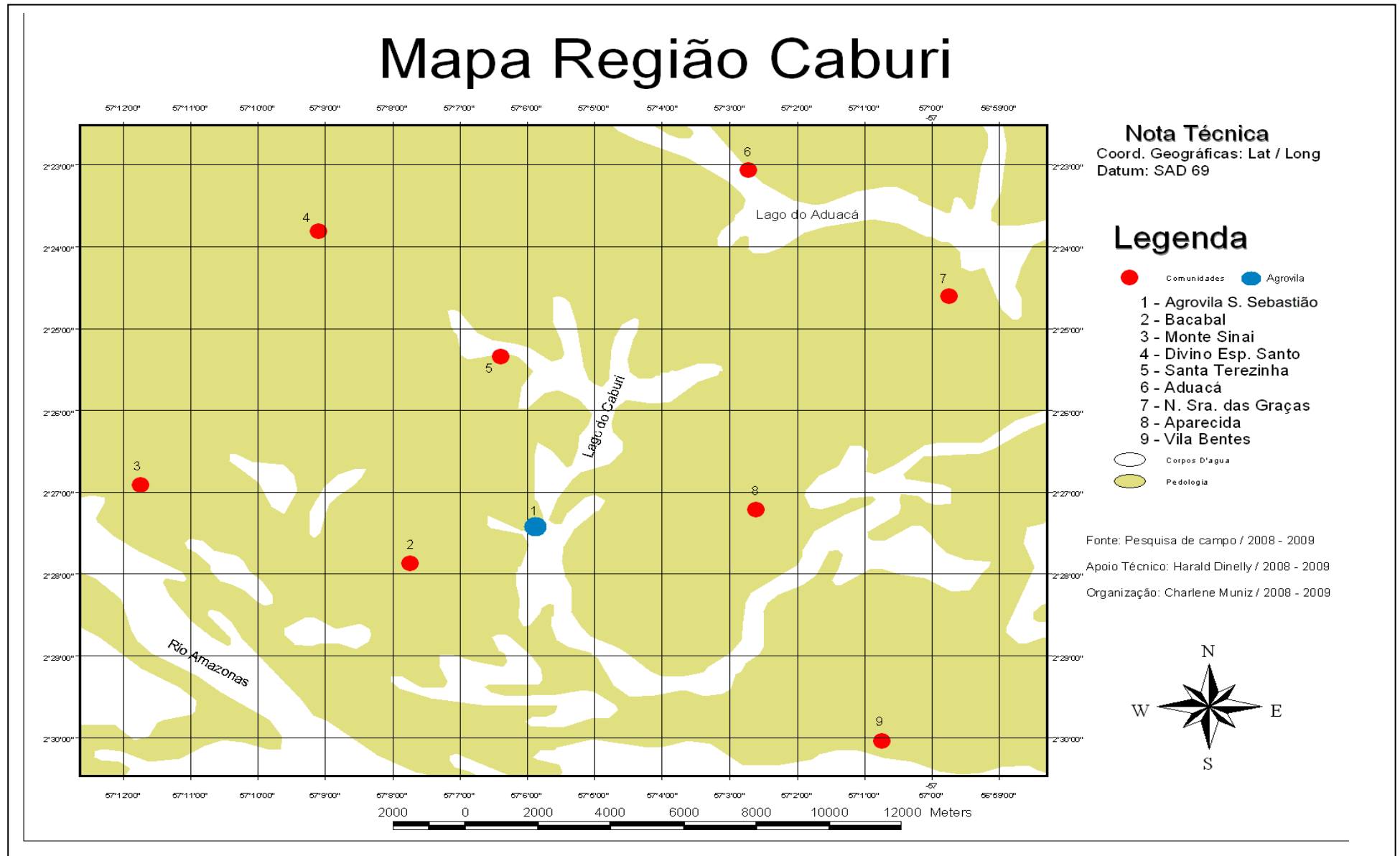


Figura16- Mapa da Região do Caburi
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.
 Organização: Charlene Muniz.

3 - DA NATUREZA AO AMBIENTE URBANO: MOCAMBO, CABURI E VILA AMAZÔNIA E AS CARACTERÍSTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Nos capítulos anteriores abordou-se como se deu a evolução da produção dos lugares na Amazônia, partindo de um lugar específico como a cidade de Parintins e mais detalhadamente de Mocambo, Caburi e Vila Amazônia. Discorreu-se como esses lugares foram se modificando ao longo dos anos, de comunidades rurais tradicionais foram tomando a forma de vilas, que agora apresentam peculiaridades e especificidades próprias, se diferenciando das outras comunidades rurais do município de Parintins, não só pela presença de elementos do urbano na composição de sua paisagem, mas pela própria assimilação de hábitos e costumes inerentes a cidade, os modos de vida também foram modificados, a forma de trabalho, antes totalmente ligada ao campo, hoje apresenta pluralidades, ou seja, as “pluriatividades” concernentes a forma de trabalho, se aproximando as idéias de pesquisadores como João Rua (2007, 2006 e 2005), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2000 e 2001) e Sérgio Schneider (2001) que estudam as recentes mudanças em áreas rurais, influenciadas pelo processo de urbanização e a complexa relação campo-cidade e suas configurações.

Porém, algumas formas de resistência a esse processo ficam bem evidenciadas, podemos perceber que a população ainda mantém seus vínculos com a vida rural, seja nas relações sociais, seja na relação com o ambiente natural. Essa resistência não significa rejeição, mas a manutenção de certos hábitos e costumes.

Neste capítulo serão analisados os aspectos econômicos e socioambientais de Mocambo, Caburi e Vila Amazônia, localizadas na área rural do município de Parintins (Figura 17). A partir disso buscou-se compreender as semelhanças e diferenças entre as vilas, fazendo comparativo com a cidade de Parintins, no tocante aos seus aspectos sociais, paisagísticos e espaciais e as novas configurações resultantes dos fluxos estabelecidos pelas atividades econômicas e relações sociais que envolvem a cidade e o campo, o rural e urbano e dessa forma entender como essa imbricação entre rural e urbano, ajuda na compreensão da produção do espaço nas pequenas vilas da Amazônia e como essa relação atua na construção do cotidiano das pessoas que moram nestes lugares, que possuem elementos do urbano e do rural numa relação dialética, fragmentada e articulada em rede, mas que pode apresentar conflitos.

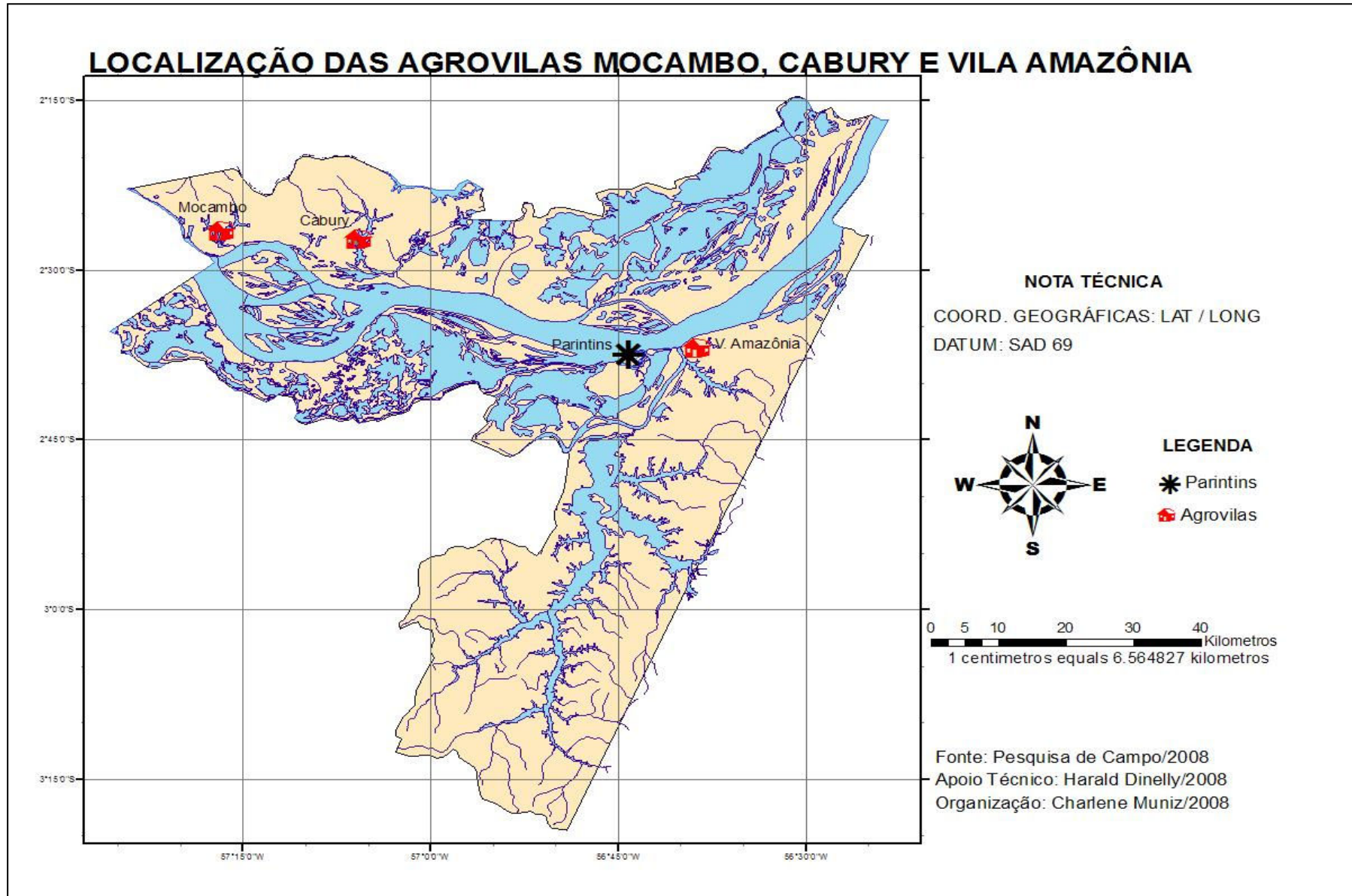


Figura 17 - Localização das Vilas no município de Parintins
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2008.
 Organização: Charlene Muniz.

3.1 Os aspectos socioambientais das vilas no município de Parintins: Mocambo, Caburi e Vila Amazônia

A partir da cidade de Parintins, o modo de se chegar até essas vilas é pelo rio, apenas por via fluvial se pode ir até esses lugares, a mais próxima da cidade é Vila Amazônia (aproximadamente 05 km), as outras ficam mais distantes, cerca de 60 km, a montante. Existem vários meios de transporte fluvial disponíveis, dependendo das possibilidades e preferência de cada um; se pode ir de barco de linha, voadeira, canoa, e no caso de Vila Amazônia existe uma balsa que faz o percurso diariamente. Os moradores das vilas, preferencialmente, vêm e vão de barco de linha para a cidade de Parintins; as horas despendidas da cidade às vilas é de 5, 4 horas e 30 minutos para Mocambo, Caburi e Vila Amazônia, respectivamente.

No barco, indo para as vilas, a sensação que se tem é de que se está indo para alguma cidade vizinha. As pessoas “armam” suas redes e aguardam a viagem começar; algumas estão levando seus mantimentos que compram na cidade (açúcar, arroz, café, óleo de soja, manteiga e etc). Para a distração das pessoas que estão no barco aguardando a partida para as vilas, os donos das embarcações colocam músicas com o volume bem alto, pois a maioria dos barcos tem o aparelho de som instalado em seu interior. Como nos barcos que vão para Manaus, há a presença de vendedores ambulantes que oferecem seus produtos aos passageiros (vendem merenda, biscoitos, roupas, relógios e bijuterias). A maioria dos barcos de linha que vão para Mocambo e Caburi possuem o convés superior e o inferior; o primeiro é ocupado por passageiros e seus pertences, enquanto o segundo é reservado para levar as mercadorias que abastecem as vilas como: gêneros alimentícios, material de construção, equipamentos, insumos agrícolas etc.

O percurso até as vilas é fascinante e mesmo tendo feito esta viagem várias vezes não podemos deixar de nos impressionar com a vastidão das belezas naturais, com as quais nos deparamos durante o caminho: o rio, as matas ciliares, a plasticidade da composição da paisagem nesta região impressiona até quem aqui vive desde criança. A orla de Parintins é quase toda tomada por barcos de todos os tamanhos. No trajeto podemos observar as comunidades ribeirinhas próximas da cidade, na margem esquerda do rio Amazonas, comunidades como: *Catiespera*, *Brasília*, *Boto*, que são as mais próximas da área urbana de Parintins. Podemos vislumbrar belas paisagens das áreas de várzea do rio Amazonas, dependendo do olhar que é dado pelo observador.

No barco predomina a descontração, parentes, amigos e conhecidos aproveitam para colocar a conversa em dia, principalmente os mais idosos, com suas histórias. Alguns preferem o silêncio, apresentando semblante de quem está mergulhado em pensamentos distantes. A verdade é que todos estão preocupados e concentrados em mais um dia no seu cotidiano, seja o trabalho ou apenas no passar do tempo.

Na viagem até as vilas o que se percebe é que as pessoas se conhecem bem, o que dá a entender que mesmo essas tendo uma população que aumenta a cada dia, os moradores ainda mantêm relações próximas de compadrio e vizinhança.

No caso de Mocambo e Caburi as mesmas estão localizadas às margens de lagos do mesmo nome, nos quais o acesso se dá por meio de igarapés. Ao adentrar os lagos não podemos ter comprovação mais bela da perfeição da natureza, uma beleza cênica única que encanta os olhos e aguça o olfato, pois no momento em que entramos nestes lagos podemos sentir o aroma das flores e do mato que os cercam, reforçando a concepção de que os lugares tem seu próprio cheiro despertando sensações.

Aos poucos as vilas vão se mostrando, parecem cidadezinhas escondidas na vastidão das matas da floresta Amazônica, não se parecem mais com uma comunidade rural ribeirinha tradicional, a paisagem já está modificada e assim se apresenta aos nossos olhos. Porém, sabemos que também não são cidades. Em Vila Amazônia a chegada também tem seus encantos, o que se destaca com a proximidade da vila são os resquícios do passado, construções que feitas em tempos pretéritos agora estão abandonadas ou em ruínas, mas que ainda marcam a paisagem e chamam a atenção dos que ali chegam pela primeira vez (Figura 18, 19 e 20).



Figura 18 -Agrovila de São João do Mocambo
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).



Figura 19-Agrovila de São Sebastião do Caburi
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).



Figura 20- Santa Maria de Vila Amazônia
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).

Todas as 03 (três) vilas estão localizadas em área de terra firme, sendo que a sede de Vila Amazônia possui uma faixa de área de várzea alta na frente da mesma. Quanto à geomorfologia as três são resultados de Acumulação de Planície Fluvial. Caburi e Mocambo são da formação geológica Alter do Chão e Vila Amazônia tem a sua formação Geológica de Aluviões Fluviais. As três vilas têm como solo predominante o latossolo amarelo e o domínio fitoecológico compreende a floresta ombrófila densa das terras baixas e formação pioneira arbustiva aluvional, para Caburi, Mocambo e Vila Amazônia, respectivamente (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas-IPAAM, 2003).

As 3 (três) vilas possuem extensão média de 2.867 metros cada, a maior e mais populosa de todas é Vila Amazônia. A paisagem observada ao chegar às vilas aproxima-se da descrita por Charles Wagley (1988) para a comunidade de Itá

Vista do rio, a cidade é uma pausa repousante na monótona sucessão de matas que cobrem as margens do Amazonas. Destaca-se, nítida e colorida, do fundo verde-escuro da vegetação [...] Parece um recanto sedutor (WAGLEY, 1988, p.45).

A sensação é que estamos chegando a uma cidade, no barco, ao se aproximar do porto, as pessoas se preparam, trocam de roupa, arrumam as crianças e organizam suas bagagens. No porto das vilas, as pessoas que aguardam a chegada dos barcos também parecem ansiosas, com o olhar fixo nas embarcações que chegam. No momento do desembarque é necessária muita destreza e cautela para se equilibrar sobre a prancha que é colocada entre a embarcação e o porto improvisado. Contudo, “apesar das dificuldades, no convés dos barcos que cortam os rios da Amazônia a vida se desenrola, correndo parada como a água do rio que tem paciência e vai passando sem-fim” (OLIVEIRA, 2000, p. 38).

Ao adentrar nas vilas, a impressão que se tem é que não há muito a se observar, poucas ruas, alguns comércios logo na entrada, um aparente ar de monotonia nos faz pensar que estes lugares não têm muito a ser estudado, porém, isto é apenas impressão, a aparência que esconde a essência dos lugares à primeira vista.

Um dos primeiros objetos que podemos observar, logo na entrada, é a Igreja Católica posicionada no centro das vilas, como em grande parte das comunidades rurais em Parintins. A chamamos de objeto, pois, conforme conceitua Santos (2008), os objetos seriam o produto de uma elaboração social, o resultado do trabalho do homem. Diferente das coisas, que ele define como sendo o produto de uma elaboração natural, um dom da natureza (SANTOS, 2008).

A população está em torno 3.115, 2.112 e 1.948 habitantes para Vila Amazônia, Caburi e Mocambo, respectivamente. As vilas possuem em comum certa infraestrutura da cidade; as ruas são asfaltadas e algumas já possuem nomes e até avenidas (Figura 21), elas possuem sistema público de abastecimento de água encanada e energia elétrica, com média de 360 ligações de energia e 320 ligações de água em cada vila (Figura 22 e 23), fornecidas pelas mesmas empresas que prestam esses serviços à cidade de Parintins. Em Caburi existe um posto dos correios, que dentre os serviços que presta podemos citar: pagamento de contas e o banco postal com pagamentos de salários, aposentadorias e pensões, depósitos e saques.



Figura 21 - Ruas Asfaltadas e com meio-fio e sarjeta- Vila Amazônia
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).



Figura 22- Abastecimento de Energia Elétrica- Vila Amazônia
FONTE: Pesquisa de Campo, 2008 (Foto de Charlene Muniz).



Figura 23- Abastecimento de Água - Vila Amazônia
FONTE: Pesquisa de Campo, 2008 (Foto de Charlene Muniz).

Está presente o sistema público de telefonia com orelhões e telefone residencial (Figura 24), apesar desse serviço ser prestado com muita precariedade. Em Vila Amazônia os moradores tem disponível o sistema de telefonia móvel (celular), visto sua proximidade com a sede municipal a área capta o sinal das antenas das empresas de telefonia móvel existentes na cidade. As vilas também são dotadas de sistema de educação, com escolas que vão do nível fundamental ao médio, e creches para atender as crianças e em Mocambo também há o ensino tecnológico, realizado pelo sistema de educação à distância (Figura 24, 25 e 26).



Figura 24 - Sistema de Telefonia –Vila Amazônia
FONTE: Pesquisa de Campo, 2008 (Foto de Charlene Muniz).



Figura 25- Escola Estadual - Agrovila de Mocambo
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).



Figura 26- Creche Municipal - Agrovila de Mocambo
FONTE: Pesquisa de Campo, 2008 (Foto de Charlene Muniz).

Como observado nas Figuras 27 e 28, os quintais são bem arborizados, principalmente com árvores frutíferas, e apresentam variedade de espécies arbóreas, assim como, a típica criação de pequenos animais domésticos como galinhas e porcos, o que nos estudos de Terezinha de Jesus Pinto Fraxe et al. (2006) são chamados de “quintais agroflorestais”, sendo este, bem típico das áreas rurais. Seguindo a mesma perspectiva de Fraxe *et al.* (2006), o

quintal nas vilas é concebido como a área próxima as residências onde está presente diversidade de árvores frutíferas, hortaliças, plantas medicinais e ornamentais cultivadas em pequena quantidade e com a criação de animais domésticos (FRAXE *et al.*, 2006), e sua limpeza e manutenção quase sempre é de responsabilidade das mulheres e crianças, mas também se pode observar que nas frentes das casas sempre é deixado uma área “limpa”, ou seja livre de mato ou folhas. O quintal também serve como área de lazer da família, onde as crianças podem brincar sem ter que ir para a rua, e onde os adultos podem se sentar e aproveitar o fim da tarde para conversarem, protegidos sob a copa das árvores. Assim, o quintal também é concebido, conforme estudos de Martins (2003) como um espaço social, onde ocorrem as inter-relações humanas sendo produto e meio de produção dessas, “[...] um espaço cultural pois no contato relacional cotidiano de lazer, produção e convivência familiar, a diversidade cultural é construída e (re) construída” (MARTINS; NODA; NASCIMENTO NODA, 2003, p. 234).



Figura 27- Quintal Agroflorestral em Vila Amazônia
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).



Figura 28- Balcão suspenso nos quintais para cultivo de olerícolas-Caburi
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).

Os comércios estão presentes em quase todos os lugares, geralmente são de moradores, que transformam um cômodo de sua casa em comércio (Figura 29 e 30), conforme relatos está aumentando o número de comerciantes “de fora” nessas vilas, e que fazem dessa atividade sua principal forma de renda. Ao todo identificamos 46, 35 e 34 estabelecimentos comerciais em Vila Amazônia, Caburi e Mocambo respectivamente, dentre esses estão: mercearias, açougues, padarias, lojas de roupas e farmácias, no Quadro 7 abaixo pode-se verificar os tipos de comércios encontrados em cada vila.

Estabelecimentos Comerciais	Vila Amazônia	Caburi	Mocambo
Mercearias	29	11	17
Lanches	02	01	04
Bar e Restaurante	09	06	02
Lojas de confecção	00	04	03
Açougue	01	01	01
Padaria	01	03	01
Farmácia	00	01	02
Serviços de Computação, Jogos e Xerox	01	02	02
Movelaria	01	03	01
Salão de corte de cabelo	01	01	00
Posto de Gasolina e/ou casas que vendem gasolina	01	02	01
Total	46	35	34

Quadro 7: Quantidade e Tipo de Estabelecimentos Comerciais nas Vilas
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.



Figura 29- Estabelecimentos Comerciais nas Vilas-Vila Amazônia
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).



Figura 30- Estabelecimentos Comerciais nas vilas-Caburi
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).

Nas figuras acima pode ser observado alguns tipos de comércios existentes nas vilas e suas respectivas estruturas

O rádio e a televisão também estão presentes no cotidiano dos moradores, sendo as vilas dotadas de “voz comunitária”, que transmite diariamente as notícias locais para a população. No caso da televisão, os moradores só têm acesso por meio de antenas parabólicas conectadas aos aparelhos de televisão, as quais são compradas na cidade de Parintins. Mas em Vila Amazônia ela não é necessária, pois os aparelhos captam os sinais das antenas de transmissão da cidade. Essa é uma forma de manter esses lugares conectados ao mundo, tornando-se este um dos principais meios de propagação das modas e pensamentos da cidade.

Cabe nesta análise, um destaque importante para a televisão, pois foi observado que a mesma tem papel importante no cotidiano dos moradores das vilas, e mesmo aqueles que não possuem o aparelho de televisão em casa, dão um jeito de assistir aos programas televisivos, seja na casa de parentes, amigos ou vizinhos.



Figura 31- Moradores assistindo televisão em frente as casas
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).

Como observado na Figura 31 acima, é comum ver pessoas na frente das casas assistindo a televisão, principalmente à noite, e aqueles que não possuem esse objeto colocam suas cadeiras na frente das casas daqueles que possuem e assim assistem aos jornais, programas, novelas e filmes.

A importância deste meio de entretenimento em pequenas cidades da Amazônia, já havia sido observada por José Aldemir de Oliveira (2000), onde ele analisa com bastante propriedade o papel da televisão na vida das pessoas de um determinado lugar. E como nas palavras do autor “Aqui não se vê algo na televisão, vê-se televisão buscando fragmentos do mundo e tendo a sensação de que o mundo está ali presente diante dos olhos. O televisor é o altar eletrônico” (OLIVEIRA, 2000, p.68).

Como explicado acima, em Caburi e Mocambo só é possível assistir a televisão se houver a antena parabólica. Por esta razão, nem todos possuem esse aparelho e antena em casa, pois podemos dizer que a antena parabólica é um bem com valor nem sempre acessível a todos os moradores (custa em média, em 2009, R\$ 379,00), porém observamos um percentual relativamente alto de casas que possuem esse equipamento, geralmente são os aposentados, funcionários públicos e algumas famílias que fazem esforço para adquiri-las, comprando-as à prestação na cidade. Ainda seguindo o pensamento de Oliveira (2000), podemos observar que

[...] a existência da antena parabólica é mais que um desejo porque se configura como um sinal do mundial presente no lugar, impondo e redefinindo relações entre as pessoas e determinando formas e padrões de comportamento que são característicos das grandes cidades (OLIVEIRA, 2000, p. 69).

Assim, mesmo nas residências mais simples foi encontrada a antena parabólica (Figura 32), o que nos permite inferir que, pelo menos “virtualmente”, os moradores daquela casa estão inseridos na relação global-local, a televisão torna-se um objeto importante na casa

[...] que aos poucos vai assumindo lugar importante na vida das pessoas e passa a ocupar o lugar de ‘honra’ na sala de visitas, tornando-se o centro de todas as atenções e cuidados. Diante dela, olhares se fixam, lábios selam-se e a imagem preenche ausências – seu poder mágico é contagiante e sua presença vai redefinir as reuniões de família, bem como o uso do tempo do não-trabalho. A TV marca, pela sua presença, o controle social em cada casa (CARLOS, 2007, p. 49).



Figura 32- Antenas Parabólicas nas casas
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).

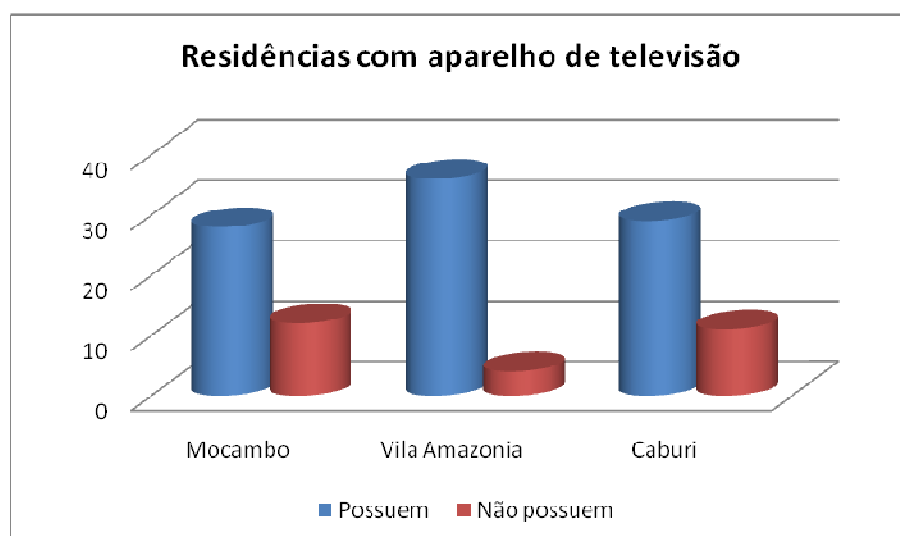


Gráfico 1- Residências com aparelho de televisão em cada vila
FONTE: Pesquisa de campo, 2009.

Como observado no Gráfico 1 acima, das 40 residências visitadas em cada vila, observou-se o percentual de 70%,72% e 90% para Mocambo, Caburi e Vila Amazônia, respectivamente, de casas que possuem o aparelho de televisão; sendo que em Vila Amazônia, por não haver a necessidade da antena parabólica para se ter acesso ao sinal de transmissão da televisão, a taxa de residências com o aparelho é a mais elevada de todas, enquanto Mocambo é a menos elevada. Esse índice de mais elevado e menos elevado está relacionado à facilidade de acesso.

A faixa etária da maioria dos entrevistados está entre 30 a 54 anos, sendo a maioria casados e nascidos na própria vila e/ou em comunidades rurais próximas as vilas (Gráficos 2, 3 e 4).

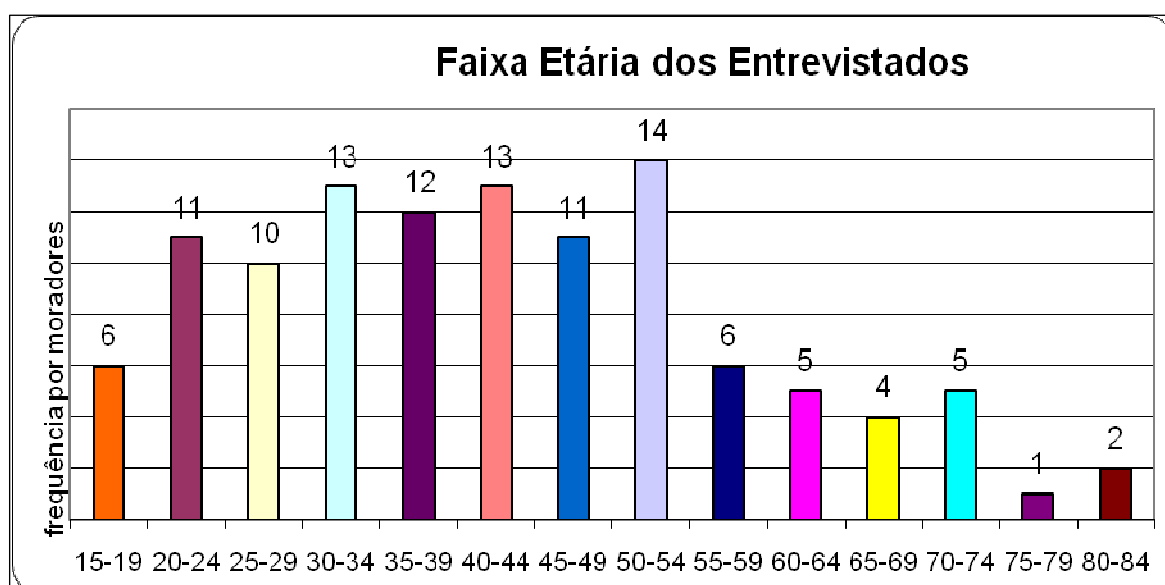


Gráfico 2-Faixa Etária dos moradores das Vilas
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

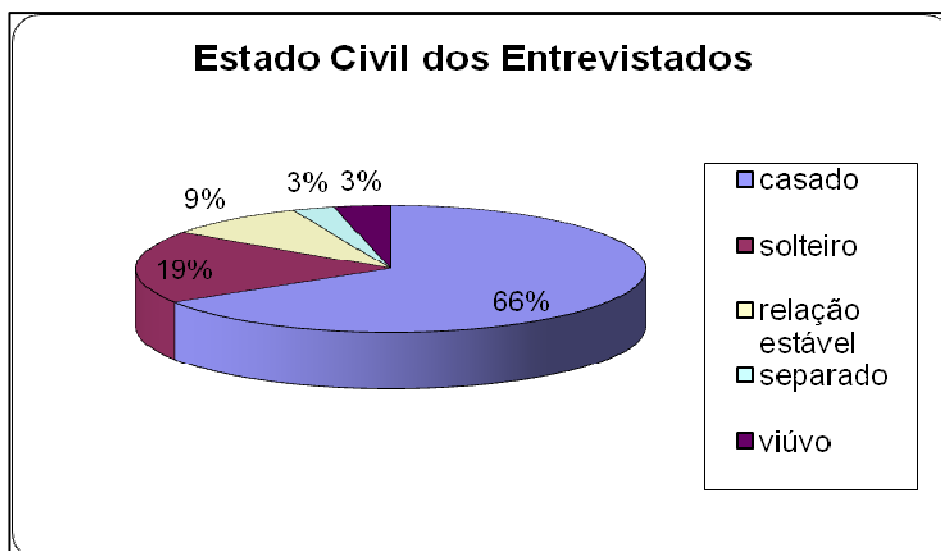


Gráfico 3- Estado Civil dos moradores das Vilas
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

Importante destacar que, como foi escolhido na metodologia, que o prestador das informações sobre as questões abordadas nos formulários seriam os chefes de família ou o membro mais velho presente no momento, por isso podemos observar nos gráficos acima a predominância de pessoas na faixa etária de 30 a 54 anos, e casados.

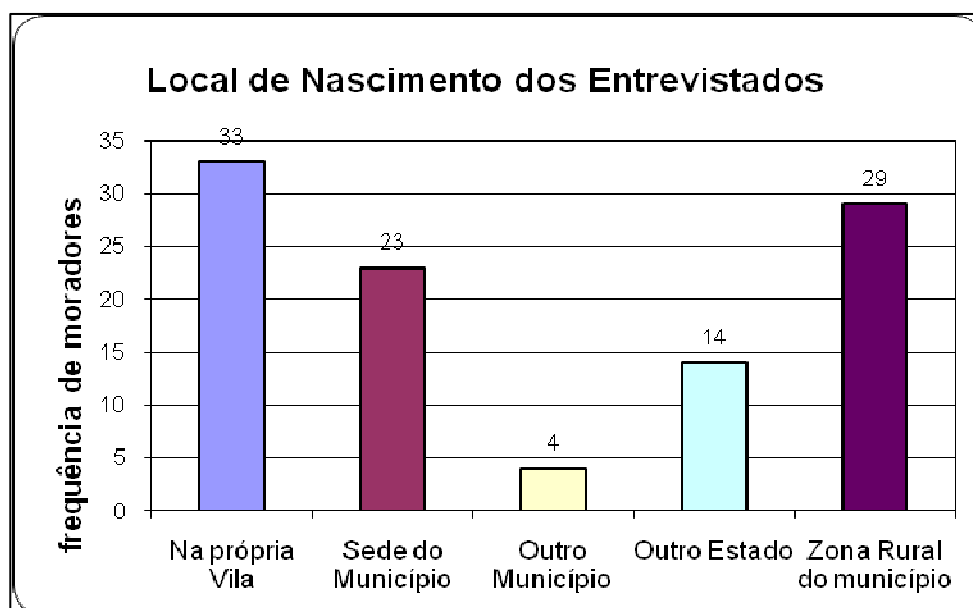


Gráfico 4- Local de nascimento dos moradores das Vilas
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

Como observado no gráfico acima a maioria dos entrevistados nasceu na própria vila e/ou são provenientes de outras áreas rurais do município e foram migrando para a vila conforme esta recebia melhoramentos em sua infraestrutura. Porém, há um número significativo de pessoas que moravam na sede municipal e depois foram morar na vila, principalmente por motivo de trabalho, no caso dos funcionários públicos.

Grande parte da composição das famílias é unifamiliar 87%, e estas estão morando há bastante tempo nessas vilas (Gráfico 05), até por que muitas famílias que moravam nas comunidades adjacentes, foram migrando para a vila a proporção que esta foi recebendo infraestrutura. Segundo alguns moradores o fato de a mesma possuir luz elétrica permanente e água encanada nas casas, já é um fator que melhora a qualidade vida das pessoas (Gráfico 6), sem falar dos serviços de educação e saúde existentes.

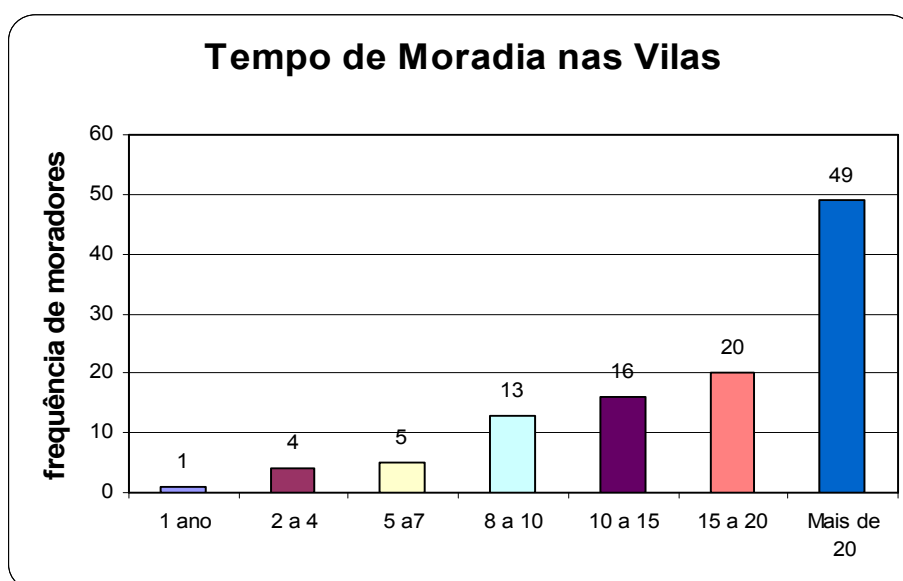


Gráfico 5-Tempo de moradia nas vilas
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

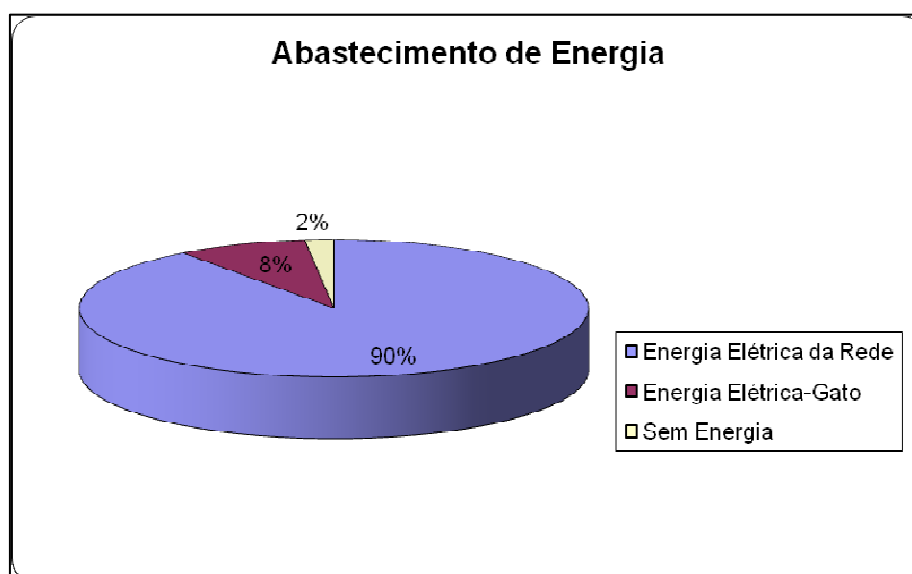


Gráfico 6- Abastecimento de Energia Elétrica nas Vilas
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

A renda familiar está baseada na agricultura e na pesca, mas podemos observar crescente pluralidade nas atividades econômicas dos moradores (Gráfico 7), com a presença significativa de outras atividades que não são típicas da área rural, como as atividades de comércio, funcionalismo público e prestação de serviços. Apesar dos moradores afirmarem que a renda principal vem da pesca e da agricultura, muitos procuram outras formas de complementá-la, buscando alternativas de atividades econômicas que não se caracterizam mais como do campo. Esta ação é mais forte naqueles moradores que se desligaram da terra

rural, ou seja, que não possuem mais terra para trabalho. Ao contrário, aqueles que ainda têm terra continuam executando atividades no campo, embora também executem atividades que poderiam ser caracterizadas como urbanas. Observou-se famílias que executam várias atividades do meio rural (agricultura, extrativismo, pesca e criação) combinadas com outras tantas do meio urbano (emprego público, pequeno comércio e prestação de serviços). Em ambos os casos há complementação do sustento da família com renda social (aposentadorias, pensão e bolsa família). Há, portanto, o que se denomina de “combinação de atividades”.

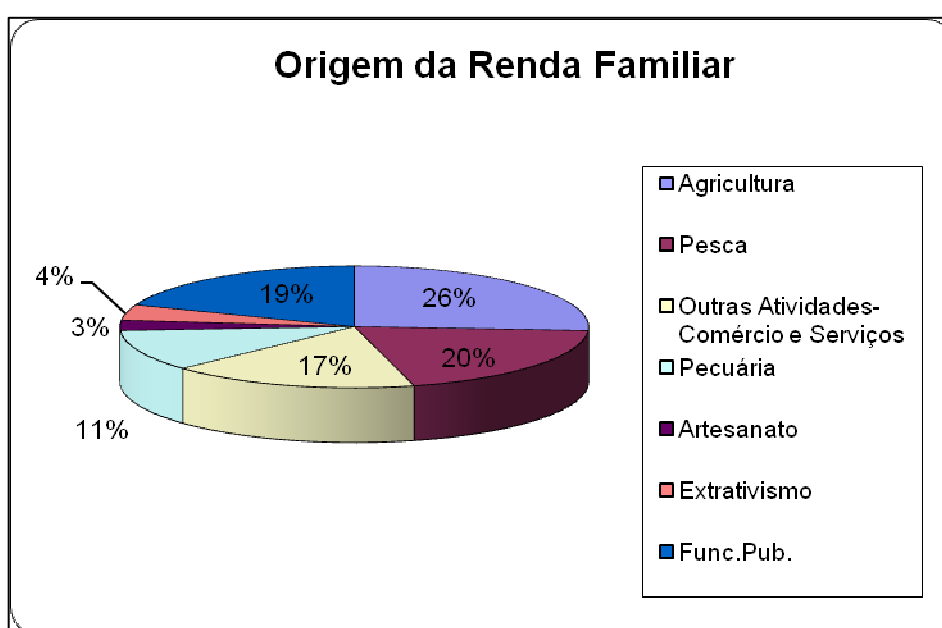


Gráfico 7- Origem da Renda Familiar
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

A renda mensal dessas famílias está entre 1 e 4 salários mínimos, porém há predominância de famílias que vivem com 1 salário; essa renda muitas vezes é complementada pelo programa Bolsa Família e outros benefícios que algumas famílias recebem do Governo Federal como a aposentadoria e a pensão (Gráfico 8 e 9).

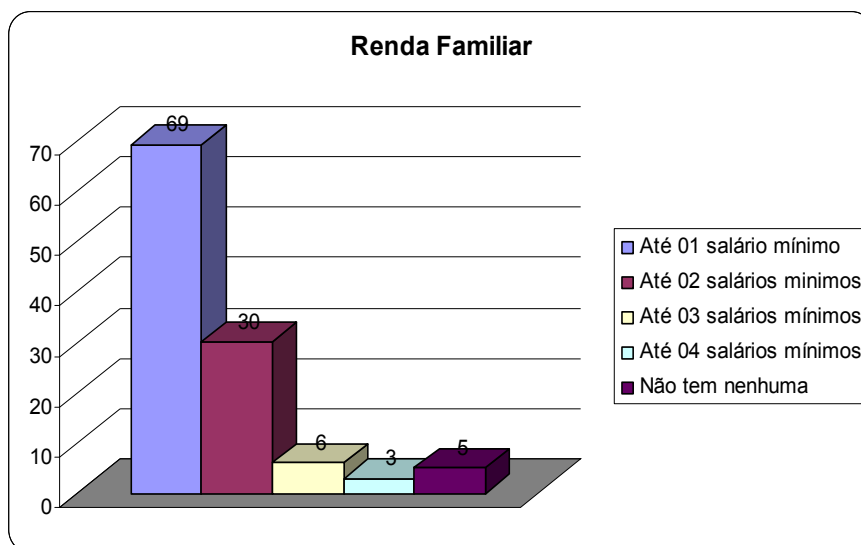


Gráfico 8- Renda familiar dos entrevistados
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

Importante destacar que a renda em comunidades do interior, na Amazônia pode ser analisada de diversas formas, principalmente quando se agrega aos valores da renda às diferentes estratégias econômicas adotadas pelas populações tanto de várzea, como de terra firme. Fábio Castro (2006) ao pesquisar a economia familiar das populações de várzea do médio-baixo Amazonas, inferiu que as mesmas combinam quatro principais atividades: pesca, agricultura, criação de gado e trabalho assalariado/aposentadoria, segundo ele, cada atividade possui padrão distinto ao longo do ano, envolve diferentes membros da unidade familiar e preenche diferentes funções na economia familiar.

A pesca representa a atividade comercial principal, enquanto a agricultura tem uma importância maior para a subsistência. A criação de gado proporciona um sistema de capitalização, e o trabalho assalariado e aposentadoria são fontes de renda direta utilizadas para gastos imediatos, emergenciais, e de pequeno investimento tais como: criação de gado, construção de casas, e compra de barcos (CASTRO, 2006, p. 176).

Nas vilas, observa-se um padrão econômico diferente das comunidades de várzea, estudadas por Castro, com um peso maior da agricultura na economia local, porém é necessário compreender que quando inferimos sobre a renda de cada núcleo familiar, o chefe de família, que foi o principal informante, teve como parâmetro as atividades desenvolvidas por ele, como provedor principal do núcleo familiar, mesmo que, os outros membros da família possam estar desenvolvendo outras atividades que ajudam na renda; por isso, agricultura e a pesca despontam como principais fontes de renda.

Contudo, é necessário relativizar a importância destas duas atividades no total geral da renda da família, por que conforme relatos dos próprios moradores muitos estão abandonando as atividades primárias e se dedicando a outras formas de ganhar dinheiro. No caso da agricultura familiar houve uma baixa na produção destinada à comercialização nessas vilas, principalmente ocasionados por problemas de transporte, assistência técnica e preços baixos. Na pesca os problemas são parecidos, principalmente porque nessas vilas não há um sistema de condicionamento eficaz do pescado, como frigoríficos, o que dificulta o armazenamento do peixe e sua posterior transferência para o mercado da cidade. Esses problemas levam, muitas vezes, os agricultores e pescadores a venderem seus produtos nas próprias vilas atendendo a demanda interna, dificultando a obtenção de preços mais elevados e, conseqüentemente, a obtenção de maiores lucros, fazendo com que a renda mensal dessas famílias fique próximo de 1 salário mínimo. Mas isso não significa que essas famílias tenham um padrão de vida ruim ou venham a passar necessidades, pois muitas vezes a renda familiar é complementada com outros rendimentos provindos da economia informal e/ou transferências de renda governamental.

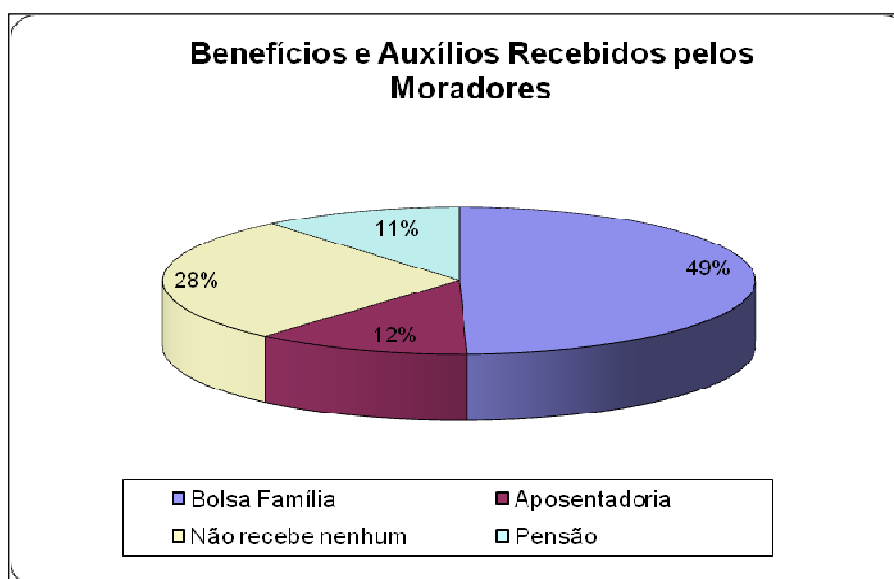


Gráfico 9-Benefícios e Auxílios recebidos pelos moradores
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

Como observado no gráfico acima o sistema de transferência de renda pelo Governo Federal é um importante fator que ajuda na economia das vilas, pois 72% das famílias recebem algum tipo de benefício, enfatizamos o Programa Bolsa Família, onde quase a metade das famílias entrevistadas recebem.

O Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003 é o principal programa de transferência de renda com condicionantes do Governo Federal, e que segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) até julho de 2008 estava beneficiando 11,1 milhões de famílias em todo Brasil, e no município de Parintins, segundo dados da Caixa Econômica Federal até julho de 2009, beneficiou 8.181 famílias, sendo que os valores dos benefícios variam de R\$ 20,00 a R\$ 182,00 de acordo com a renda mensal *per capita* e o número de filhos com até 15 anos de idade, em cada família. Sua estrutura está fundamentada em torno de três dimensões: promoção do alívio imediato da pobreza, reforço ao exercício dos direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação e articulação com programas complementares, voltados ao desenvolvimento das famílias. Dentre esses programas complementares estão os de geração de trabalho e renda, combate ao trabalho escravo, alfabetização de jovens e adultos e acesso a energia elétrica (MARTINS, 2008).

O que se constatou nessas vilas é que essa ajuda recebida do Governo Federal é utilizada para complementar a renda da família em suas necessidades básicas, e em alguns estudos como de Daniel Oliveira Martins (2008) e Rosani Evangelista da Cunha (2007) demonstram que as famílias utilizam os recursos, preferencialmente, para a compra de alimentos em estabelecimentos próximos as suas residências, o que contribui para a satisfação das necessidades básicas de alimentação e para o desenvolvimento da economia local.

Outra contribuição importante do programa observada nas vilas está no fato de que nas famílias que fizeram parte do universo dessa pesquisa e que recebem o Bolsa Família, todas as crianças em idade escolar estão frequentando a escola, todavia a frequência escolar em conjunto com outras variáveis é requisito condicionante para o recebimento do auxílio. Vale ressaltar que segundo a pesquisa de campo, em média 170 famílias recebem o Bolsa Família em cada vila, gerando um aporte financeiro mensal de R\$ 108.000,00.

No que tange aos aspectos da condição das moradias das vilas, observou-se que a maioria das casas é feitas de madeira, com cobertura de amianto e possuem de 3 a 4 cômodos (Gráfico 10 e 11). Porém, um aspecto interessante de ser observado é o crescente número de moradias construídas em alvenaria, o que significa que o aspecto das residências feitas quase todas de madeira ou palha que predominava antes nas vilas está sendo alterada. Por outro lado, observou-se o grande número de casas cobertas com telhas de amianto (Gráfico 11), o que demonstra dois aspectos: 1) a transferência dos poucos recursos das vilas para fora, pela compra de material que poderia ser produzido no próprio local, no caso específico da telha de barro; 2) a inadequação do uso de material de construção, pelos problemas causados a saúde pelo amianto, como desconforto térmico que ocorre numa região de alta insolação.

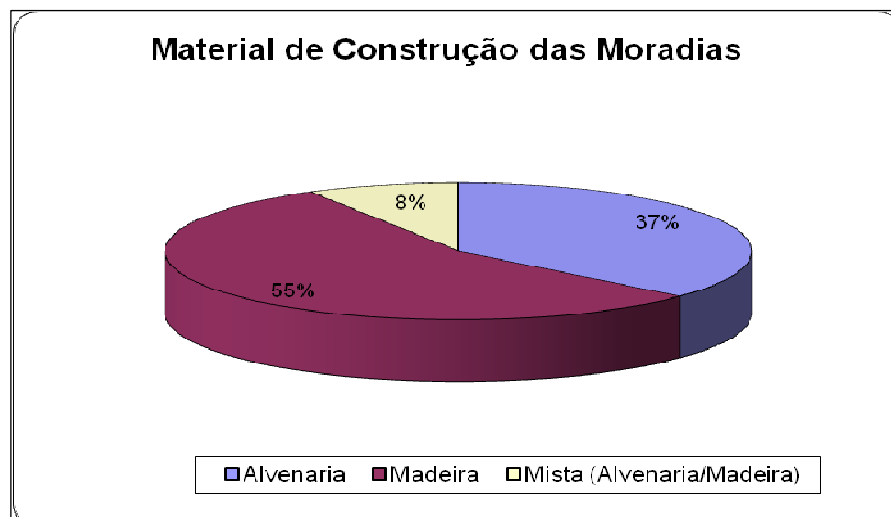


Gráfico 10-Material de Construção das moradias
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

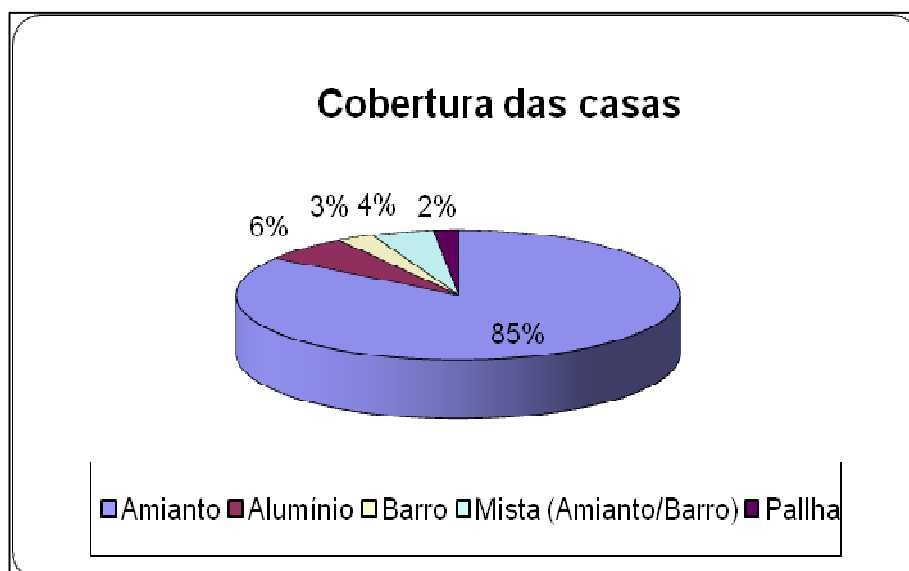


Gráfico 11-Cobertura das casas
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

A maioria das casas nas vilas é construída pelo sistema de auto-construção, onde os próprios moradores são responsáveis pelas modificações e melhorias em suas residências. As facilidades que as lojas de material de construção tem proporcionado para a compra dos materiais como parcelamentos e créditos a aposentados, pensionistas e funcionários públicos, assim como, pelas transferências de renda governamental, tem incentivado muitos moradores e substituírem suas casas de madeira por alvenaria, como observado na Figura 33 abaixo.



Figura 33: Casa de alvenaria sendo construída -Mocambo
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).

É comum vermos casas de alvenaria em processo de construção nas vilas, principalmente porque as mesmas vêm aumentando sua área de expansão, e áreas próximas as vilas que antes não eram ocupadas, agora estão sendo alvo de ocupações recentes. Uma característica importante a ser observada em Mocambo e Caburi é que há uma diferenciação de preços nos terrenos, de acordo com sua localização. Averiguamos que em Mocambo um lote localizado em áreas próximas ao porto da vila e dos comércios locais, com as dimensões de 16 x 36 m está custando cerca de R\$ 8.000,00 e se houver uma casa construída de alvenaria no terreno, o valor pode chegar a R\$ 12.000,00. Já o terreno com as mesmas dimensões, mas localizado na área que os moradores chamam de “bairro”⁴ está custando entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00. No Caburi também há essa diferenciação de preços, um lote de 20 x 40 m está custando entre R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00 na orla e nas áreas próxima aos comércios, quanto que nas áreas mais distantes os preços variam de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00.

Nos aspectos ao tratamento de água e esgoto, 23% das famílias entrevistadas afirmam que colocam cloro na água utilizada para o consumo, porém, a grande maioria afirma não dar nenhum tratamento à água antes de consumi-la, pois, eles alegam que a mesma já é tratada pelo sistema de abastecimento público das vilas (Gráfico 12).

⁴ Esse local se constitui de uma área que antes era a comunidade de Nossa Senhora de Lourdes, mas que foi agregada a Agrovila do Mocambo, essa área ainda está em processo de ocupação e ainda tem algumas carências de energia elétrica e água encanada, porém, assim como as outras ruas do Mocambo, todas as ruas estão asfaltadas.

A fossa negra é a mais utilizada para dar destino aos dejetos das casas 63%, porém vem aumentando o número de residências com a fossa séptica, sendo que a Prefeitura Municipal está desenvolvendo um programa de melhoria sanitária nas residências das famílias da zona rural do município, com a construção de banheiros e sanitários (Gráfico 13).

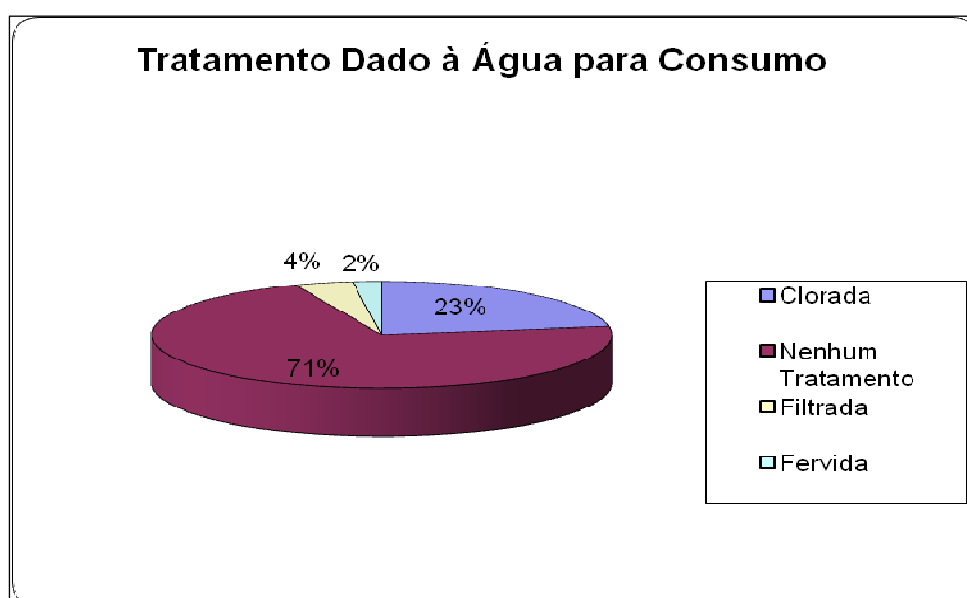


Gráfico 12-Tratamento dado à água para consumo
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.



Gráfico 13 -Destino dos dejetos das residências
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

Foi constatado que 69% das famílias queimam o lixo doméstico, isso ocorre, principalmente, por que não há coleta de lixo público. Esse aspecto é preocupante, pois com o crescente consumo de produtos industrializados, cujas embalagens, em sua grande maioria, são compostas de plásticos e que vêm aumentando substancialmente a quantidade de resíduos sólidos não-orgânicos, causando problemas quanto ao destino adequado para os mesmos, fazendo com que muitas vezes estes sejam jogados em locais a céu aberto, ocasionando diversos tipos de problemas à comunidade (Gráfico 14).

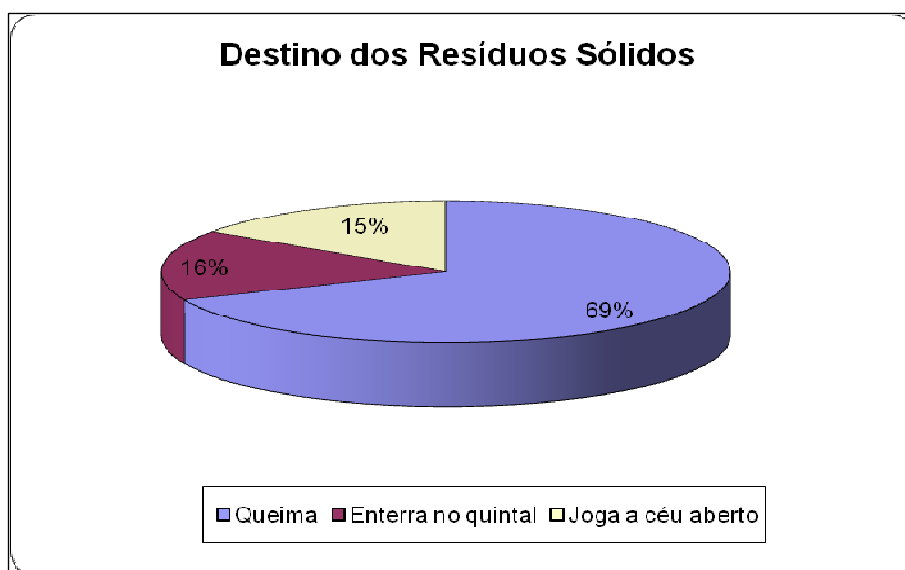


Gráfico 14-Destino dos Resíduos Sólidos
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.



Figura 34- Lixeira improvisada pelos moradores do Mocambo
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).

Acima podemos observar na Figura 34 a lixeira improvisada pelos moradores do Mocambo; ela fica localizada em um barranco próximo ao rio, o que aumenta os riscos ambientais nas áreas residenciais adjacentes.

Quanto aos aspectos da saúde pública, as principais doenças citadas pelos moradores são gripes, viroses e diarreias. Os moradores afirmaram que tratam das doenças nas próprias vilas, entretanto, ainda existe um percentual que usa ervas medicinais para tratar algumas doenças (Gráfico 15).

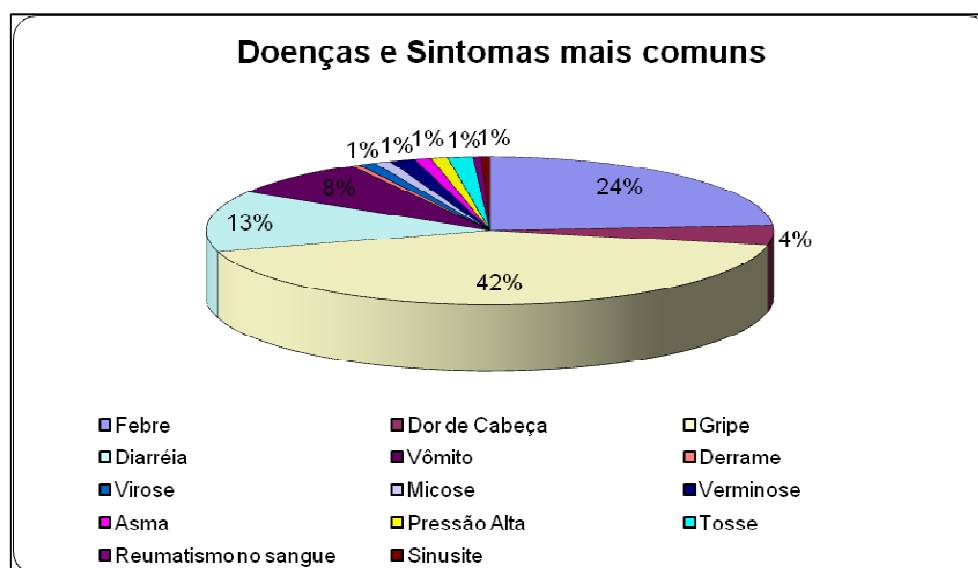


Gráfico 15-Doenças e Sintomas mais comuns
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

Como observado no Gráfico 16 abaixo, os moradores recorrem frequentemente ao Posto de Saúde da Vila, no caso de tratamento de doenças. As principais doenças dos moradores estão relacionadas a viroses, gripes e diarreias; muitas dessas doenças são em decorrência do consumo da água que, em determinadas épocas do ano, como na vazante do rio, estão mais suscetíveis a contaminações. Hilton P. Silva ao estudar a sócio-ecologia da saúde e da doença em sociedades ribeirinhas amazônicas conclui que

Má nutrição, aumento na pressão arterial, na adiposidade, nos níveis de estresse (medidos pela excreção de catecolaminas), no alcoolismo e nas doenças cardíacas estão entre os efeitos deletérios da transição de um estilo de vida mais tradicional para um mais modernizado (SILVA, 2006, p.341).

As vilas são dotadas de posto de saúde com infraestrutura para atender pequenas emergências e quando há uma emergência grave o paciente é encaminhado ao hospital da

cidade de Parintins, em lanchas do sistema de saúde municipal (“ambulancha” como são chamados os transportes fluviais de emergências médicas nas vilas). Dentre os serviços prestados nos postos estão: consultas médicas, vacinação, preventivos, curativos de acidentes de trabalho (cortes, quedas e machucados) e em todas as vilas existe o Agente Comunitário de Saúde que visita, frequentemente, as famílias. Entretanto, os programas de saúde desenvolvidos são quase os mesmos dos postos de saúde da cidade, como: Pré-Natal, Hiperdia (programa de hipertensos e diabéticos), Programa nacional de suplementação de ferro; planejamento familiar (distribuição de preservativos, e pílulas anticoncepcionais), exame preventivo da mulher e Programa DST/AIDS.

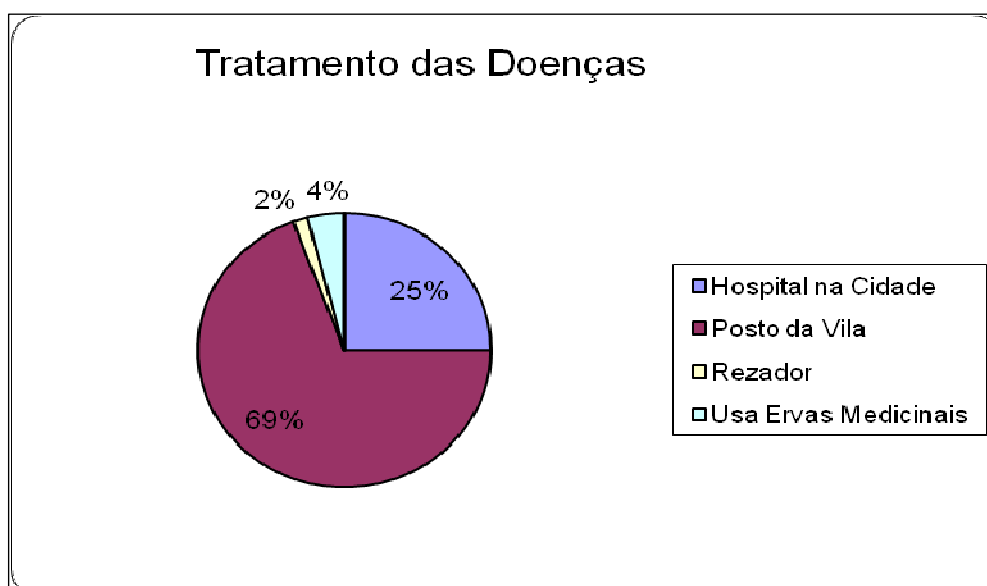


Gráfico 16-Local de Tratamento das doenças
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

O mesmo médico que atende em Caburi também atende no Mocambo ficando este 3 (três) dias na semana em cada uma delas, em semanas alternadas. Os postos de saúde nas vilas têm uma boa infraestrutura (Figura 35 e 36), não obstante os moradores preferirem se consultar nos mesmos em vez de se deslocarem para a cidade. Porém, muitos reclamam que a Prefeitura deveria construir um hospital nas vilas, com melhores condições para atender os moradores; inclusive em Mocambo existe um prédio inacabado do que seria um hospital. A construção foi iniciada, mas não foi concluída, todavia não se sabe o que aconteceu com os recursos financeiros destinados a obra de construção e compra de equipamentos para o hospital.



Figura 35: Posto de Saúde em Vila Amazônia
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).



Figura 36: Estrutura interna do Posto de Saúde de Mocambo
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).

Dentre os melhoramentos que os moradores reivindicam para o serviço de saúde está a contratação de mais funcionários como enfermeiras e técnicos; um médico que fique permanentemente nas vilas, mais medicações injetáveis (pois este tem efeito imediato em dores, no caso de emergências) e melhoramentos na infraestrutura, com mais equipamentos. Acreditamos que deveria haver mais investimento em recursos humanos na área de saúde,

pois, como as vilas estão crescendo em população, os funcionários dos postos de saúde não ficariam sobrecarregados, possibilitando que todos fossem atendidos satisfatoriamente.

Na educação constatou-se que a maioria dos moradores possui o ensino fundamental incompleto, como pode ser observado no Gráfico 17 abaixo, mesmo eles afirmando que as escolas apresentam bom serviço à vila. Também foi encontrado baixo índice de analfabetismo, sendo que todas as crianças em idade escolar estão frequentando a escola. Ressaltamos que o fato da escolaridade ser relativamente baixa, é porque os entrevistados foram, na maioria, adultos e chefes de família, e que não tiveram chance de dar prosseguimentos aos seus estudos pelo fato de ainda não existir, na época, escolas de nível secundário nas vilas, e também pela necessidade dos mesmos trabalharem ou na roça ou na pesca para sustentar suas famílias; ou seja, antes não havia a facilidade que hoje há para os jovens estudarem nessas vilas, pois todas, agora, possuem escolas do ensino básico ao médio e até o tecnológico, ministrado pelo sistema de ensino a distância.

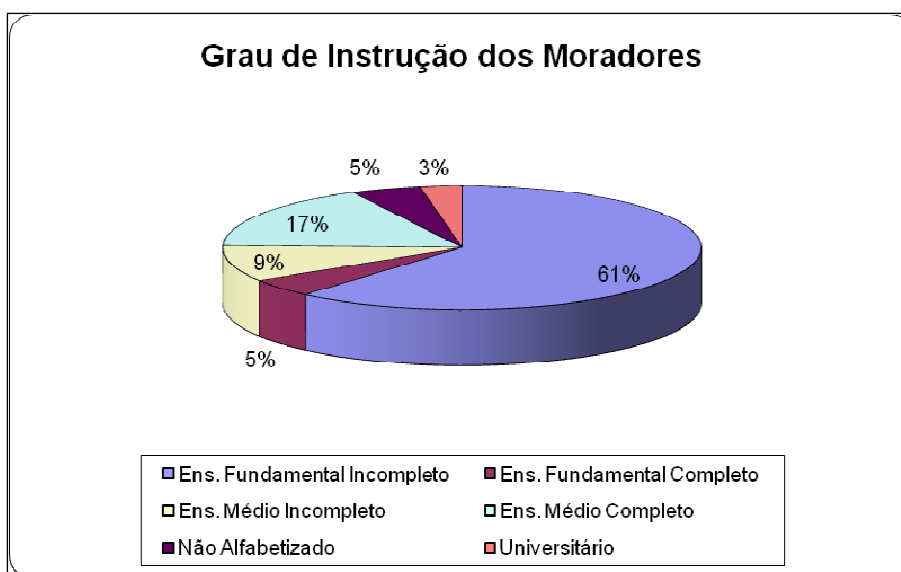


Gráfico 17-Grau de instrução dos moradores entrevistados

FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

Um dado preocupante é o aumento de casos de violência relatados pelos moradores. Segundo eles, antes era mais tranquilo, sendo que os principais problemas estão relacionados as brigas, roubos e até assassinatos. Muitas dessas ocorrências acontecem devido ao consumo de bebida alcoólica, principalmente, nos fins de semana. Essas ocorrências têm diminuído gradualmente, pois o efetivo policial foi reforçado nas vilas, as quais possuem posto policial

(Figura 37), com efetivos residentes no próprio local, sendo que cada vila tem 02 (dois) policiais trabalhando.



Figura 37- Posto Policial de Caburi
FONTE: Pesquisa de Campo, 2008 (Foto de Charlene Muniz).

A principal forma de lazer está relacionada com a prática esportiva de futebol, na qual os grupos de moradores organizam seus times e disputam entre si (Gráfico 18). Esse lazer reúne muitas pessoas em volta do campo de futebol das vilas, ou para torcer para seu time, ou para esperar sua vez para jogar. Assim, percebemos que o jogo de bola, torna-se uma prática em que os homens e mulheres buscam para o seu lazer. Todas as vilas possuem um campo de futebol, que nos fins de semana se tornam a centralidade das vilas, onde as pessoas se reúnem. Em Mocambo e Caburi, as escolas estaduais possuem ginásios poliesportivos, em que os alunos praticam vários esportes, e entre os mais importantes está o futebol. Porém, a concentração fica mesmo em torno dos campos de futebol oficiais nas vilas, onde ocorrem os torneios nos fins de semana, ou as famosas “peladas” nos fins da tarde, durante a semana.

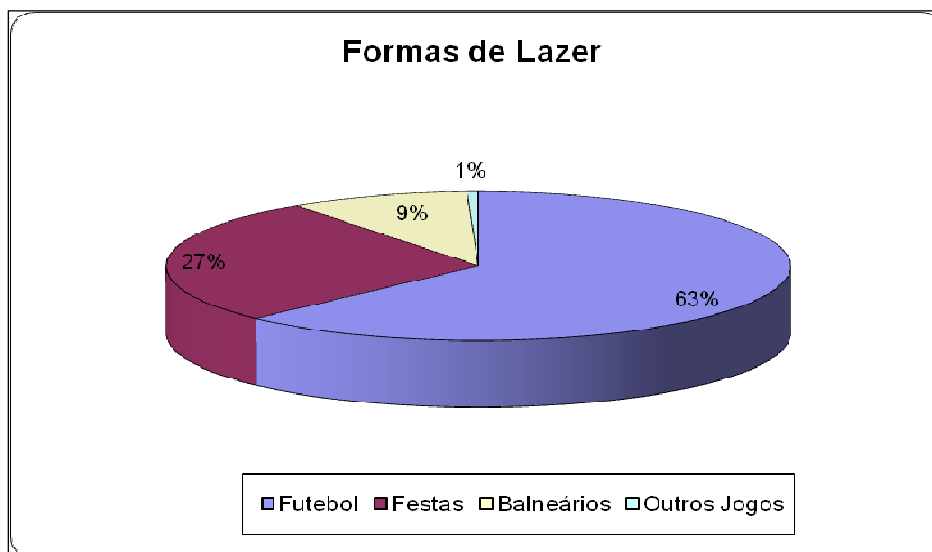


Gráfico 18-Formas de Lazer
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

É comum a realização de torneios de futebol entre as comunidades rurais; geralmente quando há um torneio aparecem vários times para disputarem. Nas vilas esses torneios são envoltos em clima de festa e reboição; as torcidas organizadas à beira do campo incentivam seu time e vibram com cada lance. É um momento de socialização importante, onde todos se reúnem e brincam; algumas vezes a brincadeira é levada a sério, com jogadas mais perigosas no momento da partida de futebol, porém, no final tudo acaba na mais absoluta tranquilidade. Glaucio Campo Gomes de Matos (2008), ao fazer uma análise minuciosa sobre a prática do futebol, como lazer em determinadas comunidades rurais no Amazonas, faz a seguinte assertiva

Na área de pesquisa, uma das atividades capazes de reunir, sem obrigação, maior número de pessoas é o jogo de bola. É onde as pessoas podem experimentar e compartilhar em público, divertidas excitações com aprovação social. Nesse sentido, compreende-se o papel da sociabilidade que figura nesse divertido jogo de bola [...] O jogo de bola tem-se mostrado um atrativo para os moradores de Bico, Cuiamucu e, os quais freqüentam por vontade individual. Essa participação em ‘massa’ reforça a sociabilidade, que segundo Elias e Dunning (1992) é característica do lazer (MATOS, 2008, p. 243-245).

O futebol é uma forma de lazer importante nas comunidades rurais amazônicas, assim como observado por Manuel de Jesus Masulo da Cruz (2007) sobre os torneios de futebol na várzea amazônica

Esses torneios costumam ser bastante disputados contando com agitadas torcidas, o time consagrado campeão recebe uma premiação que, em geral, é uma cabeça de gado, ‘um boi’, como eles denominam ou grades ‘caixas’ de cerveja. Além disso, a equipe vencedora recebe um troféu como símbolo do esforço e organização do time de futebol.

Vale ressaltar que o time de futebol na várzea amazônica, representa para os camponeses ribeirinhos uma referencia importante, pois muitos foram fundados antes do surgimento das comunidades, portanto, são times considerados por todos como tradicionais. Na realidade, há uma grande simpatia por eles, semelhante a grandes times urbanos, por isso, há todo esse entusiasmo, quando os times de futebol vão representar as comunidades nos torneios e/ou campeonatos. Aliás, muitos torcedores foram ex-jogadores, mantendo, por sua vez, a lealdade ao time (CRUZ, 2007, p. 46-47).

Nas vilas também há os times tradicionais formados desde 1972; na Agrovila do Caburi, por exemplo, os principais times de futebol são: “Estrela do Mar” e a “Associação Juvenil Esporte Clube”. Dessa forma, há de se entender que o futebol é o espaço no qual as emoções, as excitações agradáveis e controladas são socialmente compartilhadas semanalmente (MATOS, 2008, p. 245).

Outra forma de lazer mais apreciada nas vilas são as festas; há destaque para as festas de santos, todas possuem padroeiros, que são festejados em determinadas épocas do ano com novenas e arraial. Além das festas dos santos, as vilas possuem outras festas anuais, que são organizadas pelos próprios moradores, estas com um fundo mais econômico.

Na Agrovila de Mocambo pode-se citar o “Festival Folclórico do Mocambo”. Festa que tem algumas semelhanças com o festival realizado na cidade de Parintins, que consiste na apresentação de 2 (dois) boizinhos (Espalha e Touro Branco) e apresentação dos pássaros “Jaçanã” e “Pavão”, além da apresentação das quadrilhas. Essa manifestação cultural é realizada no “Mocambódromo”. Quadra esportiva construída pelo poder público municipal, que recebeu este nome para fazer alusão ao “Bumbódromo”, localizado na cidade de Parintins (Figura 38, 39 e 40). Essa festa é organizada pelos próprios moradores, com o apoio da Prefeitura de Parintins, e acontece no mês de julho; sendo assim uma iniciativa de organização do lazer nesse lugar.



Figura 38- Festival Folclórico da Agrovila do Mocambo
FONTE: Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Parintins, 2009.



Figura 39- Festival Folclórico da Agrovila do Mocambo- Quadrilhas
FONTE: Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Parintins, 2009.



Figura 40- Festival Folclórico da Agrovila do Mocambo-Boi-Bumbá
FONTE: Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Parintins, 2009.

Outra festa no Mocambo é o “Festival do Beiju”, no mês de setembro, organizada pelos professores e alunos da escola municipal da vila, onde é realizada uma competição entre os alunos para escolher quem tem mais criatividade na produção do beiju. Assim, alunos com seus pais se organizam para produzir o beiju da forma mais criativa possível. Essas duas festas atraem muitas pessoas da cidade para a vila. Outra festa é de cunho religioso, é a festa de São João Batista, padroeiro da vila, é realizado no mês de junho e mobiliza os moradores na realização das novenas e do arraial.

No Caburi existem duas festas principais, a festa de São Sebastião, padroeiro da vila e o Festival de Verão, comemorado em janeiro e setembro, respectivamente, e atraem muitas pessoas de fora para a vila. O Festival de Verão é realizado na praia “Brilho do Banzeiro”, localizada na frente da vila (Figura 41). No período do Festival de Verão há fluxo intenso de visitantes, assim ocorre certa movimentação financeira, pois os moradores aproveitam para vender comidas e bebidas para os visitantes.



Figura 41- Praia “Brilho do Banzeiro- Caburi
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2008 (Foto de Charlene Muniz).

Em Vila Amazônia também há a celebração ao padroeiro da vila, a Festa de São Francisco Xavier é realizada no mês de dezembro, mas o que se destaca como atrativo para o lazer são os vários balneários existentes, esses balneários atraem diversas pessoas nos fins de semana que vão a procura de descanso e tranquilidade do dia-a-dia estressante da cidade. Esses balneários ficam localizados próximos da sede da vila, em terrenos que ficam na estrada que liga a sede às demais comunidades. Eles possuem alguma infraestrutura com flutuantes, bar e restaurante e áreas para a prática de esportes (Figura 42 e 43).



Figura 42: Balneários em Vila Amazônia
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).



Figura 43: Infraestrutura dos Balneários em Vila Amazônia
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).

Os moradores das vilas não costumam se reunir muito em grupos sociais, mas o grupo social que mais tem frequentadores é o conselho paroquial das vilas, onde a presença da igreja católica é muito forte, pois 79% das famílias são católicas; porém observamos a presença de templos evangélicos nas vilas (Gráficos 19 e 20).

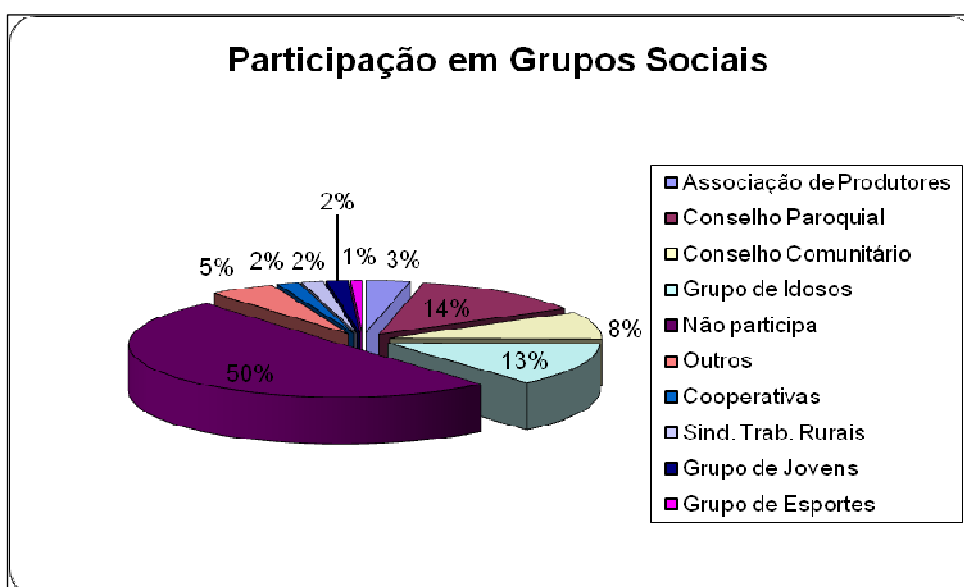


Gráfico 19-Participação em grupos sociais
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

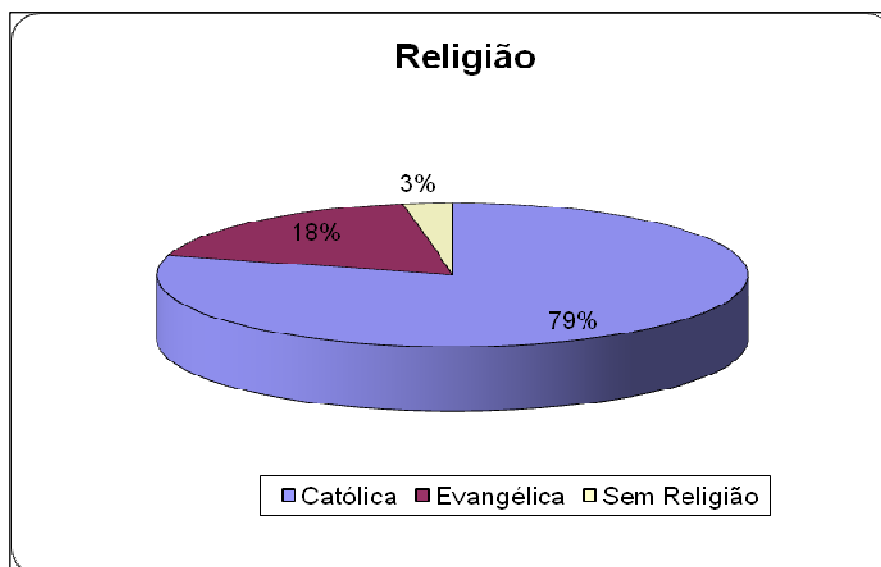


Gráfico 20- Religião dos entrevistados
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

De um modo geral as comunidades rurais ribeirinhas possuem essa característica, como bem observado por Charles Wagley (1988) e mais recentemente por Mark Harris (2006), este último ao fazer um ensaio sobre a religiosidade popular na Amazônia, expõe a

importância do processo histórico da Igreja em nossa região que começa desde a colonização “O catolicismo não era apenas a religião do conquistador, mas a Igreja (mais do que as ordens missionárias) estava de mãos dadas com a Coroa e o Estado” (HARRIS, 2006, p. 93).

Como descrito no capítulo anterior, essas vilas tiveram forte influência da Igreja Católica em sua formação. Em primeiro plano pela constituição das comunidades, onde a população que antes vivia dispersa pelas margens do rio Amazonas e dos lagos, foram incentivadas a se agruparem em um mesmo local, não obstante as mesmas serem chamadas de Agrovila de São João do Mocambo, Agrovila de São Sebastião do Caburi e Vila de Santa Maria de Vila Amazônia, logo a presença da Igreja Católica ainda é muito forte na vida dos moradores.

Contudo, nos últimos anos tem crescido o número de adeptos ao protestantismo, sendo que há vários templos evangélicos nas vilas onde realizam seus cultos e orações, dentre estes podemos citar as Igrejas: Assembléia de Deus, Universal, Batista, Adventista, Neo-Testamentária (Figura 44 e 45).



Figura 44- Igreja da Assembléia de Deus-Vila Amazônia
FONTE: Trabalho de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).



Figura 45- Igreja Evangélica Neo-Testamentária-Mocambo
FONTE: Trabalho de Campo, 2008 (Foto de Charlene Muniz).

Por meio da identificação das características econômicas e socioambientais de Mocambo, Caburi e Vila Amazônia procurou-se demonstrar que essas vilas possuem uma espacialidade diferente das outras áreas rurais do município de Parintins, posto que essas 3 (três) vilas contém formas e estruturas típicas de áreas urbanas na composição de sua paisagem; porém, a sua dinâmica social ainda apresenta a forte presença dos hábitos e costumes rurais; ambas características se relacionam e se imbricam, formando uma dinâmica de produção do espaço diferenciada de outros lugares na zona rural de Parintins.

Rural e Urbano presentes no mesmo lugar, muitas vezes o rural se sobressaindo ao urbano e vice-versa, mas acreditamos que a presença dos elementos urbanos está mudando de forma paulatina o processo de produção do espaço desses lugares; as relações sociais não são as mesmas de antigamente, assim como os costumes e hábitos da população. Porém, assim como a urbanização está mudando o comportamento das pessoas, presenciamos algumas formas de resistências a esse processo, a manutenção de certos hábitos do rural que mesmo de certa forma modificada permanece em seus moradores, a forma de falar, a relação com o ambiente natural, as matas, o rio e as relações de parentesco e solidariedade, isso ainda podemos encontrar nesses lugares.

Nestes termos, acredita-se que nas vilas estudadas, há um processo de transformação dos lugares onde a presença do rural e do urbano está explicitamente evidenciada, ambos trabalhando conjuntamente, ora se afastando ora se complementando, moldando um local que

não é totalmente urbano, mas, que não apresenta suas características rurais de antigamente, porém não significando o fim desse rural, mais sim uma forte imbricação entre o rural e urbano numa relação dialética.

3.2 As transformações socioespaciais das vilas no município de Parintins: Agrovila do Mocambo, Agrovila do Caburi e Vila Amazônia

Pelos dados obtidos foi constatado que ocorreram mudanças socioespaciais nas vilas, seja pelo novo formato espacial, pois antes elas eram comunidades rurais tradicionais de Parintins, onde geralmente há poucas residências, distribuídas de forma dispersa no quadro da comunidade, no qual há poucos elementos estruturais, tais como uma Igreja, seja ela católica ou evangélica, a sede social ou barracão comunitário, a pequena escola, agora, são lugares que tem a infraestrutura de cidade, no qual as casas seguem o padrão de distribuição das ruas, ou seja, por quadros e lotes (Figura 46, 47 e 48). Mas também pelas mudanças socioculturais, sendo estas os principais fatores que engendram as mudanças feitas na paisagem, pois é o trabalho humano que interfere e faz refletir a sua realidade nos espaços, sendo este reflexo da vida cotidiana guiado pelos aspectos sociais e culturais de cada sociedade.

O modo de vida ainda é do mundo rural, que se expressa na prática de atividades do setor primário (agricultura, pecuária e pesca), mesmo possuindo elementos que caracterizam a vida urbana, pois as pessoas que moram nesses lugares utilizam telefones celulares, vestem-se de acordo com os padrões urbanos, assistem aos programas de televisão que expressam o modo de viver urbano, tem suas festas dançantes e religiosas. E as suas reivindicações também são caracteristicamente urbanas: calçamento de ruas, rede de esgotos, iluminação pública, postos de saúde e hospital, segurança, escolas, lixeira pública e muitas outras reivindicações.

Manuel C. de Andrade (1995), enfatiza que os contraste existentes entre campo e cidade vêm desaparecendo, pois com as facilidades de transportes e comunicação, o campo penetra cada vez mais na cidade e a cidade cada vez mais no campo (ANDRADE, 1995).

A assertiva de Andrade nos faz perceber que a antiga polarização feita entre o rural e o urbano, o campo e a cidade, já não se manifesta de forma totalizante nesses lugares. A concepção de rural como o atrasado e o urbano como moderno, pelo menos no contexto da pesquisa realizada, já não cabe mais nas análises. O estudo do rural coloca novos

questionamentos, pois cada espaço apresenta-se de forma diferenciada, tanto no que se refere ao que é produzido, ao conteúdo das relações sociais e culturais, às dinâmicas econômicas internas e externas, assim como, a relação que esse imprime junto à cidade (KOZENIESKI; MEDEIROS, 2009).

Nesta perspectiva, observamos que Mocambo, Caburi e Vila Amazônia, agora apresentam certa racionalidade do urbano, seja na sua morfologia estrutural ou social, porém ainda está permeada por suas características rurais, principalmente nas relações interpessoais entre seus moradores, marcada por laços de solidariedade e compadrio.

Concorda-se com Beatriz Ribeiro Soares *et al.* quando esta autora afirma que

Hoje não é mais possível estudar o rural separado do urbano. Sabemos que o modo de vida urbano modifica valores, atitudes e padrões de comportamento em áreas rurais, promovendo transformações no espaço mas para isto não é necessário promover uma destruição deste rural (2005, p. 14).

Assim, no caso das vilas estudadas as mudanças foram ocorrendo paulatinamente e segundo relatos dos moradores mais antigos, as melhorias no que diz respeito a infraestrutura foi conseguida por meio de muita luta dos comunitários junto ao poder público municipal, os quais reivindicaram seus direitos a melhor infraestrutura, que pudesse garantir o mínimo de conforto a tranquilidade a seus moradores.

Nos croquis abaixo, pode-se observar o perfil de distribuição das ruas de Mocambo, Caburi e Vila Amazônia, dividido por quadros onde todas as ruas já estão asfaltadas e possuem canteiros, assim como estão pontualizados os principais pontos de referência das vilas, como escola, posto de saúde, igreja e etc. Destacamos que no momento da pesquisa essas áreas estavam sofrendo um processo de expansão.

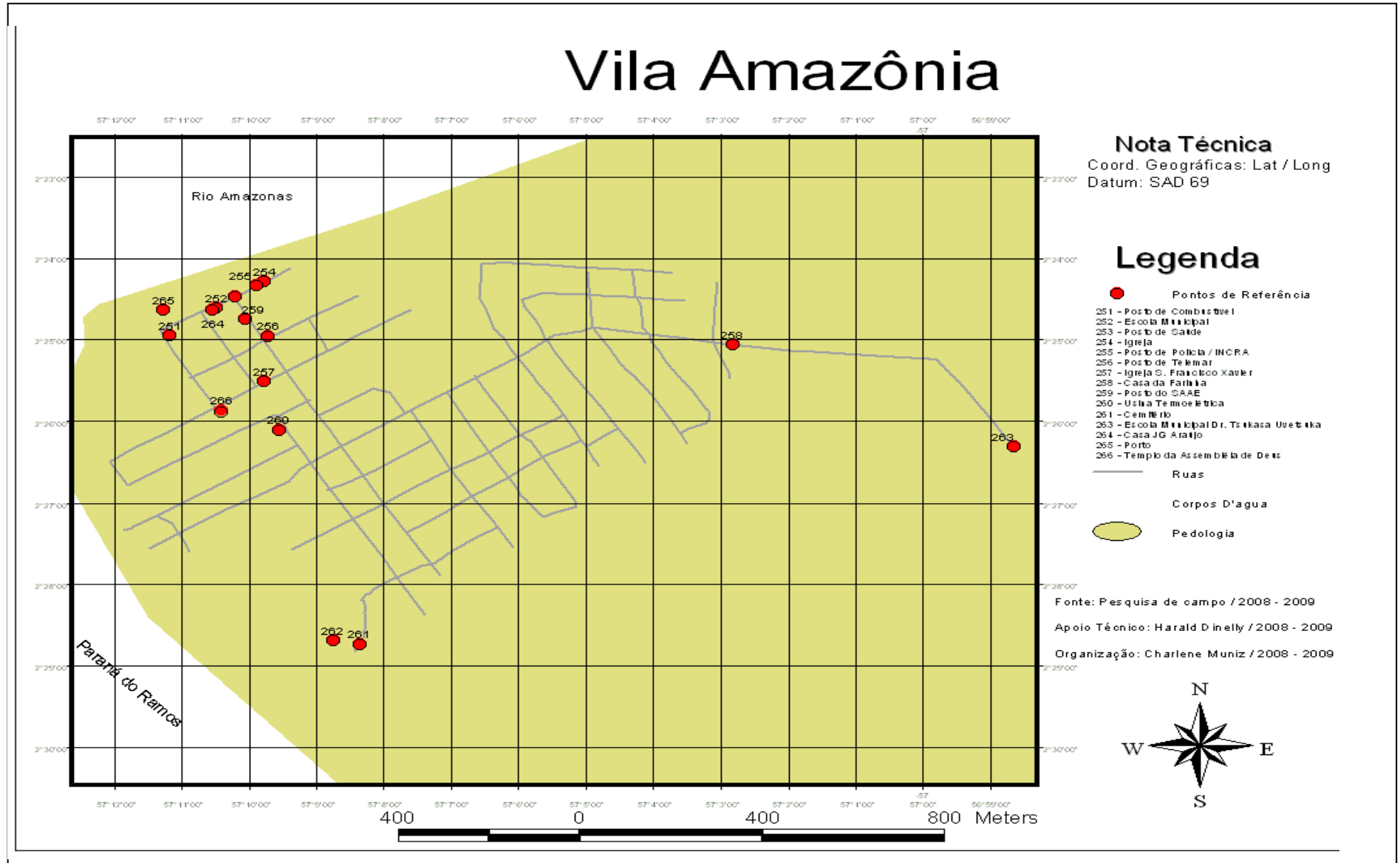


Figura 46 - Croqui das ruas de Vila Amazônia
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.
 Organizado por Charlene Muniz.

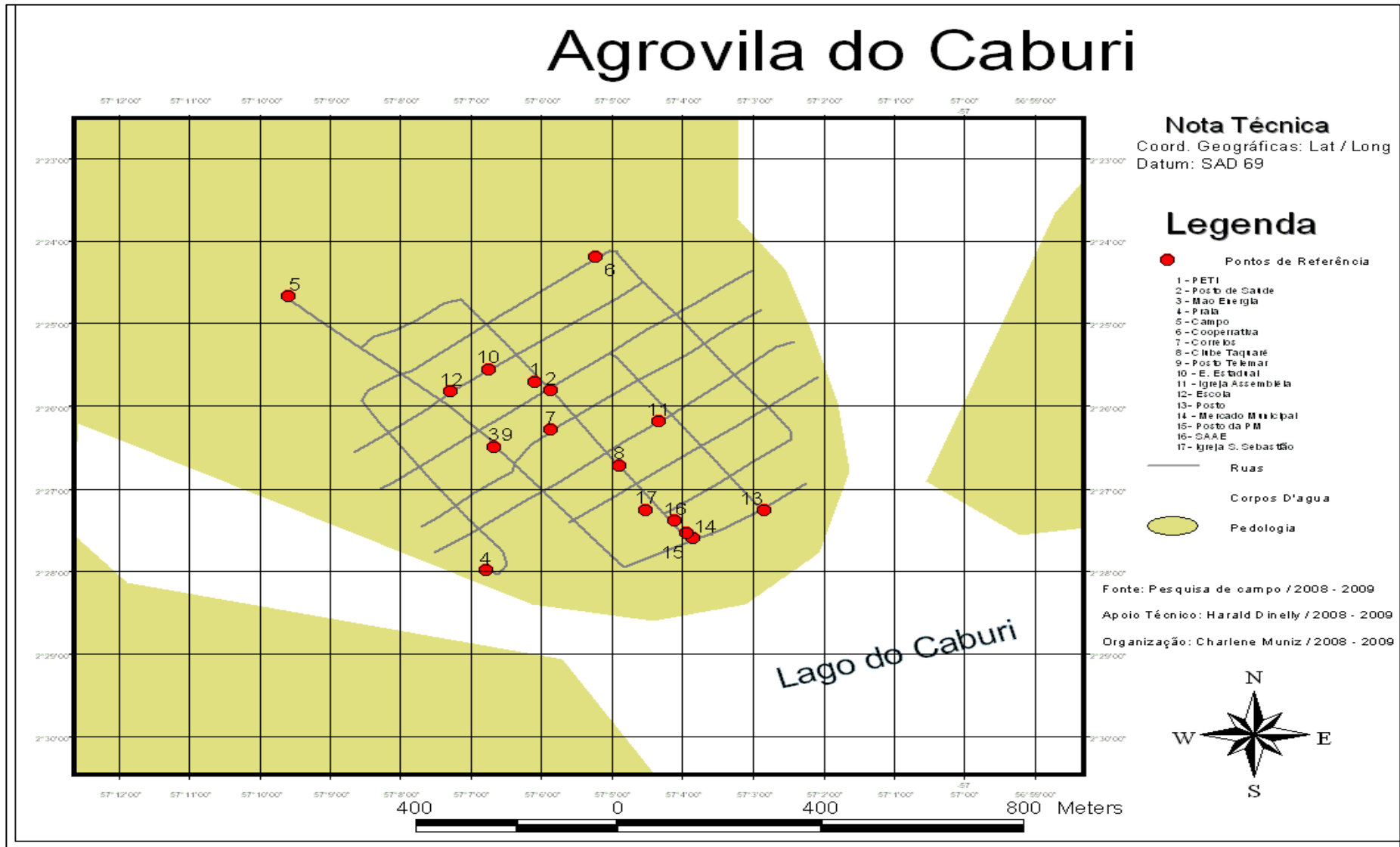


Figura 47 - Croqui das ruas de Caburi
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.
 Organizado por Charlene Muniz.

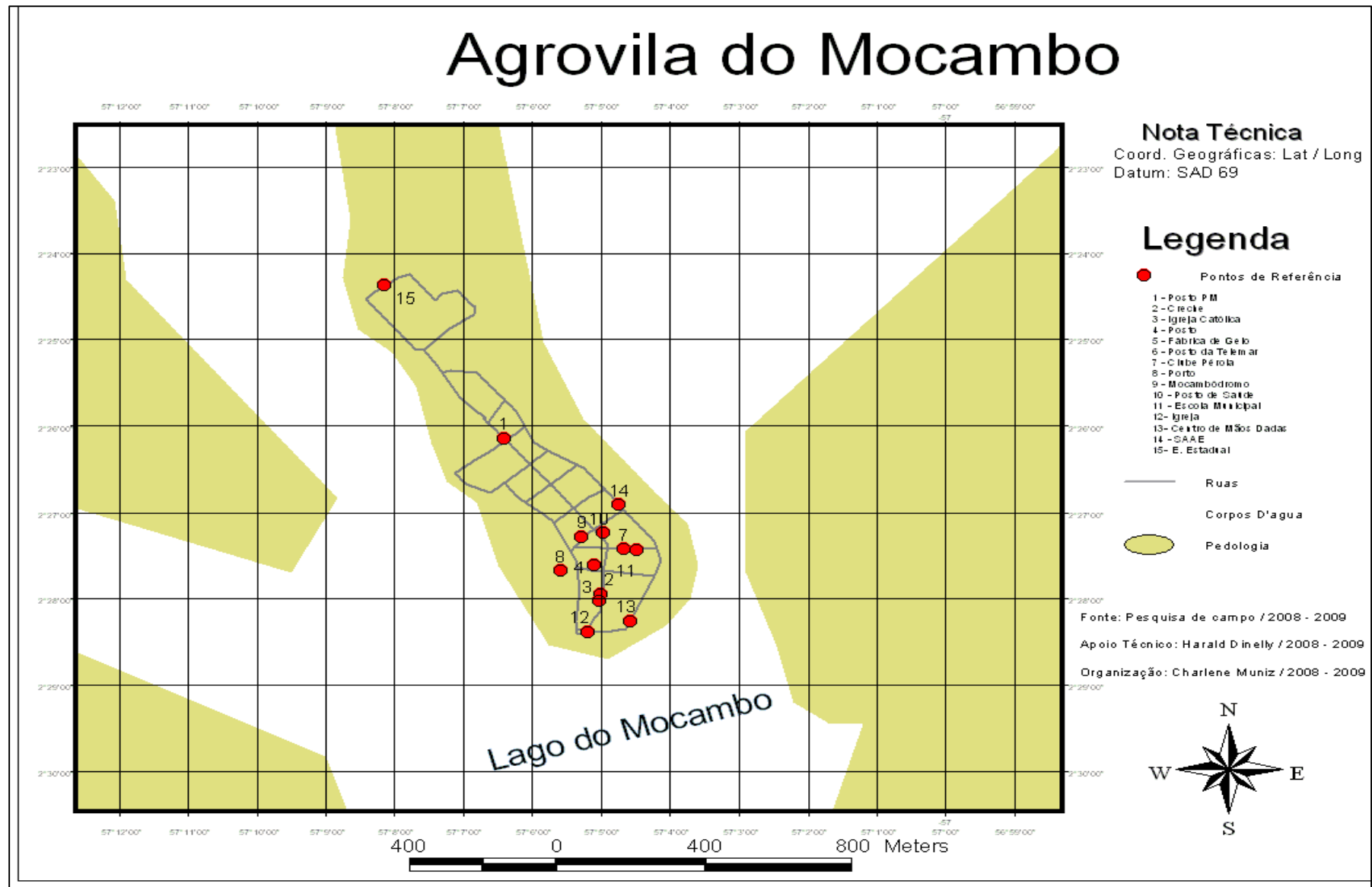


Figura 48- Croqui das ruas de Mocambo
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.
 Organizado por Charlene Muniz.

Como uma das principais questões neste trabalho é refletir sobre a relação entre rural e urbano, procurou-se saber dos moradores como eles observavam as transformações pelas quais passaram e ainda passam essas vilas, como eles apreendem o lugar onde moram. Por meio de entrevistas semi-estruturadas e conversas informais, procurou-se entender como se deu esse processo de transformação socioespacial nas vilas de Parintins, e notou-se que elas apresentam semelhanças e também diferenças. São processos diferentes que tem, portanto, histórias diferentes, por isso não pode-se tratá-las aqui de forma homogênea e unívoca, então será discorrido sobre cada uma em particular, para assim, ter melhor entendimento sobre as mesmas.

Como discorrido no Capítulo 2 (página 75), Vila Amazônia tem uma história rica e complexa, a sua área já foi ocupada por diversos agentes, que transformaram significativamente seu espaço, principalmente com a chegada dos imigrantes japoneses em 1930, para fazer dela sua colônia e explorando seu potencial agrícola, principalmente o cultivo da juta.

Eles não só plantavam como também criavam gado na região, suas roças ficavam na colônia agrícola, afastadas da sede onde ficavam suas casas. Plantavam castanha, guaraná, melancia, arroz, pimenta-do-reino e a juta. Os imigrantes japoneses foram responsáveis pela primeira reorganização do espaço em Vila Amazônia e nela deixaram as suas marcas. O projeto deles era organizar Vila Amazônia para receber 10.000 famílias japonesas, e conforme podemos observar na Figura 49, eles tinham toda uma estrutura montada para a vila. Hoje, quase não se encontra nada que lembre essa época, tudo se acabou ou o que ficou foram apenas algumas ruínas, porém os moradores mais antigos, que conviveram com os japoneses, ainda têm muitas lembranças dessa época, que para alguns foi um período de prosperidade na vila, “[...] nesse período, a Vila Amazônia apresentava um núcleo urbanizado, com indústria de beneficiamento de arroz e juta, hospital, realmente assemelhando-se a uma pequena cidade” (TEIXEIRA, 1997, p. 27).

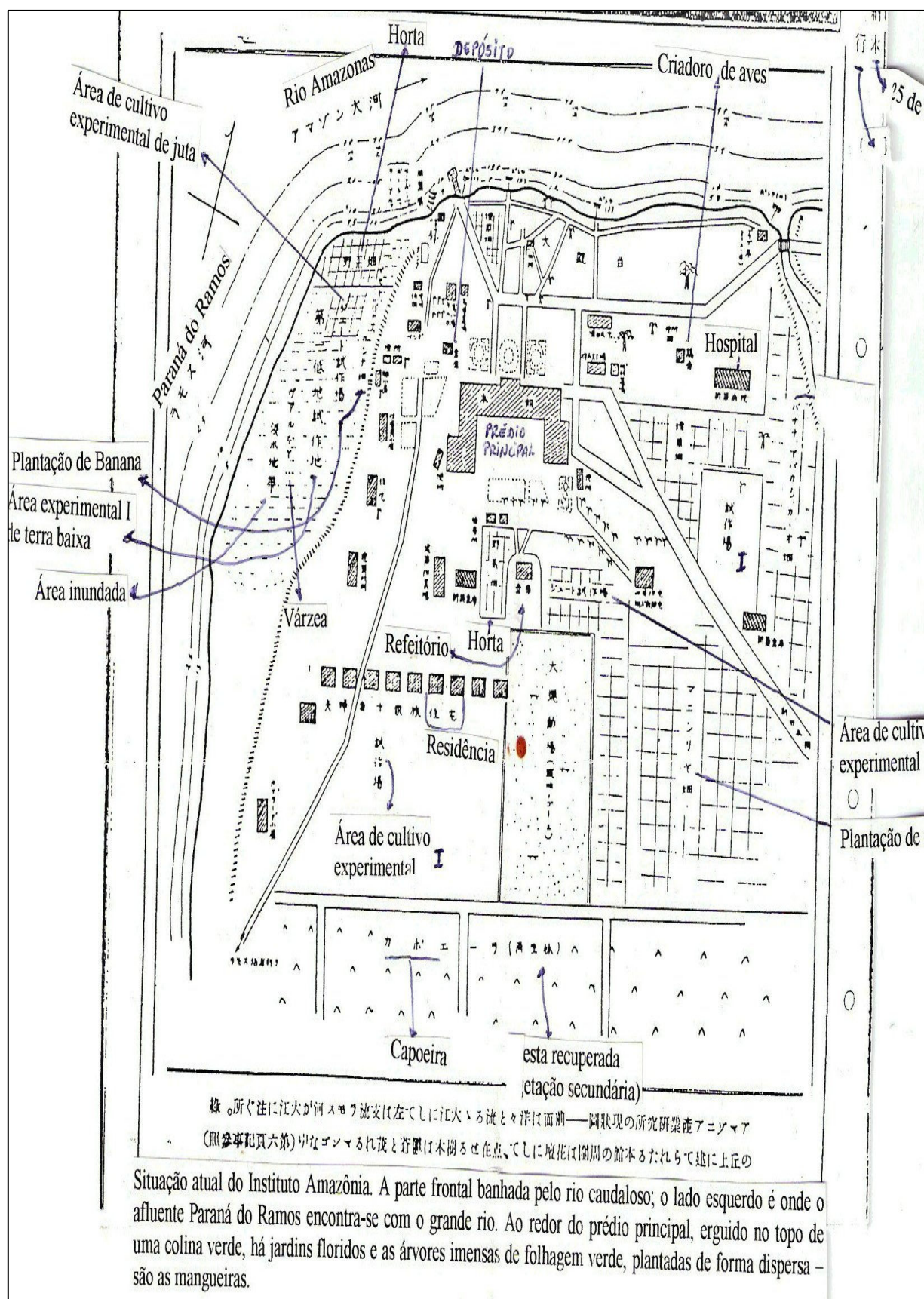


Figura 49-Organização Espacial de Vila Amazônia feito pelos japoneses

FONTE: Extraído do Boletim da Companhia Industrial Amazonense –década de 1930 (Cedido pelo Prof. José Camilo Ramos de Souza, em 2009).

Depois dos japoneses houve outra fase importante na reestruturação do espaço em Vila Amazônia. Foi a administração de J.G. de Araújo (1945), que também deixou marcas na vila, algumas casas foram construídas em estilo português, e até hoje existe a casa do próprio J.G de Araújo (Figura 50 e 51), que conforme relatos dos próprios moradores era uma casa que parecia ser de “outro mundo”, possuía piscina, sala de cinema, banheiros internos, jardim e outras características totalmente diferente das casas do campo daquela época, uma casa nos moldes da cidade.



Figura 50-Casa de J.G de Araújo em estilo português- década de 1970
FONTE- Acervo pessoal de José Camilo Ramos de Souza.

Segundo a Coordenadoria de Comunicação da Prefeitura de Parintins, estão programados vários projetos para serem implantados em Vila Amazônia, nos próximos 3 (três) anos. Dentre estes estão: construção de uma escola de informática, uma biblioteca digital, um tele-centro digital e a construção de um porto com estrutura arquitetônica japonesa para atender aos produtores rurais e os turistas da região que desejam conhecer o lugar.



Figura 51- Casa de colonos portugueses em Vila Amazônia
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (foto de Charlene Muniz).

A Agrovila de São João do Mocambo não teve tantos agentes externos no processo de transformação do seu espaço. Como comentado no capítulo anterior, ela é uma extensão da formação de comunidades rurais típicas do município. Foi criada como comunidade rural, porém aos poucos foram sendo agregados os elementos urbanos. A Agrovila de São João do Mocambo é a sede do Distrito do Mocambo, e a única que, oficialmente tem o *status* de vila, segundo os parâmetros do IBGE. Porém, as outras: Agrovila de São Sebastião do Caburi e comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia também são chamadas de vilas pela população e pela municipalidade, sendo que no Plano Diretor do Município de 2006, há a citação clara de que as comunidades de São João do Mocambo e São Sebastião do Caburi e Santa Maria de Vila Amazônia são áreas prioritárias para a criação de vilas, porém até agora não foi baixado nenhuma lei ou decreto de regulamentação desses lugares como vilas.

Como comentado anteriormente, a Agrovila do Mocambo nasceu como Congregação Mariana e passou a concentrar a população que morava em torno do lago do Mocambo. Como na maioria das comunidades rurais, no começo existiam em seu quadro apenas uma capela feita em madeira coberta com palha, uns dois barracões, onde funcionava a escola e outro que funcionava a cozinha da comunidade e algumas casas feitas de madeira e taipas (MONTEIRO, 2003). Confirmaram-se essas informações em conversas e entrevistas com os moradores antigos, o senhor A. S., 67 anos nos deu o seguinte relato

O começo dela não era comunidade, era chamada de Congregação Mariana...aí o pai dela (se referindo a sua esposa dona Raimunda, filha do antigo proprietário das terras) nesse tempo era católico e depois voltou a ser crente, de outra igreja. Antes de ele ser da outra Igreja ele fez uma oferta de 100 metros quadrados nessa ponta (apontando em direção ao centro da vila) para a Congregação vir pra cá, como veio. Com os anos os padres quiseram mais uns metros, aí se estranharam, brigaram um pouco, e foram na justiça e ele (dono do terreno, seu Agostinho Almeida) acabou perdendo para os padres, aí ela se tornou a comunidade de São João Batista. Então a diocese doou os terrenos para o povo, loteou para fazerem as casas. Os primeiros moradores eram daqui mesmo do lago do Mocambo (Pesquisa de Campo, 2009).

A primeira construção de alvenaria na comunidade foi uma casa de farinha, construída pela prelazia de Parintins, que tinha como objetivo armazenar os produtos agrícolas dos comunitários como: amendoim, mamona, arroz, milho e farinha, daí o nome “casa de farinha” (MONTEIRO, 2003). Até 1975, Mocambo seguia o ritmo das tradicionais comunidades rurais do município. A partir 1975, a Prefeitura começou a atuar de forma mais presente na comunidade, mandando elaborar a planta da agrovila pelo ICOTI (Instituto de Cooperação Técnica Municipal), toda planejada com quadras, lotes, ruas, avenidas, praças, quadras para indústrias e comércios, quadra para órgãos públicos. Foi a partir deste momento que as transformações espaciais significativas foram ocorrendo em Mocambo, chegou à energia elétrica e a água encanada nas casas, e com essas melhorias mais pessoas foram construindo casas e fixando moradia na vila.

Destaca-se a construção da nova igreja de São João (Padroeiro da Agrovila) em alvenaria em 1979 (Figura 52), em 1980 a prefeitura construiu a primeira escola em alvenaria da vila, ela foi construída com duas salas, diretoria, secretaria e uma cantina. E juntamente com o colégio, foi construído o alojamento dos professores, todo em madeira com três quartos.



Figura 52- Igreja de São João na Agrovila de Mocambo
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).

Em 1997, a vila ganha um centro de formação denominado de “Centro de Mãos Dadas” (Figura 53), o objetivo desse centro é melhorar as condições educativas, afetivas e formativas dos menores, apoiando e integrando a formação familiar, escolar, espiritual favorecendo a socialização e integração entre os menores, nesse centro os jovens da vila podem brincar, refletir e trabalhar juntas, lá é oferecido cursos de artesanato, costura, pinturas entre outras atividades.



Figura 53- Centro de Formação “De mãos Dadas”-Agrovila de Mocambo
FONTE: Pesquisa de Campo, 2008 (Foto de Charlene Muniz).

Uma construção que merece destaque é a nova escola Estadual em Mocambo, é uma escola moderna e bem equipada, pois nem na sede da municipalidade encontra-se uma escola com esse porte e infraestrutura. Ela tem capacidade de 1.200 alunos e possui 12 salas de aulas, sala de informática, laboratório de ciências, biblioteca e ginásio poliesportivo, área de refeitório e sala dos professores, possui climatização e tem antena de internet que possibilita o acesso dos alunos a rede mundial de computadores (Figura 54, 55 e 56). Como no momento da pesquisa ela ainda não tinha sido inaugurada oficialmente pelo poder público, possuía apenas 212 alunos, porém quando ela estiver funcionando plenamente poderá atender toda região do Mocambo oferecendo o ensino fundamental e médio para os moradores da Agrovila e demais comunidades adjacentes. A maioria dos professores que leciona na escola possui nível superior.

Segundo o diretor da escola, o senhor José Pereira das Chagas, essa escola foi uma conquista de muita luta dos moradores do Mocambo, com sua persistência e força de vontade, e esta vem a beneficiar muito a população. O terreno onde foi construída a escola foi doação de um antigo morador, que não tendo a oportunidade de estudar queria possibilitar aos seus filhos e netos o acesso a educação na própria vila, o mesmo sabia da importância da educação. Seu Caetano Mendonça não era alfabetizado mais gostaria que seus filhos e netos estudassem. Por essa doação do terreno o mesmo foi homenageado dando nome a escola.



Figura 54- Laboratório de Ciências da Escola Estadual do Mocambo
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).



Figura 55- Laboratório de Informática da Escola Estadual do Mocambo
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).



Figura 56- Escola Estadual do Mocambo “Caetano Mendonça”
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).

A Agrovila de Caburi não apresenta muitas diferenças com a de Mocambo, no que concerne a sua criação, também surgiu como comunidade rural, conforme histórico no 2º capítulo. E a incorporação dos elementos urbanos foi se dando aos poucos e ao longo dos anos, como podemos observar na Figura 57, em 1974 ela tinha uma forma diferente da qual apresenta atualmente (Figura 58).

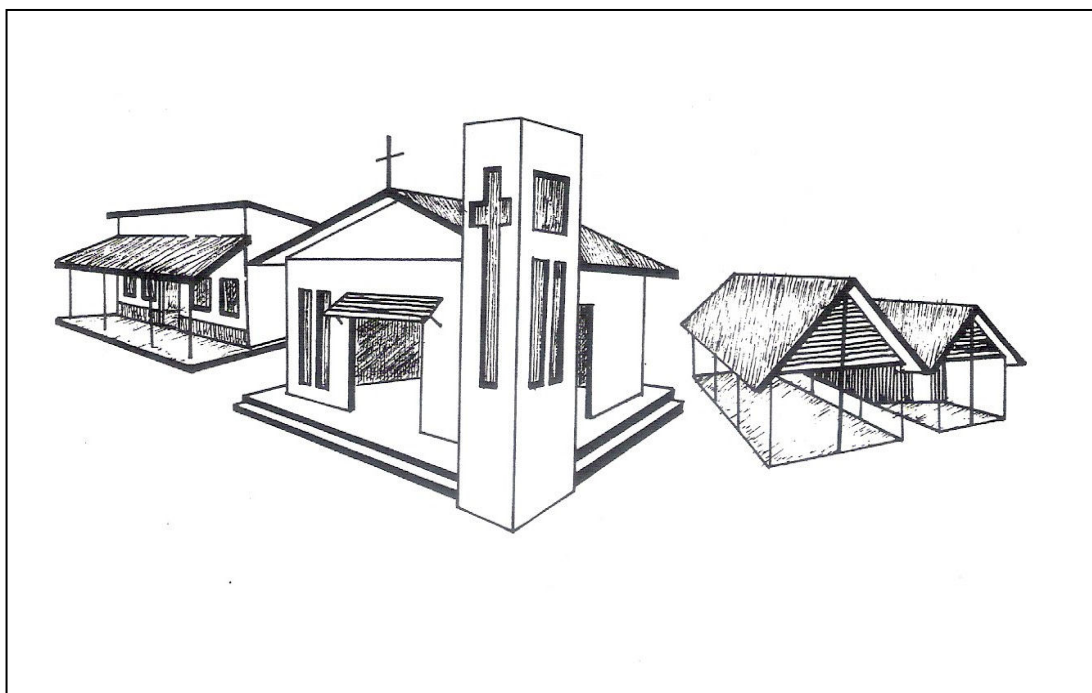


Figura 57- Organização Espacial da Sede de Caburi em 1974
FONTE: Rodrigues, 1993.

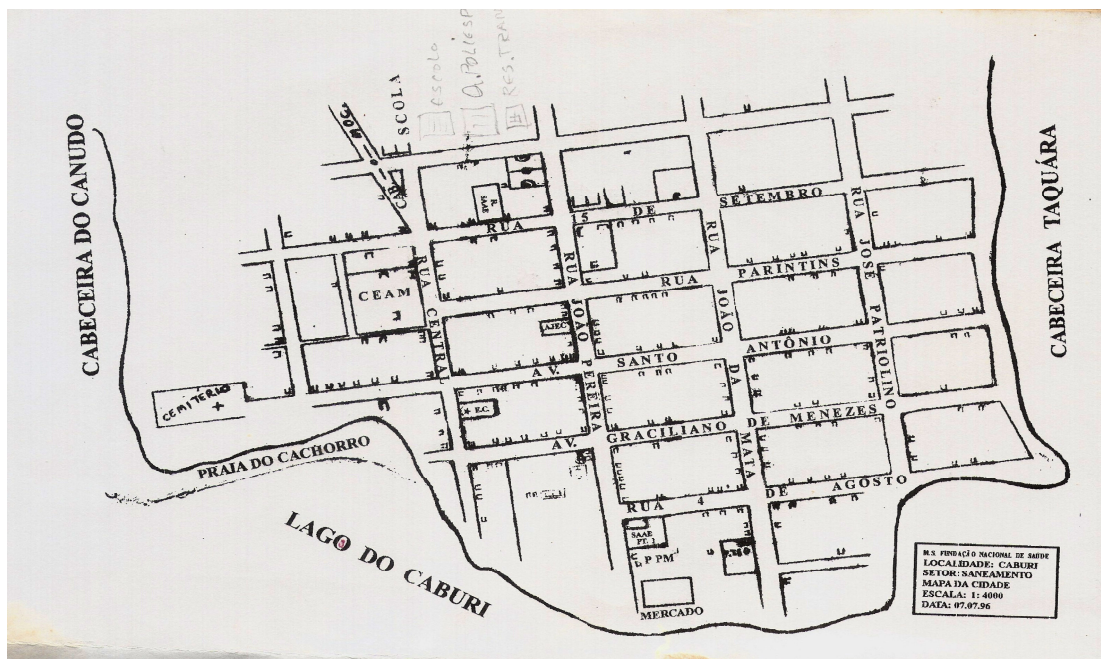


Figura 58-Configuração Espacial de Caburi em 1996-Croqui das ruas
 FONTE: Rodrigues, 1996.

Desde a criação da Congregação Mariana, que deu origem a comunidade de São Sebastião do Caburi a até e sua transformação em Agrovila muitos fatos aconteceram; as transformações foram ocorrendo aos poucos e graças a incansável luta dos moradores pela melhoria na condição de vida.

Até 1978, São Sebastião do Caburi era apenas uma comunidade rural; os comunitários viviam em suas propriedades às margens do Lago do Caburi e só vinham até a sede, nos dias de domingo e feriados. No ano de 1979, a Prefeitura lançou a proposta aos moradores de transformar aquela comunidade em agrovila, o que foi aceito pelos mesmos. E então começaram os trabalhos de demarcação e loteamento da área, que até então pertencia a uma só família, sendo que os herdeiros aceitaram vendê-los as outras pessoas que moravam nas imediações do lago do Caburi, como explica Rodrigues

De comum acordo entre todos, ficou acertado o preço de CR\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) o lote de terra de 20m de frente por 40m de fundo. Em pouco tempo, quase todos os comunitários compraram seus lotes de Terra [...] O dinheiro arrecadado, foi gasto uma parte pago aos herdeiros, outra parte foi gasto nas despesas da demarcação. A outra parte foi gasto na construção do Centro Social-prédio existente na Agrovila (p.17, 1993).

A partir de então começaram a ser instalado os equipamentos urbanos na vila. As ruas começaram a ser abertas em 1982 e no início eram apenas 10 ruas, em 1981 foi inaugurada

na vila a Escola de 1º Grau “São Sebastião” do Caburi, e em 1984 foi instalada a atual usina de luz, sendo feito o posteamento de madeira de lei e o sistema elétrico da vila e também, no mesmo ano, foi inaugurado o sistema de distribuição da água encanada, com a perfuração de um poço destinado ao abastecimento de água a toda vila; esse sistema sofreu melhorias em 1987 com sua ampliação. E em 1987 foi instalado o sistema de telefonia pública. Logo, segundo Rodrigues “[...] A Vila caminha a cada dia, com pessoas que chegam, saem, moram, vendem casas, estudam, trabalham, se divertem, pescam, vendem, compram, lecionam e praticam as mais variadas atividades (p.17, 1993).

Com essas palavras, Adelson Rodrigues (1993) define bem a dinâmica espacial em Caburi, sendo que também podemos nos reportar as outras vilas estudadas. A cada dia elas continuam crescendo, agregando em seu quadro cada vez mais pessoas e assim aumentando seu grau de complexidade.

3.3 A produção e reprodução do espaço nas vilas do município de Parintins

As vilas estudadas apresentam características diferenciadas de outras áreas rurais do município de Parintins. Foram justamente sobre estas características que procurou-se fazer uma reflexão, ou seja, como é a relação rural e urbano nestes lugares? Como se constrói o cotidiano em áreas rurais cujo processo de urbanização está em franca expansão? Como a produção do espaço se caracteriza nessas áreas? Não é objetivo, neste trabalho, responder de forma completa todas essas questões, porém tentou-se compreender melhor essa realidade que se apresenta nesses lugares, ou seja, rural e urbano no mesmo local, que cria e recria hábitos tanto os já existentes como os advindos da cidade. Procurou-se entender as permanências e as mudanças nessas vilas, partindo da própria concepção dos moradores.

Compreende-se o espaço como na concepção de Milton Santos (2008), no qual “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único na qual a história se dá” (2008, p.63).

Por intermédio das entrevistas pode-se perceber que os moradores têm compreensão das mudanças ocorridas nas vilas ao longo dos anos, e que os mesmos já a vêem de outra forma, não mais como comunidades rurais tradicionais, ou seja, a percebem como uma pequena cidade, como podemos constatar nas palavras de A.S, 67 anos, morador antigo do

Mocambo “*Na minha idéia, na minha mente eu considero como uma cidadezinha, porque já tem bairro né... (se referindo ao bairro Nossa senhora de Lourdes na Agrovila do Mocambo), aí nós consideramos como uma cidadezinha*” (Pesquisa de Campo, 2009).

E nas palavras de M.N, 50 anos “*Eu creio que está mais pra cidade, falta apenas se desenvolver mais, mas aqui está mais pra cidade*”.

Então, na visão dos moradores, estes lugares já apresentam determinadas características de cidade, inclusive, percebemos na fala de alguns que eles já se referem à mesma como cidade. Em conversa com os moradores percebeu-se que, usualmente, eles utilizam os termos “cidade” e “bairro” quando se referem às vilas, frases como: “Aqui na cidade”, “Vou lá no bairro”, “Eu moro na orla da cidade”, são frequentemente usadas pelos moradores.

Porém, aspectos da vida rural ainda são muito fortes, como é o caso das relações próximas entre os vizinhos, nas vilas as pessoas se conhecem pelo nome ou apelido, os vizinhos ainda tem uma relação mais próxima, aspecto que na cidade é mais difícil de ocorrer. O espírito de solidariedade entre os moradores ainda é forte, há ajuda mútua entre eles. Como se pode observar na fala de alguns moradores

Eu gosto, uma das únicas coisas que eu gosto é de conversar com meus vizinhos aqui, mas assim como tem vizinhos bons, tem aqueles que não são tanto, mas agora já melhorou muito, pois por intermédio da bebida dava de o vizinho estranhar a gente né...mas agora melhorou bastante. Tem dias que dá bem gente aqui, os vizinhos chegam e agente conversa, quando não eu vou passear na casa deles, eles acolhem bem agente (A.S,67 anos, pesquisa de campo, 2009).

Eu não tenho queixa dos meus vizinhos, até mesmo porque eu só vou na casa deles quando a gente precisa, mas eu sempre converso com eles, tenho contato com eles, a gente se dá bem, esse negócio de estar brigando não existe (M.N,50 anos, pesquisa de campo, 2009).

Acredita-se que, essa corrente de solidariedade que ainda existe entre esses moradores, acontece porque essas áreas ainda estão em processo de crescimento populacional, logo, os moradores ainda se conhecem pelo nome e compartilham certas crenças em comum, principalmente os mais idosos. São justamente esses laços de solidariedade que reforçam os traços de ruralidade, que pode ser entendido “como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano” (MEDEIROS, 2006, p. 04).

Quanto às principais mudanças ocorridas nas vilas, os moradores apontam as moradias como principal aspecto, assim como, o crescimento da vila em relação ao número de habitantes.

O que mais mudou aqui foram as moradias, as casas se tornaram mais da área urbana mesmo do que da área rural, porque da área rural já sabe, é de palha e de madeira, agora não, está tendo mais de alvenaria. Então estou achando que está mudando, e agora com essas ruas que estão sendo asfaltadas então realmente aqui está mudando (M.N, 50 anos, pesquisa de campo, 2009).

Olha de mudança, o que eu acho de vantagem é que ela tá crescendo sabe, as atividades estão sendo mais avançadas, e isso é bom (A.S, 67 anos, pesquisa de campo, 2009).

Outro morador antigo relata como era o Mocambo antes

Antes era tudo na lamparina, não sei quantos anos foi assim, aí depois lutamos e conseguimos um motorzinho que puxa luz pra perto, depois parava, a água nós pegávamos no rio, aí depois que chegou nas casas.

A cada mandato que aparece, tudo quer ganhar uma parte né, agora do Eduardo Braga (atual governador do Estado do Amazonas) já tem essa escola aí do Bairro né... Tá mandando colocar de novo o asfalto aqui na rua (A.S, 67, pesquisa de campo, 2009).

Quando perguntados sobre as melhorias que ainda faltam nas vilas os mesmos afirmam

Olha, o que a gente espera pra melhorar é chegar um banco, um correio, porque tendo um banco, pra nós que somos aposentados, já melhora, pois evita de estarmos indo pra lá (cidade) e pra cá, não gastamos mais aquele dinheiro, tendo aqui nós tiramos o dinheiro aqui (A.S, 67 anos, pesquisa de campo, 2009).

Olha existe muita coisa, aqui falta um local para as pessoas que chegam de fora se hospedarem, um hotel. Um supermercado mais viável do que esses que tem por aqui, falta um posto de saúde que a gente seja melhor atendido aqui, pois quando acontece algo de grave tem que ir para Parintins, tem que ter um serviço de saúde muito melhor (M.N, 50 anos, pesquisa de campo, 2009).

Porém, os moradores das vilas sabem que as mudanças implicam numa série de consequências, que podem tanto ser positivas quanto negativas. Quando perguntada sobre o que achava das recentes mudanças ocorridas na vila uma moradora respondeu “*Com a modernidade vem as consequências*” (N.R, 20 anos), sendo que nessa resposta está

evidenciado que sempre há um preço a pagar pelas inovações advindas de uma racionalização comandada pela urbanização.

Como percebido nas falas de alguns moradores, os mesmos aprovam as mudanças na infraestrutura das vilas, e até clamam por mais melhorias; o fato das ruas serem asfaltadas, terem energia elétrica e água encanada nas casas, vem a ser um fator de melhoria para os mesmos, assim como os mesmos tem esperanças que a vila melhore cada vez mais “*Se Deus quiser a vila vai melhorar cada vez mais, pois apesar de estarmos com essa idade nós temos filhos e netos que moram aqui*” (A.S,67 anos, pesquisa de campo, 2009).

Sobre o que mais gostam da vila os moradores apontam a infraestrutura existente

Aqui eu tenho uma casa pra cuidar, lá onde a gente morava a gente tinha que carregar água, e aqui já facilitou porque já tem água na torneira, lá a gente usava lamparina, aqui tem a luz elétrica, aí agente se acostumou e pronto, o que eu gosto daqui é a facilidade outras coisas eu não gosto não, até porque no sábado e domingo as vezes dá muito bêbado na rua, eu gosto da tranqüilidade (M.N, 50 anos, pesquisa de campo, 2009).

Porém, essas melhorias acarretam alguns malefícios, pois conforme relato dos próprios moradores o índice de violência vem aumentando nesses lugares, roubos, brigas e até assassinatos, esses incidentes ocorrem devido ao consumo de bebida alcoólica e até mesmo drogas, pois a venda e consumo desses entorpecentes também é uma realidade nas vilas.

Um dos aspectos a serem observados também é a mudança na forma de encarar a propriedade privada, pois em outras comunidades rurais de Parintins as casas não possuem cercas ou muros em volta da casa, diferente dessas vilas, em que vem crescendo o número de casas cercadas e muradas, uma moradora explica que “*É porque às vezes a gente gosta de criar galinha, e até mesmo o cão que a gente cria, e se é pra tá na rua a gente coloca no quintal, é mais questão de preservar a criação*” (M.N,50 anos, pesquisa de campo, 2009).

Essa precaução, muitas vezes, evita de ter conflitos entre vizinhos e muitas pessoas preferem resguardar as suas criações domésticas, cercando ou murando os quintais das casas.

Também se observou mudanças nos hábitos alimentares dos moradores das vilas. Antes a alimentação era baseada em produtos típicos da vida rural, o peixe, a caça, a criação de animais domésticos como galinhas, patos, porcos. Porém, com o passar dos anos houve a incorporação de outros hábitos alimentares como o consumo de frango congelado e alimentos industrializados.

Pesquisando os comércios das vilas, foi constatado que é vendido em média 112 Kg de frango congelado e 83 unidades de refrigerante de 2 (dois) litros, por semana em cada vila, e segundo os próprios comerciantes locais os moradores procuram muito esses produtos.

Em conversa com alguns comerciantes nas vilas obteve-se algumas informações sobre a dinâmica dos comércios locais. Os produtos alimentícios comercializados nas mercearias vêm direto das distribuidoras de Manaus e de Parintins; o sistema de venda é à vista, mas também vendem fiado, somente para os funcionários públicos e aposentados, pois estes têm garantia para o pagamento no final do mês. Os comerciantes consideram a venda boa, pois as pessoas procuram bastante os comércios, sendo possível auferir o lucro (cerca de 1 salário mínimo mensal). Segundo eles a melhor época para a venda é o final do mês, pois há mais dinheiro circulando nas vilas. Os produtos mais procurados para a alimentação diária pelos moradores, segundo os comerciantes entrevistados são: frango congelado, sardinha em lata e a calabresa.

Observou-se na vinda para as vilas, que muitas pessoas ainda preferem comprar seus mantimentos na cidade, isso acontece porque eles acreditam que na cidade, os produtos são mais baratos do que na vila, principalmente os aposentados quando vão receber seus benefícios na cidade, aproveitam para fazer seu rancho, sendo que muitos mercados na cidade de Parintins abrem crédito aos aposentados. Em pesquisa de campo constatou-se que a média de uma cesta de alimentos composta de 9 produtos, dentre os mais consumidos pelos moradores, está custando nas vilas em média R\$ 17, 25, como mostrado no Quadro 14 abaixo sendo que a diferença com a cidade é pouca.

	Produto	Unid.	Qt.	Valor R\$
01	Açúcar	kg	01	1,45
02	Cafê	Pct.100g	01	1,00
03	Bolacha	Pct.	01	2,25
04	Macarrão	Pct.	01	1,55
05	Arroz	Kg	01	2,25
06	Leite em pó	Pct.100g	01	1,15
07	Óleo de soja	900ml	01	2,55
08	Frango Congelado	Kg	01	3,75
09	Farinha de mandioca	Litro	01	1,30
Total				17,25

Quadro 8: Média de preços dos produtos nas 3 Vilas
 FONTE: Pesquisa de campo, 2009.

Abaixo pode-se visualizar no Gráfico 21, a comparação dos valores da cesta de cada vila em relação à cidade de Parintins.

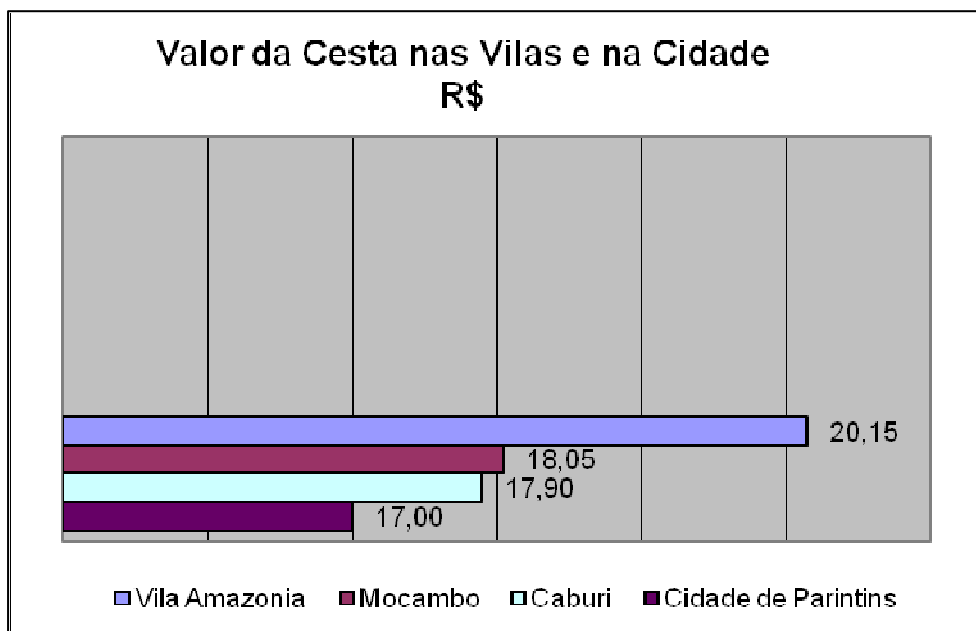


Gráfico 21: Valor da Cesta nas vilas e na cidade
 FONTE: Pesquisa de campo, 2009.

Outro conceito importante nesta pesquisa e que também tem a sua base em Milton Santos (2008) é o conceito de lugar, que vem a ser o palco das transformações, das (des) construções do espaço; é a força dialética que leva o homem a se tornar capaz de criar e recriar sua própria cultura, modos de vida e relações sociais que engendram nova forma de pensar e conceber o lugar conforme as necessidades. O lugar não é estático, mesmo aqueles que estão geograficamente distantes dos centros urbanos estão de certa forma, conectados com o globo sofrendo influência dele. Para Milton Santos é no lugar que a vida acontece, é nele que o homem estabelece suas relações, cria identidades, corrobora conceitos e se socializa com seus semelhantes.

Dessa forma, observou-se que o cotidiano nesses lugares começa e termina cedo, começa cedo porque os moradores levantam cedo para realizarem suas atividades e ao terminar preferem se recolher cedo em suas casas, pois à noite não há algo que possa chamar a atenção para o entretenimento nas ruas. Assim, os moradores preferem ficar em suas casas e aqueles que possuem o aparelho de televisão e antena parabólica assistem aos programas, filmes e as novelas. Para quem vem de fora a noite se torna longa e sem muito movimento. Durante a semana as ruas são tranquilas, poucas pessoas circulando, um ar aparente de tranquilidade. A maioria da população está ocupada em suas atividades diárias. Nos fins de semana é mais movimentado, as pessoas vão para frente de suas casas ou para alguns barzinhos existentes nas ruas principais, onde podemos escutar músicas animadas geralmente em volume alto.

Nessas vilas também há clubes de festas, onde as pessoas vão para dançar, principalmente os jovens e adolescentes e de vez em quando vem bandas de Parintins e até de Manaus tocar nesses clubes (Figura 59 e 60).



Figura 59- Clube de Festas em Mocambo
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2008 (Foto de Charlene Muniz).



Figura 60- Cartaz de divulgação de festas -Caburi
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).

A agricultura e a pesca ainda são as atividades econômicas que fazem parte do cotidiano dos moradores, sendo que os roçados dos agricultores ficam afastados das vilas, no “Centro” ou “Colônia” como os moradores costumam denominar o lugar onde está localizado o lote de produção. A prática da pesca é realizada nos lagos próximos as vilas. Porém, devemos deixar claro que são poucas famílias que vivem exclusivamente da pesca e da

agricultura, pois eles afirmam que o dinheiro apurado com a venda dos produtos da roça como a farinha e o pescado são insuficientes para manter a família, assim sendo, eles procuram outras atividades para complementar a renda, como já abordado antes.

Acompanhando alguns moradores em suas práticas da roça e da pesca, observou-se que estes são feitos ainda do modo tradicional, de subsistência, onde o resultado do trabalho parte é para o consumo da família e parte é vendido. Nos estudos de Sandra do Nascimento Noda *et al.* sobre a agricultura familiar na várzea Amazônica foi constatado que

A geração de renda monetária, por meio da comercialização de produtos agrícolas, pode ocorrer de duas formas: pela venda do excedente da produção não consumida pela unidade de consumo (por exemplo: farinha de mandioca, frutos na época de safra, animais de pequeno porte) e pela venda da fração da produção destinada à comercialização, como algumas frutas (banana, manga, goiaba), grãos (milho, feijão, arroz) e fibras (malva e juta) e produtos do extrativismo (frutos e palmito de açaí) (NODA *et al.*, 2006, p.189).

No caso das vilas, fica mais evidenciada a primeira forma de capitalização da produção, com a venda do excedente. No caso específico do Caburi, existiam muitas famílias que tiravam seu sustento da plantação da cana-de-açúcar, existindo até um engenho adquirido em 1950, no qual os agricultores moíam a cana. Numa estatística realizada em 1995, pelo responsável pelo engenho Sr. Amarildo Rodrigues, foi possível chegar aos seguintes números

Foram moídos 226 toneladas de cana.
 Produzido 30 latas de caldo de cana por dia
 Chegou-se a produção de 180 latas de caldo por semana. E 9.000 latas por ano.
 Perfazendo um total de 162.000 litros de caldo de cana.
 Essa produção de caldo transformado em melado, mel- produziu 05 latas por dia. E 30 latas por semana e, 1.440 latas de mel por ano. Num total de 25.920 litros de mel por ano.
 Além do mel, ainda foram produzidos com caldo de cana, 50 rapaduras por dia, 300 por semana e 14.400 rapaduras de 50 gramas por ano (RODRIGUES, 1996, p. 89).

Hoje em dia esse moinho não existe mais, os agricultores moíam a cana em uma máquina, que no momento da pesquisa estava quebrada, e a produção de antes não existe mais, porém ainda há algumas pessoas que insistem em plantar a cana, mesmo não tendo como beneficiá-la. Foi informado que existe uma cooperativa de plantadores de cana – de – açúcar e que a mesma está elaborando projetos para recuperar a produção agrícola na vila, inclusive com a construção de uma fábrica de açúcar mascavo. Contudo, esse projeto está apenas nos planos e na esperança dos agricultores, que continuam lutando, só não se sabe até quando os mesmos ainda vão resistir (Figura 61 e 62).



Figura 61- Plantação de Cana-de-Açúcar-Caburi
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz)



Figura 62- Local onde é moído a cana-de açúcar e onde se pretende construir uma fábrica de açúcar mascavo - Caburi
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz)

No que concerne as principais culturas e subprodutos das mesmas foi evidenciado que as principais são a plantação de mandioca e macaxeira, seguida de frutos (Gráfico 22).

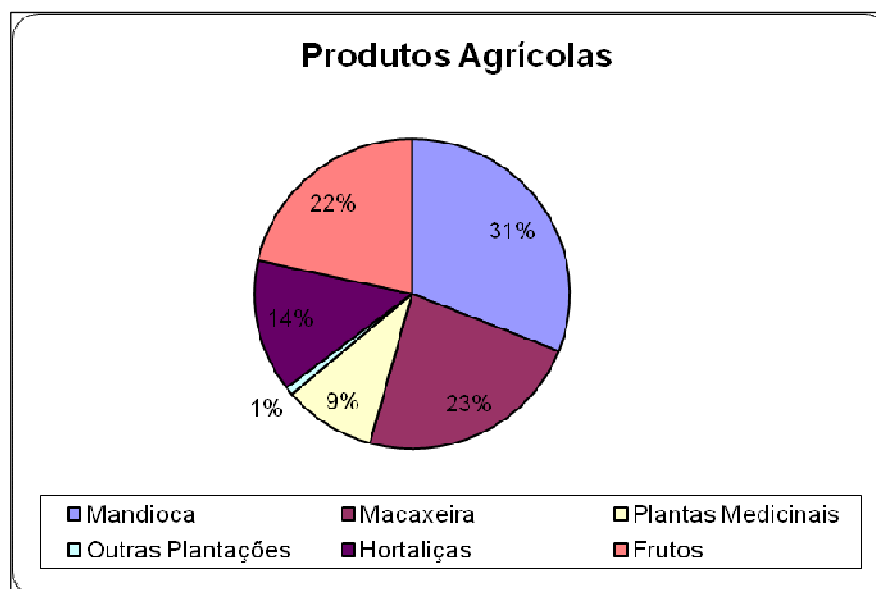


Gráfico 22- Principais Produtos Agrícolas
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

Essas plantações ainda seguem o processo tradicional da agricultura familiar, que “[...] corresponde a uma unidade agrícola de exploração onde a propriedade e o trabalho são familiares” (MARTINS; NODA ;NASCIMENTO NODA; 2006, p. 163), com a preparação

do terreno pela limpeza e depois a queimada, e a plantação é feita pelo processo da ajuda mútua, o mutirão ou puxirum , como afirma a agricultora

A gente faz o roçado, depois queima ele, depois de queimado a gente faz mutirão pra plantar, o mutirão é feito por vários convidados, a gente convida homem, mulher, criança... tudo. A gente faz mutirão o dia inteiro. Depois de plantado fica lá, e depois de uns quatro, cinco meses a gente vai lá capinar. Às vezes com um ano a gente já pode tirar que já tem batata, aí a gente tira da roça, coloca na água, e depois de mole a gente vai tirar a mandioca dura, descasca, rala no motor, e depois de ela estar ralada, descasca a mole rala e mistura com a dura e aí espreme no chamado tipiti, aí sai o tucupí, ainda tira a goma da mandioca dura. Depois de espremer, peneira e depois de peneirado é que vai escaldar e aí leva ao forno a massa que leva umas duas horas e meia pra ficar bem torrada (M.N, 50 anos, pesquisa de campo, 2009).

Como observado no depoimento acima, a plantação é feita ainda no processo tradicional, como observado por VAZ (1996).

As roças, que também seguem a tradição indígena da queimada, plantação e tempo de pousio, são preparadas pelo sistema de ‘puxirum’ ou ‘ajuri’ (mutirão), quando o dono do serviço(geralmente derrubada da mata e plantação) convida os outros amigos para trabalhar na sua roça. Depois ele irá trabalhar nos ‘puxiruns’ das outras famílias para ‘pagar’ a ajuda recebida. Assim, através da troca de dias de serviço os moradores passam por quase todas as roças. Nas comunidades maiores esse costume tende a ser alterado. Surge o trabalho assalariado, algumas famílias preferem trabalhar isoladas e outras continuam com o ‘puxirum’ (VAZ, 2006, p.53).

O roçado, geralmente, fica afastado da vila e a maioria dos agricultores também mantém uma casa na área de plantio, pois é lá que fazem a farinha, o beiju, tucupí e demais produtos derivados da mandioca, porém muitos preferem ir trabalhar no roçado durante o dia e voltar à tardinha para a sua residência na vila.

A minha roça fica numa cabeceira, vai pelo barco, vai pela estrada. “Centro” pra nós é a colônia onde fica a nossa roça. Quando a gente vai para fazer a farinha a gente tem que ficar todo o período de uma semana, se entra segunda-feira sai sábado. Aí fez, por exemplo, um saco se farinha aí pára, vai fazer outras coisas, vai capinar a roça, ou fazer algum plantio (M.N, 50 anos, pesquisa de campo, 2009).

É comum as famílias de agricultores terem em suas casas nas vilas uma “casa de farinha” no quintal, local onde existe o motor para triturar a mandioca e o forno para fazer a farinha, fazendo assim, da sua casa da vila, uma extensão de seu roçado da colônia (Figura 63).



Figura 63- Casa de Farinha no quintal das casas-Mocambo
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).

Como observado no Gráfico 23 abaixo, os produtos do roçado são vendidos na própria vila, poucos são os agricultores que levam seus produtos para a cidade de Parintins para a comercialização, os agricultores alegam que é alto o custo de transporte para a cidade e o preço que querem pagar pelo produto é muito baixo o que não é compensador para os mesmos, que acabam muitas vezes vendendo para comerciantes na própria vila.

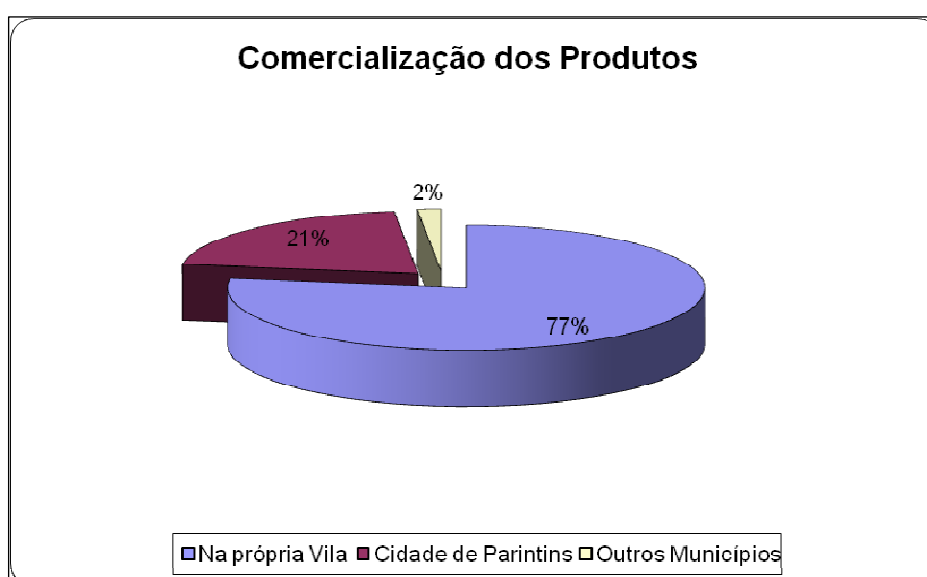


Gráfico 23-Local de Comercialização de Produtos
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

A pesca também é feita de forma tradicional, em grupos compostos de familiares e amigos e também individualmente. Os utensílios utilizados nessa prática são comprados na cidade e são dos mais variados tipos (Gráfico 24).

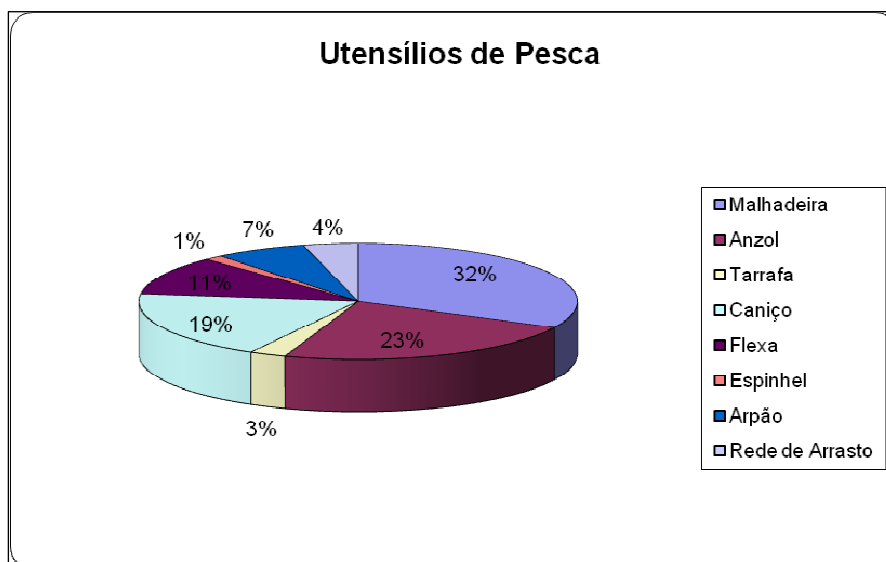


Gráfico 24 -Utensílios de Pesca
 FONTE: Pesquisa de Campo, 2009.

O pescador A.S faz uma descrição de sua atividade.

Saiu de manhã, vou por aí e chego de tarde, tem dias que coloco malhadeira, mas não gosto de colocar quando vou só. Quando vou sozinho gosto mais de flechar, de arpoar, essa é minha pescaria. Quando vou com meus filhos, nós colocamos a malhadeira, e tiramos dois a três dias, botamos a malhadeira de tarde e pela manhã vamos só tirar o peixe, vendemos o peixe aqui na vila, e em Parintins, mais é mais aqui, vendemos à vista, e o comprador vem aqui mesmo, como não tem mercado aqui, vendemos dentro de casa mesmo. Tem semanas quando dá bem a gente ganha R\$ 200,00 a R\$ 300,00 por semana até quinhentos a gente ganha por semana. Quando não dá a gente deixa só pro mantimento da casa, ninguém pesca só pra vender não (A.S,67 anos, pesquisa de campo, 2009).

Assim como na família de agricultores, a família de pescadores também tem o hábito de fazer de sua casa uma extensão de seu trabalho, assim é comum ver os materiais de trabalho (malhadeira, redes e tarrafas) expostos nas varandas e quintais das casas. Como pode-se observar na figura abaixo (Figura 64).



Figura 64- Equipamentos de pesca expostos nas residências.
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).

A maioria das famílias de pescadores vende o resultado de seu trabalho em frente das suas próprias casas, principalmente em Mocambo e Vila Amazônia, pois ambos não tem um local específico para a comercialização como mercado ou feira (Figura 65), somente em Caburi existe o mercado municipal, que quase sempre permanece fechado.



Figura 65- Pescador vendendo o peixe em sua casa-Mocambo
FONTE: Pesquisa de campo, 2009 (Foto de Nilciana Dinelly).

Cabe nesta reflexão sobre as atividades econômicas que compõe os aspectos da produção e reprodução do espaço nas vilas fazer uma análise, sobre a importância da economia informal na composição da renda dos moradores. Dentre estas destacou-se duas, que de alguma forma são significativas e refletem uma mudança na concepção de áreas rurais apenas como áreas agrícolas.

Ao caminhar pelas ruas dessas vilas, observou-se que muitas casas fazem a venda de gelo em sacolas plásticas, pois as casas, na sua maioria, possuem energia elétrica, mas nem todas tem a geladeira ou freezer, então muitas famílias procuram ganhar algum dinheiro dessa forma, com a venda do gelo para o consumo doméstico. Assim, inferimos em uma dessas casas, que é vendido em média 500 pedras de gelo por mês, ao preço de R\$ 0,15, que rende para a família o equivalente a R\$ 75,00 por mês. A princípio pode não representar muito, mas, segundo os moradores, dá para cobrir despesas fixas como a conta de luz e água (que fica em média R\$ 50,00 e R\$ 15,00 para luz e água respectivamente), ou seja, uma despesa a menos para essas famílias no final do mês.

Outra forma de comercialização, esta mais evidenciada em Caburi, é a venda de combustível nas casas, pois na mesma não há um posto de gasolina, como existentes em Mocambo e Vila Amazônia. Esse se faz necessário, porque vem aumentando o número de motos e carros nessas vilas, logo alguns moradores aproveitam para ganhar dinheiro vendendo gasolina aos donos de embarcações motorizadas, motocicletas e carros (Figura 66 e 67).



Figura 66: Comercialização de Gasolina nas residências -Caburi
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).



Figura 67: A venda da gasolina é feita em garrafas tipo PETI
FONTE: Pesquisa de Campo, 2009 (Foto de Charlene Muniz).

Essas vilas também possuem interessantes manifestações de literatura, pois se pode encontrar até livros publicados sobre esses lugares, como os que foram aqui referenciados. Nestas obras podemos observar como os moradores apreendem o lugar onde vivem, como a sua relação com a natureza do lugar se mantém forte e como se identificam com ele, corroborando com a mesma apreensão de Milton Santos para o lugar, como sendo o *locus* das transformações, das (des) construções do espaço, a força dialética que leva o homem a se tornar ser capaz de criar e recriar sua própria cultura, modos de vida e relações sociais que engendram nova forma de pensar e conceber o lugar conforme as necessidades. Entende-se o espaço, levando em consideração a concepção de Milton Santos, é isso: vida, morte, mudança, comunicação, cultura, intercâmbio, construção e desconstrução tanto de conceitos como de práticas, e onde atuam todas as formas da sociedade, todos em seus determinados lugares que ora são locais ora são globais.

Logo, nas obras que contam a história, a cultura e o dia a dia dessas vilas, os moradores expressam todo seu sentimento em relação a estes lugares, como observado no trecho dos poemas escritos pelos moradores:

Mocambo terra querida,
De ti não esquecerei jamais.
Terra de lindas garotas,
E de belezas naturais.
Através dessa mensagem,
Expresso tudo que sinto.
Lago de águas translúcidas,
De praias esbranquiçadas,
Foi onde eu conheci o mais
Tranquilo recinto

Foi em ti Mocambo
Querido, que fiz tantas,
Amizades
E hoje somente
A lembrança me faz
De ti sentir saudades

(Clóvis)

[Poema extraído de MONTEIRO, 2003]

Quadro 9: Poema sobre o Mocambo
FONTE: MONTEIRO, 2003.

HINO DO CABURI

1. Que este sol a brilhar, soberano
Sobre as matas que vêm com amor
Neste lago a pureza, o encanto
De nobreza Constancia e valor.

**Fulge, um amplo clarão brilhar
Sobre a terra dos nossos heróis
Nossos passos, portanto, é subir
Serás sempre feliz, Caburi.**

2. Possuímos um bem conquistado.
Temos n'alma os encantos do céu.
Vendo as flores do amor sobre a terra,
Envergando o progresso dos céus.

Fulge...

3. A escola é o escudeiro do bem
A marchar pelo bem da nação.
A levar este nosso lugar
Pela trilha da educação.

Fulge...

Dos heróis que aqui trabalharam
Como um sol, como um novo clarão.
Dedicaram suas vidas aqui.
Para o bem do lugar Caburi.

Fulge...

Erguemos então destas zonas.
Que será como voz do Amazonas
Nosso canto fiel varonil
Ecoando para todo o Brasil

Adelson S. Rodrigues

[Extraído de RODRIGUES, 1996]

Quadro 10: Hino do Caburi
FONTE: RODRIGUES, 1996.

Nesta breve descrição sobre os aspectos socioeconômicos e ambientais de Mocambo, Caburi e Vila Amazônia pode-se entender que esses lugares possuem suas características próprias, mas que ao mesmo tempo, apresentam certas similitudes. As suas particularidades e singularidades em relação às outras áreas rurais do município saltam aos olhos e pode-se compreender que rural e urbano, campo e cidade possuem suas características próprias e ao mesmo tempo se inter-relacionam e essa imbricação entre rural e urbano, ajuda na compreensão da produção do espaço nas pequenas vilas da Amazônia e no entendimento de como se dá a construção do cotidiano das pessoas que moram nestes lugares que possuem elementos do urbano e do rural presentes em sua paisagem.

Procurou-se compreender o processo de urbanização nessas vilas com uma visão que ultrapasse a dimensão física do processo (expansão da área construída) incorporando as dimensões ideológica e cultural. Valores, atitudes e padrões de comportamento são modificados, principalmente a partir da cidade, e espalham-se pelo território num movimento simultaneamente, extensivo e intensivo como uma nova fronteira para o capitalismo onde se combinam desigualmente, em cada localidade, o rural e o urbano (RUA, 2002).

Pelo cotidiano vivido nessas vilas percebe-se que as mesmas ainda estão inseridas na vida rural, não só no que diz respeito a sua localização, mas nas próprias relações sociais estabelecidas entre os moradores, mesmo a divisão do trabalho se apresentando cada vez mais complexa, ou seja, não só ligadas diretamente ao campo. Mas, contraditório a esse processo, pode-se constatar que há dinamismo nestes lugares, e que, cada vez mais, os aspectos urbanos tomam conta da paisagem e penetram na vida dos moradores e, assim, marcam e influenciam na produção e reprodução do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é tarefa fácil fazer considerações finais em uma pesquisa que teve como objetivo refletir sobre os diversos aspectos que compõem a sociodiversidade amazônica. O principal desafio foi a falta de referências que norteassem estudos sobre vilas na Amazônia, mesmo tendo várias pesquisas que versam sobre o trabalho, a vida e o cotidiano das comunidades rurais amazônicas, estas, só em parte, puderam ajudar nas reflexões desta pesquisa, até porque as dinâmicas encontradas em vilas, como as de Parintins são diferentes das encontradas nas comunidades ribeirinhas amazônicas, pois são lugares que apresentam diferenciações em sua espacialidade, representações sociais e economia. Nesta pesquisa, procurou-se não analisar o urbano e o rural sob a perspectiva da oposição e distinção, pois apesar de haver diferenças, elas não são suficientes para se analisar o que se tem chamado de “a questão cidade campo”, pois requer compreensão das relações de complementaridades que se estabelecem entre esses dois espaços.

As três vilas possuem um processo de produção do espaço que apresentam suas particularidades, mas também possuem similitudes. Caburi e Mocambo foram se formando a partir do momento em que Igreja Católica passou a intervir e a incentivar o agrupamento da população, antes dispersa na margem dos lagos para um local mais concentrado, a partir daí foi se tecendo uma conjuntura que propiciou, a partir dos anos 70, por decisões políticas da administração municipal, dotar essas localidades de infraestrutura básica de água, luz, telefone, pavimentação, entre outros. Mas foi principalmente por meio de intensas reivindicações dos moradores, por mais melhorias nas áreas de saúde e educação, que as mudanças mais significativas foram acontecendo.

Em Vila Amazônia, o processo de produção do espaço foi mais complexo e teve como eixo propulsor a escolha daquele lugar para servir de sede para imigrantes japoneses na década de 1930. Logo as transformações foram acontecendo, os japoneses promoveram mudanças espaciais que transformaram o lugar num pequeno núcleo urbano, que tinha hospital, estação meteorológica, pequenas indústrias de beneficiamento de matéria-prima, entre outros. A estrutura existente em Vila Amazônia nessa época, não existia nem na cidade de Parintins, porém, com a saída dos japoneses da área em 1945, caiu por terra os planos de transformar a vila em uma pequena cidade. A infraestrutura que ali ficou se deteriorou, e hoje quase nada encontra-se que relembre essa época, a não ser, algumas ruínas, que atualmente

estão virando monumentos em homenagem aos que ali fizeram história. Houve outros processos de ocupação em Vila Amazônia, até a mesma se tornar área de assentamento do INCRA em 1988, porém não tanto significativos como a ocupação nipônica em 1930.

Essa pesquisa visou contribuir para o conhecimento das especificidades, no tocante a estrutura social, econômica e ambiental inerentes as vilas do município de Parintins, pois as mesmas têm a forma do urbano, porém não são cidades, embora elas possuam alguns serviços característicos das cidades. As atividades predominantes ainda estão ligadas ao campo, contudo, observa-se que estão ocorrendo mudanças substanciais no *modos* de vida desses lugares, com cada vez mais pessoas exercendo atividades que não mais se caracterizam como de áreas rurais. Mocambo, Caburi e Vila Amazônia, são vilas que ainda mantêm suas atividades econômicas ligadas a agricultura, pesca e a pecuária, mas existe o crescimento gradativo das atividades que não possuem ligação direta com o campo, como os serviços, comércio e funcionalismo público. Também observou-se a importância das transferências de renda governamental como as aposentadorias e o recebimento do bolsa família para a complementarização da renda familiar. Essas transformações engendram um novo tipo de relação com o lugar, relação mais imediatizada pela lógica do urbano.

Constatou-se que existe uma imbricação entre rural e urbano, manifestas na presença em áreas rurais, de representações do urbano. Porém, as “urbanidades” no rural, não denotam o fim desse rural, e sim nos leva a perspectiva, de que as pessoas vivem múltiplas territorialidades, que ora são urbanas e ora são rurais. Parece se configurar manifestações de territórios híbridos, nos quais urbano e rural interagem.

Também procurou-se refletir sobre o papel dos aglomerados urbanos nos dias atuais, no que concerne ao processo de urbanização que as mesmas estendem as áreas rurais, estendendo assim as suas contradições na produção do espaço. Não é apenas sobre o urbano que a lógica capitalista se perfaz, esse processo de expansão incorpora também os espaços rurais sem, contudo, torná-los necessariamente “urbanos”. Ele apropria-se de suas peculiaridades, ajustando-as aos seus fins, que de alguma forma, se estendem e modificam as áreas rurais.

Nestes termos cidade e campo, urbano e rural vem sendo percebidos e estudados como polaridades onde a cidade é colocada como dominante nessa polarização, acentuando cada vez mais uma dicotomia que, só ultimamente, vem se alterando pelas novas lógicas da acumulação capitalista.

Estudou-se vilas que apresentam uma média de 2.391 pessoas vivendo em seu sítio, lugares que mesmo localizados em áreas rurais do município de Parintins, apresentam

similitudes com as áreas urbanas, como o adensamento populacional, festas, tipos de construções e serviços. As mudanças de certos hábitos e costumes, que antes eram predominantes como a alimentação a base de peixes e caças, está mudando. As festas também estão, cada vez mais, racionalizadas para a geração de renda por meio do turismo.

Foi evidenciado nesta pesquisa que, na Amazônia, as pequenas vilas se reproduzem a partir das suas especificidades, mas contém as contradições da produção do espaço das sedes das municipalidades. A cidade de Parintins, por meio do processo de expansão da urbanização exerce influência econômica, social e cultural nessas vilas, com implicações socioambientais que repercutem na (re) produção do espaço. Dessa forma, pode-se encontrar nessas vilas algumas contradições do urbano da cidade de Parintins, dentre eles podemos citar: problemas com a destinação inadequada dos resíduos sólidos; mudanças no padrão de festas, com sua racionalização cada vez mais direcionada para a geração de renda por meio do turismo; diferenciação dos preços dos terrenos, de acordo com a sua localização e aumento do índice de violência o que resultou na necessidade de reforçar a segurança nessas vilas.

Mocambo, Caburi e Vila Amazônia modificaram-se ao longo dos anos, de comunidades rurais tradicionais foram transformando-se em aglomerados com arruamento, calçamento, equipamento e serviços urbanos o que faz com que os moradores as denominem de vilas, que agora apresentam peculiaridades e especificidades próprias, se diferenciando das outras comunidades rurais do município de Parintins, não só pela presença de elementos do urbano na composição de sua paisagem, mas pela própria assimilação de hábitos e costumes inerentes a cidade, os modos de vida também foram modificados, a forma de trabalho, antes totalmente ligada ao campo. Porém, algumas formas de resistência a esse processo ficam bem evidenciadas; pode-se perceber que a população ainda mantém seus vínculos com a vida rural, seja nas relações sociais, seja na relação com o ambiente natural.

Rural e Urbano presentes no mesmo lugar, muitas vezes o rural se sobressaindo ao urbano e vice-versa, mas acredita-se que a presença dos elementos urbanos está mudando de forma paulatina o processo de produção do espaço desses lugares, as relações sociais não são as mesmas de antigamente, assim como os costumes e hábitos da população, porém assim como a urbanização está mudando o comportamento das pessoas, presenciamos algumas formas de resistências a esse processo, a manutenção de certos hábitos do rural que mesmo modificados permanece em seus moradores, a forma de falar, a relação com o ambiente natural, as matas, o rio e as relações de parentesco e solidariedade, isso ainda pode-se encontrar nesses lugares.

Acredita-se que nas vilas estudadas pode-se observar um processo de transformação dos lugares onde a presença do rural e do urbano está explicitamente evidenciada, ambos articulando-se e fragmentando-se, ora se afastando ora se complementando, moldando um local que não é totalmente urbano, mas, que não apresenta suas características rurais de antigamente, porém não significando o fim desse rural, mais sim, forte imbricação entre o rural e urbano numa relação dialética.

Nesta breve descrição sobre os aspectos socioeconômicos e ambientais de Mocambo, Caburi e Vila Amazônia, pode-se afirmar que esses lugares possuem suas características próprias, mas que, ao mesmo tempo, apresentam certas similitudes. As suas particularidades e singularidades em relação às outras áreas rurais do município de Parintins saltam aos olhos e pode-se compreender que rural e urbano, campo e cidade possuem suas características próprias e ao mesmo tempo se inter-relacionam e essa imbricação entre rural e urbano, ajuda na compreensão da produção do espaço nas pequenas vilas da Amazônia e no entendimento de como se dá a construção do cotidiano das pessoas que moram nestes lugares que possuem elementos do urbano e do rural.

Também é necessário ressaltar neste estudo, que as áreas pesquisadas estão crescendo cada vez mais em população; estão chegando mais pessoas para morar, por isso é necessário que a municipalidade faça um planejamento que envolva a contínua melhoria da infraestrutura dessas vilas, sendo que as principais reivindicações das populações que vivem nesses lugares recaem sobre o melhoramento nas áreas de saúde, educação, segurança e geração de emprego e renda, pois a demanda sobre esses serviços cresce substancialmente. Sem falar da questão ambiental, pois a problemática dos resíduos sólidos vem impactando diretamente essas vilas, por que está aumentando a produção de resíduos sólidos não orgânicos, e não havendo coleta de lixo pública e nem local apropriado para depositá-lo, as pessoas queimam e/ou jogam o lixo nos terrenos baldios e nos barrancos próximos ao rio, colocando em perigo a saúde e segurança deles próprios.

Ao viver e conviver nessas vilas por um determinado tempo leva-se muitas impressões das mesmas, principalmente das pessoas que ali me receberam de braços abertos, das conversas no fim da tarde, debaixo das mangueiras, de onde me deliciava com as histórias contadas pelos moradores antigos. No percurso da pesquisa encontrei muitas pessoas dispostas a ajudar com sorriso no rosto e simpatia, querem e gostam de ajudar, fornecendo informações ou nos acolhendo em suas casas, dando apoio e dialogando conosco. Ao sair dali, fica a dúvida sobre o futuro destes lugares, pois é difícil traçar um futuro para essas áreas, quando observa-se a crescente vontade desses moradores de que as vilas venham a se tornar

idades, pois para eles significaria uma melhor condição de vida, mas ao mesmo tempo sabe-se que a realidade ali encontrada ainda suscita muitos questionamentos: até que ponto estas vilas estão preparadas para receber os impactos positivos e negativos do processo de urbanização? Quais seriam as principais modificações espaciais decorrentes de uma transformação substancial na sua condição de área rural para área urbana? Quais seriam as permanências e transformações no espaço? Essas são questões que precisam de uma reflexão mais aprofundada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel C. de Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 3-13, 1995.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico(SEPLAN). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de desenvolvimento humano: perfil municipal – Amazonas/** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Manaus: 2006.570 p.

BATISTA, Iêda Hortêncio. **Urbanização e Ambiente: Análise de indicadores da qualidade de vida na cidade de Parintins-Am.** 190 f. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia-Centro de Ciências do Ambiente). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2000.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Amazônia.** 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

BERNADELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. 33-52.

BITTENCOURT, Antonio C.R. **Memórias do Município de Parintins: estudos históricos sobre sua origem e desenvolvimento moral e matéria.** Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/ Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.

BONFIM, Sócrates. **Um esboço da vida amazônica.** 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** 8. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. O sentido da cidade: as possibilidades da análise geográfica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs). **Urbanização e Cidades.** Perspectivas Geográficas. São Paulo: Gaspar/EDUSP, 2001.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte; LIMA, José Carlos. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? In: **O Rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas.** Belém: EDUFPA, 2006.

CASTRO, Fábio de. Economia familiar cabocla na várzea do médio-baixo Amazonas. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (orgs.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 2007. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana- Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CERQUA, Dom Arcângelo. **Clarões de fé do médio Amazonas**. 2. ed. Manaus: ProGraf-Gráfica e Editora, 2009.

CUNHA, Rosani Evangelista da. **O Programa Bolsa Família como estratégia para redução da pobreza e os processos de cooperação e coordenação intergovernamental para sua implementação**. Disponível em < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/biblioteca-virtual-bolsa-familia-1>>. Acesso em 26/08/2009.

CURSINO, Antonio Massilon de Medeiros. **A juta como riqueza econômica do município de Parintins**. 1993. 31 f. Monografia (Bacharelado em Economia) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 1993.

EMÍDIO, Teresa. **Meio ambiente & Paisagem**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 11-31.

FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto, et al. Natureza e Mundo Vivido: o espaço e lugar na percepção da família cabocla/ribeirinha. In: OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHERER, Elenise (orgs.). **Amazônia: Políticas públicas e diversidade cultural**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 233-258.

GUERRA, Gutemberg. Desenvolvimento territorial na Amazônia: rural e urbano como faces da mesma moeda. In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. **O Rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (orgs.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. 81-108.

IPAAM, **Zoneamento Ecológico Econômico Participativo de Parintins: 1º Fase**. Manaus: Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Estado do Amazonas, 2003.

KOZENIESKI, Éverton de Moraes; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. A manutenção de espaços rurais em Porto Alegre: uma análise preliminar. In: **Anais do 2º Simpósio Nacional O Rural e o Urbano no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. CD- ROM.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos Ltda, 1969.

_____. **La revolucion urbana**. Madrid: Alianza, 1983.

LIMA, Deborah de Magalhães; ALENCAR, Edna Ferreira. Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do Médio Solimões. In: TORRES,

Haroldo; COSTA, Heloisa. **População e Meio Ambiente**. São Paulo: Editora Senac, 2000. 133-161.

MARTINS, Daniel Oliveira. **Transferência de renda como fator preponderante na diminuição da desigualdade social no Brasil: os efeitos do Programa Bolsa Família**. Disponível em < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/biblioteca-virtual-bolsa-familia-1>> Acesso em 26/08/2009.

MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi; NODA, Hiroshi; NASCIMENTO NODA, Sandra do. Quintais urbanos de Manaus. In: OLIVEIRA, José Aldemir; ALECRIM, José Duarte; GASNIER, Thierry Ray Jehlen. **Cidade de Manaus: visões interdisciplinares**. Manaus: Edua, 2003.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. **Práticas Socioculturais, Figuração, Poder e Diferenciação em Bico, Cuiamucu e Canela-fina – Comunidades amazônicas**. 2008. 278 f. Tese (Doutorado em Educação Física- Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Que “novo” rural é este no Brasil? In: **Simpósio Nacional O Rural e o Urbano no Brasil**, 2006. São Paulo: Usp, 2006, p. 1-10. (Palestra proferida na Mesa Redonda “Dilemas na conceituação do campo e do rural no Brasil”).

MONTEIRO, José Mário Caldeira. **Uma cidade em plena selva: História do Mocambo**. Parintins: s/d, 2003.

NASCIMENTO NODA, Sandra do; NODA, Hiroshi; MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi. Agricultura familiar na várzea amazônica: espaço de conservação da diversidade cultural e ambiental. In: OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHERER, Elenise (orgs). **Amazônia: Políticas públicas e diversidade cultural**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O Campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na Selva**. Manaus: Valer: 2000.

_____. Cidades, Rios e Floresta: Raízes fincadas na cultura e na natureza. In: GIL, Carlos Ivan Braga. **Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades**. Manaus: Edua, 2007. 171-183.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação humana. In: SALATI, Eneas et al. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983, 144-327.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. A várzea do Médio Amazonas e a Sustentabilidade de um modo de vida. In: LIMA, Deborah. **Diversidade sócioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: IBAMA, ProVárzea, 2005. 157-205.

PARINTINS, **Lei do Plano Diretor**. LEI MUNICIPAL Nº 375/2006 de 06 de outubro de 2006, Parintins, 2006.

PEREIRA, José Carlos Matos. A urbanização da Amazônia e o papel das cidades médias na rede urbana regional. In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. **O Rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006.

PINHEIRO, Wallace Meirelles. **O planejamento municipal como base para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Manaus: Editora Valer/Uninorte, 2008.

PORRO, Antonio. **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: Edusp, 1996.

RADAMBRASIL.1978 – Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais. Vol. 10. Folha S.A 21-Santarém-PA-Manaus. Brasília: Ministério das Minas e Energia 633p.

RODRIGUES, Adelson. **História do Caburi: Luz do amanhã**. Manaus: UFAM, 1993.

_____. **História do Caburi: luz do amanhã**. v. 2. Parintins: [s/n], 1996.

RUA, João. As crises vividas pelo Estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo. **Abordagens teórico metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

_____. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. In: **Revista da ANPEGE**. Fortaleza, v.1, n.1.2005. 45-66.

_____. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. In: Revista Campo e Território: **Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia, v.1, n.1, 2006.82-106.

_____. Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas considerações Teóricas. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO (orgs.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda, 2002.

SAUNIER, Tonzinho. **Várzea e terra firme**. Manaus: Imprensa Oficial, 1980.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5 ed. 1.reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (orgs). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.157-186.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. In: Revista **Estudos Sociais e Agricultura**. Rio de Janeiro. ano 2001, revista

semestral do Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Disponível e em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/primeira.htm>. Acesso em: 02/09/2009. p. 164-184.

SILVA, Gláucia. Sustentabilidade ou Subordinação: Modos de Vida em Comunidades de Várzea na Foz do Amazonas. In: LIMA, Deborah. **Diversidade sócioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade.** Manaus: IBAMA, ProVárzea, 2005. 265-311.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O paiz do Amazonas.** Manaus: Editora Valer, 2004.

SILVA, Marilene Corrêa da; BARROS, José Fernandes. Uma comunidade da várzea: organização e morfologia social. In: **Somanlu**: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Ano 1, n.1-Manaus: Edua; FAPEAM, 2000.p.89-109.

SILVA, Hilton P. Sócio-ecologia da saúde e doença: os efeitos da invisibilidade nas populações caboclas da Amazônia. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (orgs.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade.** São Paulo: Annablume, 2006. 323-350.

SOUZA, José Camilo Ramos de. **Parintins: A ilha Urbanizada.** Manaus, Universidade Federal do Amazonas, 1998 39 f.. Monografia (Bacharelado em Geografia) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 1998.

_____. **O currículo da escola de várzea e o ensino de geografia no município de Parintins.** 2006, 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação- Programa de Pós graduação em Educação). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

_____. **Vila Amazônia: Considerações preliminares sobre a reorganização de um espaço geográfico no Médio Amazonas.** 1994, 35 f. (Relatório Final de projeto de iniciação científica-CNPQ). Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 1994.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MONTES, Silma Rabelo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Rural e / ou urbano? uma reflexão sobre a realidade sócio-espacial dos distritos do município de Uberlândia (MG). In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina.** São Paulo: USP/EGAL, 2005. CD- ROM.

SOUZA, Tadeu de. **Missão Vila Nova: Parintins (dos Jesuítas aos missionários do Pime).** Parintins: Gráfica João XXIII, 2003.

SOUZA, Tadeu de. **Crônicas de Vila Nova.** Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1982.

TEIXEIRA, Lázaro. Várzea: **Parâmetros para uma proposta de exploração sustentada, no município de Parintins, segundo o contexto ambiental.** 1997 Monografia (Curso de Especialização em Educação Ambiental). Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 1997.

VAZ, Florêncio Almeida. **Ribeirinhos da Amazônia: Identidade e Magia na Floresta.** Cultura Vozes. nº 2 março-abril, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. **Uma nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Revista Estudos Sociais e Agricultura**. Rio de Janeiro. Ano 2000, revista semestral. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Disponível e em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/primeira.htm>. Acesso em: 02/09/2009. 87-145.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 1988.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Edua, 2007.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Departamento de Geografia
Mestrado em Geografia

FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1- Idade: _____ Sexo: M F
Estado Civil: casado solteiro viúvo amigado separado
Posição familiar: _____ idade: _____

1.2 Local de Nascimento: Na própria vila -Sede do Município - Zona Rural do Município - Outro Município Qual: _____ - Outro Estado Qual: _____

1.3 Tempo de Moradia: 01 ano - 02 a 04 - 05 a 07 - 08 a 10 - 10 a 15 - 15 a 20 - Mais de 20

2. COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA

2.1- unifamiliar- Quantas pessoas: _____ multifamiliar- Quantas famílias _____
Quantas pessoas: _____

3. INFORMAÇÕES GERAIS

3.1 Tipos de transporte utilizados pelos moradores na Vila:

Moto - Carro - Bicicleta - Outros

Quais: _____

3.1.2 Tipo de transportes utilizados pelos moradores para ir a outras localidades:

Barco - Canoa - Outros

Quais: _____

3.2 OCUPAÇÃO/RENDA

3.2 De onde provém a renda familiar:

Agricultura - Pesca - Pecuária - Artesanato - Extrativismo - Funcionário Público - Outros Qual : _____

3.2.1 No caso de atividade agrícola, quais os principais produtos:

Mandioca - Macaxeira - Frutos Hortaliças - Farinha - Plantas medicinais - Juta e/ou Malva - Outros Qual: _____

3.2.2 No caso da Pecuária Quais as principais atividades: Bovinocultura - Avicultura -

Bubalinocultura - Suinocultura - Piscicultura - Outros

3.2.3 No caso da pesca, quais os tipos de utensílios utilizados

Malhadeira - Anzol - Caniço - Outros Quais: _____

3.3 Comercialização dos Produtos

3.3.1 Locais de Comercialização : Na própria vila - Cidade de Parintins - Manaus
 Outros municípios

3.3.2 -Forma de Comercialização: Atravessador - Comerciante - Direto ao consumidor

4- RENDA FAMILIAR:

<input type="checkbox"/> Não tem renda nenhuma	<input type="checkbox"/> Até 1 salário mínimo
<input type="checkbox"/> Até 2 salários mínimos	<input type="checkbox"/> Até 3 salários mínimos
<input type="checkbox"/> Até 4 salários mínimos	<input type="checkbox"/> 5 salários mínimos ou mais

Carteira assinada: sim. quantos: _____ não, quantos _____

5 RENDA SOCIAL: BENEFÍCIOS E AUXÍLIOS RECEBIDOS PELOS MORADORES

Bolsa Família - Auxílio Doença INSS - Aposentadoria - Outros

6. HABITAÇÃO

Quanto tempo mora no local: _____ anos _____ meses.

Tipo de construção: Alvenaria madeira palha taipa mista
 especificar: _____

6.3- Tipo de cobertura: amianto alumínio barro palha cavaco

Outros: _____

6.4 – Tipo de residência: Quarto casa estância

Outro: _____

6.5- É proprietário: sim comprou pronta construiu. como: _____
 não cedida alugada - valor aluguel: _____

6.6- Nº de cômodos: _____ Nº de banheiros: _____ dentro da casa: fora de casa

6.7. O terreno foi: comprado ocupado

doado cedido. Por quem: _____

Tamanho do terreno: _____ x _____.

6.8. A área do terreno onde foi construída a casa é: plano encosta alagada

6.9. A área do terreno: foi desmatada já estava desmatada

7. INFRA- ESTRUTURA URBANA

Água:

7.1 - Água: encanada poço artesiano cacimba igarapé chuva

Outro: _____ 7.2- A água é tratada: não - sim Qual: Clorada - Fervida - Filtrada - Coadada - Outros: _____

Esgoto: Destino dos Dejetos

7.3 : rede de esgoto - fossa séptica - fossa negra Outro : _____

Lixo:

7.4. - Lixo: queima - enterra no quintal - joga a céu aberto

A forma como se desfaz do lixo é prejudicial: sim não

Energia:

7.5-Energia elétrica: sim rede gato motor outro: _____

não iluminação a: querosene vela outro: _____

Iluminação rua: existe não existe

Pavimentação:

7.6- Pavimentação: sim asfalto calçamento Outro: _____

não barro piçarra

8. ACESSO AOS SERVIÇOS URBANOS:

Saúde:

8.1 -Quando adoece vai ao : Hospital na cidade posto de saúde da vila - rezador - usa ervas medicinais - outros : _____

8.2 Quais as principais

doenças: _____

8.3 Considera os serviços de saúde: ótimo - bom - regular - péssimo - nunca utilizou - não sabe informar

8.4 É visitado constantemente pelo Agente Comunitário de Saúde: Sim - Não

9. EDUCAÇÃO

9.1 Quantas pessoas na família estudam: _____

9.2 Grau de Instrução: Não alfabetizado- Ens. Fundamental Incompleto - Ens. Fundamental Completo - Ens. Médio Incompleto - Ensino Médio Completo - Universitário

9.3 . Tem crianças em idade escolar fora da escola: sim quantas: _____ não

9.4 Quantas crianças na Escola: _____

9.5 . Considera a escola: ótima boa regular péssima não sabe informar

10 . MEIOS DE COMUNICAÇÃO:

Rádio - Televisão - Telefone - Outros Qual: _____ - Não tem

11. SEGURANÇA

11.1 Há violência na área onde mora: sim O mais freqüente:
 _____ não

11.2 Quais os principais problemas de segurança na vila:

11.3 Os problemas de violência aumentaram nos últimos anos: sim não

12. FORMAS DE LAZER: Futebol - Festas - Visita de Amigos - Leituras - Outros
 Jogos Quais : _____

13. PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS SOCIAIS

Associação de Produtores - Conselho Paroquial - Conselho Comunitário - Grupo de
 Jovens - Clube de Mães - Grupo de Esportes - Cooperativas - Outros
 Quais: _____ - Não Participa

13.1. Freqüência que participa dos encontros em grupos na comunidade

Sempre - Às vezes - Nunca

14. RELIGIÃO : Católica - Evangélica - Outra

Qual: _____

NOME DA VILA _____	COMUNIDADE: _____	FORM.Nº. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
ENTREVISTADOR: _____		DATA: _____

APÊNDICE B: Roteiro de Entrevistas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Departamento de Geografia
Mestrado em Geografia

PESQUISA: ESTUDO SOCIOAMBIENTAL DE VILA AMAZÔNIA, CABURI E MOCAMBO

Roteiro de Entrevistas

Moradores Antigos (Mocambo, Caburi e Vila Amazônia)- 06

-
- Como você classifica o lugar onde mora? É área urbana ou rural? Comunidade, Vila ou cidade?
- Porque do nome Mocambo/Caburi/Vila Amazonia? Quem deu esse nome?
- O senhor sabe quando ela foi formada? E por quem? Quantas pessoas moravam no início?
- Como o senhor(a) analisa a Vila/ Agrovila antigamente? Como ela era Antigamente?
- É bom morar na vila? Gosta de morar aqui? Porque?
- Como se dá o relacionamento entre os moradores?
- Você conhece seus vizinhos? Você conversa com seu vizinho, como conversam, ou onde?
- O senhor (a) poderia nos informar quando foi que chegou a energia elétrica e água encanada para a Vila?
- Você saberia me informa quando foi que começaram a asfaltar a vila? Ou quando veio a energia elétrica e a água encanada?
- Quais as principais mudanças que ela sofreu nos últimos anos?
- O senhor gosta mais dela antes ou agora?
- O que acha que deve ser melhorado?
- Aqui as mulheres ainda usam os serviços de parteiras para ter seus filhos? Ou vão direto ao hospital da cidade?

Policial ou responsável pelo posto policial: (Vila Amazônia e Mocambo ou Caburi) -02

Durante a entrevista observar a estrutura do posto e pedir permissão para fotografar as dependências.

- Desde quando o posto está funcionando na Vila/ Agrovila?
- Na sua opinião, quais os principais problemas de segurança na Vila/ Agrovila?
- Média de ocorrências por mês ou ano?
- Quando alguém é detido, qual é o procedimento adotado?
- Quais as ocorrências mais comuns?
- A população local, colabora com a segurança?
- Como é a relação com os moradores?

Funcionário e/ou responsável pelo posto de saúde-01

Durante a entrevista observar a estrutura do posto e pedir permissão para fotografar as dependências

- Quantidade de funcionários que estão trabalhando no posto? Quantos médicos? Enfermeiros? Auxiliar de enfermagem?
- Dias e horários de funcionamento?
- Quantas pessoas são atendidas, por dia, mês?
- Quais as principais doenças?
- Quais são os serviços de atendimento que são prestados?
- Quais as Principais carências e dificuldades?

Comerciante: (Caburi e Vila Amazônia)-01

- De onde vem os produtos que o senhor comercializa?
- O senhor vende a prazo? Ou só a vista?
- Vende para moradores de outras comunidades rurais?
- Quando é a melhor época de venda no mês?

Liderança (Presidente) (Mocambo, Caburi e Vila Amazônia-03

- Qual a sua visão sobre os serviços da Vila? E quais as maiores necessidades da mesma?
- Porque do Nome da vila?
- Qual é a sua opinião sobre a renda da Vila?
- Como as pessoas adquirem as antenas parabólicas? quanto custa, de quem compra, onde compra?
- Qual é a sua opinião sobre as famílias?
- Pedir para descrever as manifestações culturais da vila (quais são, período, dias, como se organizam e etc.)
- Quem organiza a festa de São Sebastião? Quem participa? Quem a fundou? Quais as principais atividades que envolvem a festa?
- Qual é a sua opinião sobre Segurança? Como é a relação com os policiais da vila?
- Quais os principais problemas da vila? Soluções?
- Como o senhor ver a questão do melhoramento das ruas da vila?
- Quais os dias e horários dos barcos que fazem o traslado até a cidade? (pegar nomes dos barcos, tirar fotos desses barcos), perguntar a média do preço das passagens de barco
- Pedir pra falar um pouco sobre a estrada que liga As Agrovilas(quantos km tem, condições de tráfego, quando foi aberta, a frequência que é utilizada pelos moradores, os benefícios que trarão a comunidade se for asfaltada e etc).
- Quantas escolas existem na vila e quais as séries atendidas?

Pescador - (Caburi e Vila Amazônia)-01

- Pedir para descrever sua atividade, desde quando sai de casa até o seu retorno.
- Onde vende? na vila? na sede municipal? Vende à vista? Fiado?
- Quanto apura na venda? Acha justo o preço pago pelo consumidor?

- Qual a melhor época de venda na semana ou no mês?
- Tudo que pesca é para a venda? Tira parte para seu consumo? Quanto?
- O senhor mesmo fabrica seus instrumentos de pesca ou já compra pronto? Se compra, é na cidade ou na própria vila?

Agricultor-(Caburi e Vila Amazônia)-01

- Pedir para descrever sua atividade, desde quando sai de casa até o seu retorno.
- Onde vende? na vila? na sede municipal?Vende à vista? Fiado?
- Quanto apura na venda?
- Qual a melhor época de venda na semana ou no mês?
- Tudo que produzido é para a venda? Tira parte para seu consumo? Quanto?
- Qual o significado da palavra “centro” para o senhor, a que se refere?
- Quem cuida do quintal da casa?
- Porque cerca a casa? Porque mandou murar ou cercar?
- Perguntar se ainda existe a prática do puxirum ou mutirão? (ajuda mútua entre os agricultores do campo)

ANEXO